



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO EM TURISMO

VERÓNICA CECÍLIO CHIUNDILA

**TURISMO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: UM OLHAR A PARTIR DO
ARQUIPÉLAGO DE BAZARUTO - MOÇAMBIQUE**

Natal/RN

2019

VERÓNICA CECÍLIO CHIUNDILA

**TURISMO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: UM OLHAR A PARTIR DO
ARQUIPÉLAGO DE BAZARUTO - MOÇAMBIQUE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Linha de pesquisa: Turismo e desenvolvimento regional

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo

Natal/RN

2019

Catálogo de Publicação na Fonte.

UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas – CCSA.

Chiundila, Verónica Cecílio.

Turismo, território e desenvolvimento: um olhar a partir do Arquipélago de Bazaruto - Moçambique / Verónica Cecílio Chiundila. - 2019.

147f.: il.

Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Turismo. Natal, RN, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo.

1. Turismo - Dissertação. 2. Território - Dissertação. 3. Desenvolvimento socioeconômico - Dissertação. 4. Arquipélago de Bazaruto - Moçambique - Dissertação. 5. Internacionalização do turismo - Dissertação. I. Azevedo, Francisco Fransualdo de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/Biblioteca do CCSA

CDU 338.48-44(1-87)

VERÓNICA CECÍLIO CHIUNDILA

TURISMO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: UM OLHAR A PARTIR DO ARQUIPÉLAGO DE BAZARUTO – MOÇAMBIQUE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Linha de pesquisa: Turismo e desenvolvimento regional

Natal/RN, 12/12/2019

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Francisco Fransualdo de Azevedo, Dr.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Orientador

Profª. Maria Lúcia Bastos Alves, Dra.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Examinadora

Profª. Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros, Dra.

Instituto Federal da Paraíba – IFPB

Examinadora

Dedico este trabalho

Aos meus pais, Ângela e Cecílio que com humildade me motivaram e garantiram os meus primeiros passos.

Ao meu esposo Roberto, pelo afeto, compreensão e incentivo.

Aos meus irmãos Ângelo, Basílio e Patrícia pelo carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Dr. Francisco Fransualdo pela atenção prestada, mostrando disposição para compartilhar conhecimentos e por ter despertado um potencial acadêmico em contínua construção. Sou grata pelos ensinamentos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte pela contribuição e estímulo às reflexões acadêmicas. E ao secretário do PPGTUR, agradeço pelo apoio.

Aos meus pais Ângela e Cecílio, aos meus irmãos Ângelo, Basílio e Patrícia, e aos meus sogros Silvana e Michele, endereço uma eterna gratidão pelo amor, mesmo a distância estiveram presentes no meu percurso.

Ao meu adorável companheiro Roberto Vico que em todos os momentos tem sido amigo e esposo, me apoiando com as palavras sábias.

Aos meus queridos tios e primos vai a minha gratidão pelo encorajamento.

Aos funcionários da administração do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto, pela contribuição para a presente pesquisa.

Aos entrevistados por confiarem no propósito da pesquisa e exporem as suas preocupações e emoções.

Aos meus colegas e amigos, agradeço pela experiência, convívio e amizade.

À todos que direta e indiretamente contribuíram para a presente etapa, agradeço!

RESUMO

No mundo atual, o fenômeno turístico atua sob o sistema de reprodução capitalista, associada à aceleração de investimentos internacionais que concentram, e ao mesmo tempo difundem, a circulação de bens e serviços, pessoas, informações e capital. Diante disso, a dinâmica territorial obedece às relações de interesse abarcadas pelas projeções exógenas. Portanto, nessa pesquisa se propõe estudar o processo turístico no território do Arquipélago de Bazaruto em Moçambique considerando o papel do turismo e a necessidade de melhorias das condições de vida da comunidade local, sobretudo no tocante às materialidades das políticas públicas do turismo em prol do desenvolvimento territorial. A presente pesquisa se baseia em uma abordagem qualitativa mediante o contato direto e interativo da pesquisadora com os sujeitos da pesquisa. A análise bibliográfica abrange um debate sobre a expansão do turismo que se assinala sob efeitos da produção de capital. Assim, se apoia em autores como Sen (2010) e Max-neef (1998), que concebem o desenvolvimento pautado na valorização das pessoas e de grupos sociais por meio da expansão de capacidades humanas individuais e coletivas. Os resultados evidenciam que o turismo como um fenômeno socioespacial sob a égide do mercado internacional propicia a apropriação do território pelas grandes corporações. Em vista disso, nem todos os territórios se desenvolvem igualmente, visto que a prioridade e as particularidades de cada território são primordiais, logo se circunscrevem pelos marcos socioeconômicos e culturais distintos do lugar, sendo necessário considerar as relações de poder tecidas e as políticas públicas. As empresas se manifestam de forma hegemônica, além de dispor de uma base técnica na qual se incrementam as intencionalidades visando à acumulação de capital, conduzindo ao agravamento da segregação socioespacial e via de regra ao aumento da vulnerabilidade da população autóctone.

Palavras-chave: Turismo. Território. Desenvolvimento. Arquipélago de Bazaruto. Moçambique.

ABSTRACT

In current's world, the tourism phenomenon operates under the capitalist reproduction system, associated with the acceleration of international investments that concentrates, at the same time, a circulation of goods and services, people, information and capital. Given this, a territorial obedience to the relations of interest encompassed by exogenous projections. Therefore, this research aims to study the tourism process in the territory of the Bazaruto Archipelago in Mozambique, considering the role of tourism and the need to improve the living conditions of the local community, especially regarding the materialities of tourism public policies in territorial development. This research is based on a qualitative approach using the researcher's direct and interactive contact with the research subjects. A bibliographical analysis encompasses a debate on the expansion of tourism that indicates the effects of capital production. It also relies on authors such as Sen (2010) and Max-neef (1998), who conceive the development based on the valorisation of people and social groups through the expansion of human individual and collective capacities. The results show that tourism as a socio-spatial phenomenon under an international market allows the appropriation of territory by large corporations. Because of this, not all territories develop equally, since the priority and the particularities of each territory are paramount, so they are limited by the distinct socioeconomic frameworks of the place, and it is necessary to consider woven power relations and public policies. The companies manifest themselves in a hegemonic manner, in addition to having a technical base in which intentionalities are increased aiming at capital accumulation, leading to aggravation of socio-spatial segregation and, as a rule, increasing vulnerability of the native population.

Keywords: Tourism. Territory. Development. Bazaruto Archipelago. Mozambique.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de África.....	18
Figura 2. Principais redes de infraestruturas de apoio em Moçambique	24
Figura 3. Mapa do arquipélago de Bazaruto.....	26
Figura 4. Placa de sinalização do hotel Santa Carolina.....	39
Figura 5. Hotel Santa Carolina	40
Figura 6: <i>Ranking</i> das principais atrações turísticas.....	60
Figura 7: Pista de aterragem.....	64
Figura 8: Horta de um empreendimento turístico.....	66
Figura 9: Pescado adquirido por alguns membros da comunidade local.....	67
Figura 10: Barco a vela usado pela comunidade local.....	68
Figura 11: Meio de secagem do pescado.....	69
Figura 12: Fonte de água potável utilizado pela comunidade local.....	78
Figura 13: Encontro comunitário.....	80
Figura 14: Casas da comunidade local.....	83
Figura 15: Casa construída no âmbito do reassentamento da comunidade.....	84
Figura 16: Esquema sobre o turismo harmonioso.....	103
Figura 17: Morte de golfinhos no arquipélago de Bazaruto.....	106
Figura 18: Sensibilização de cuidados com o ambiente.....	113
Figura 19: Lodge comunitário de Zenguelemo em construção.....	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Fluxo de turistas internacionais.....	16
Tabela 2: Chegada de turistas e receitas internacionais em Moçambique.....	19
Tabela 3: Dados demográficos de Moçambique.....	25
Tabela 4: Estabelecimentos hoteleiros do Arquipélago de Bazaruto.....	62
Tabela 5: Entradas de turistas e receitas do PNAB.....	75
Tabela 6: Taxas de distribuição de valores das receitas destinadas às associações locais.....	77
Tabela 7: Beneficiários dos projetos comunitários.....	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Descrição das categorias de análise.....	31
Quadro 2: Relação das temáticas principais.....	35
Quadro 3: Conjunto de instrumentos diretos do turismo.....	89
Quadro 4: Estágios do turismo em Moçambique.....	92
Quadro 5: Diretrizes do PEDTM-I.....	97
Quadro 6: Rotas turísticas de Moçambique.....	99
Quadro 7: Componentes de ações da MOZBIO 1 no contexto do Arquipélago de Bazaruto.....	109

LISTA DE SIGLAS

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

FUTUR – Fundo do Turismo

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INE – Instituto Nacional de Estatística

INATUR – Instituto Nacional do Turismo

MICULTUR – Ministério da Cultura e Turismo

MITADER – Ministério de Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural

PEDTM – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo

PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

PNAB – Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto

PIB – Produto Interno Bruto

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SASOL – *Suid Afrikaans e Steenkool en Olie*

UNFPA – *United Nations Population Fund*

UNWTO – *World Tourism Organization*

WTTC – *World Travel e Tourism Council*

WWF – *World Wide Fund For Nature*

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	14
1.1. Problemática.....	21
1.2. Questões de pesquisa.....	29
1.3. Objetivos.....	30
1.4. Categorias de análise.....	30
1.5. Procedimentos metodológicos.....	33
2. PROBLEMATIZANDO O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO NO ARQUIPÉLAGO DE BAZARUTO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL	37
2.1. A evolução do turismo: do contexto ocidental ao arquipélago de Bazaruto.....	37
2.2. O desenvolvimento e seus quesitos.....	42
2.1. O desenvolvimento e crescimento econômico: uma problematização.....	49
2.2. O desenvolvimento com foco no ser humano e na expansão das suas liberdades.....	51
3. A INTERNACIONALIZAÇÃO DO TURISMO E A DINÂMICA TERRITORIAL NO ARQUIPÉLAGO DE BAZARUTO.....	59
3.1. A hegemonia do mercado e sua relação com as verticalidades e solidariedade organizacional.....	69
3.2. A lógica do lugar: as horizontalidades e a solidariedade orgânica.....	74
4. A MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM MOÇAMBIQUE: UMA ABORDAGEM AO CONTEXTO DO ARQUIPÉLAGO DE BAZARUTO.....	87
4.1. Os planos estratégicos de desenvolvimento do turismo em Moçambique tendo em vista o arquipélago de Bazaruto: rumos e concepções.....	95
4.2. Um contraste entre o negócio turístico e a exploração mineira submarina: vulnerabilidades ou desordens do exclusivismo.....	104
4.3. Uma privação de recursos e uma possibilidade face ao arquipélago de Bazaruto.....	108

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS.....	120
APÊNDICES E ANEXOS.....	127
APÊNDICE I.....	128
APÊNDICE II.....	129
APÊNDICE III.....	130
APÊNDICE IV.....	132
APÊNDICE V.....	135
APÊNDICE VI.....	137
APÊNDICE VII.....	138
APÊNDICE VIII.....	139
ANEXO I.....	140
ANEXO II.....	141
ANEXO III.....	142
ANEXO IV.....	143
ANEXO V.....	144
ANEXO VI.....	145
ANEXO VII.....	147

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O turismo envolve o deslocamento que movimenta determinados fluxos, incluindo uma gama de investimentos, gerando fixos, que possibilitam a circulação de pessoas, capital, bens e serviços. Assim, diversas relações de interesses são abarcadas pela sua capacidade de transformar o território, seja pelo uso das empresas envolvidas nesse processo, seja pelos atores envolvidos no jogo de interesses que configuram incidências de ordem econômica e se salientam no modo de vida, nas relações sociais da população autóctone, trazendo uma dinâmica socioespacial contraditória.

As relações de interesse expostas pelo turismo, visto como uma atividade que se insere no contexto do consumo e da valorização do capital pela influência internacional, demarcam o desenvolvimento desigual em que as empresas internacionais se alicerçam e dominam. As forças de mercado se impõem, moldam as estruturas e propiciam o empoderamento do território impactando no modo de vida dos indivíduos.

Nesse cenário, o turismo influenciado pelo avanço tecnológico, pela fluidez da ciência, da técnica e da informação, ocasiona o aumento de fluxos e interação entre os indivíduos de diversas partes de mundo, eminentes por diferentes culturas e configurações dos territórios, assim como pela expansão de mercado e das grandes corporações formadas por redes acompanhadas pelo fluxo de informação e de capital. Assim, “o mundo se conecta e se modifica, trazendo aspectos que tanto homogeneízam como ressaltam o diferente na sociedade, e nos conduzem a uma relação dialética e controversa” (NUNES, SANTOS e AZEVEDO, 2014, p. 444).

O turismo enquanto atividade econômica e social garante a dinâmica territorial impulsionada pelo avanço tecnológico e é visto como estimulador de outros setores de atividade como transporte, mobiliário, construção civil, alimentação, agricultura, pecuária que poderá proporcionar o desenvolvimento sob o ponto de vista da vida da população autóctone. Destarte, o turismo como catalisador de desenvolvimento socioeconômico desempenha um papel importante quando se toma em consideração as relações sociais que se determinam na prestação de bens e serviços estruturados na sequência produtiva do turismo. Além da geração de emprego, o turismo pode propiciar: o aumento de arrecadação de impostos; a diversificação das atividades econômicas, articulando variados setores de atividades; a preservação ambiental e o

desenvolvimento local, quando se destaca a mão-de-obra e o produto local. Sendo essa a lógica do turismo na vertente do desenvolvimento socioeconômico endógeno.

Apesar dos aspetos apresentados, nem todos os territórios se desenvolvem igualmente, também a prioridade e particularidade de cada território é primordial pelos marcos socioeconômicos e culturais distintos do lugar. É necessário considerar as relações de poder e as políticas públicas. Ora, “as empresas possuem absoluta liberdade de movimentos e todos os campos da vida social são submetidos à valorização do capital privado” (CHESNAIS, 1996, p. 25), onde o Estado perde a autonomia, cedendo às pressões de mercado que requerem as privatizações de recursos, desregulações de preços e tarifas. Isso é, liberdade para ampliar a acumulação de capital (CRUZ, 2006; AZEVEDO, *et al*, 2013a), a abertura de mercado e a internacionalização do capital, reduzindo a atuação do Estado no concernente à interferência ativa especificamente nas questões econômicas.

Face ao exposto, o Arquipélago de Bazaruto é reconhecido como um dos polos de turismo em Moçambique pelas suas características, por apresentar uma excelente oportunidade para o turismo de sol e praia e também náutico, que serve de base para o mercado de alta-renda, com possibilidade de ampliar a sua expansão, além de ser visto como atrativo de investimentos internacionais (MOÇAMBIQUE, 2015). O critério de seleção como polo de turismo baseou-se numa avaliação das áreas de desenvolvimento turístico em termos de sua atratividade para um turismo de maior valor em relação ao seu potencial de crescimento.

O arquipélago de Bazaruto se destaca como área estratégica para o turismo na componente de mergulho por possibilitar a apreciação de animais marinhos, nomeadamente: o dugongo, golfinho, tubarão, baleia e tartaruga que são comumente denominados os *big five* marinhos, mas também pela contemplação de manta raia e cavalo-marinho, entre outras espécies aquáticas. Além disso, possui prestígio para a obtenção de receitas provenientes da atividade turística na componente internacional.

No entanto, a relação entre o setor privado e público é quase inexistente (MOÇAMBIQUE, 2015). A articulação dos intervenientes e a ação do poder público na captação real dos fluxos que o turismo move com vista a maximizar os retornos econômicos para o apoio às questões sociais, torna-se inoperante o que afeta as condições de vida da população autóctone.

Também a articulação num todo dos diversos intervenientes acontece lentamente (COSSA, 2016), fragilizando assim o processo de desenvolvimento. Portanto, os aspetos referentes à transparência na ação das empresas multinacionais e associações locais contrapondo a preocupação com a melhoria das condições de vida da população autóctone nos remete a uma situação discutível, seja em qualquer atividade socioeconômica, assim como no âmbito do turismo, no qual o empoderamento e o uso do território nos convêm a uma concepção reflexiva. Quando:

Muitos estudiosos do turismo adotam enfoques acrílicos e legitimadores para com este setor. Mas atrás disso se escondem deteriorações sociais, ambientais e econômicas que devem ser analisadas e discutidas publicamente. Longe de produzir os efeitos prometidos em termos de desenvolvimento e bem estar social, sua expansão sob a lógica do capital supõe uma nova fonte de conflitos e contradições para as sociedades (...) Frente à face publicista do setor turístico, entendemos que nosso dever como cidadãos e estudiosos no âmbito das ciências sociais é promover uma análise rigorosa e com o ponto de vista, orientado para a defesa dos interesses da maioria da população, sobre o que supõe a turistificação de nossas sociedades (MULLOR E BLÁZQUEZ, 2011, p.7).

O turismo representa o maior movimento de pessoas já ocorrido na história da humanidade. A Organização Mundial do Turismo, relata que o turismo internacional obedece a uma sequência de crescimento ininterrupta desde a década de 1960¹, dado que os destinos no mundo receberam 1.323 milhões de chegadas de turistas internacionais relativamente ao ano 2017², correspondente a cerca de 84 milhões a mais do que em 2016. Dentre essas, o continente africano teve 5% que constitui a 63 milhões de chegadas internacionais (UNWTO, 2018), como pode ser observado no quadro adiante.

Tabela 1: Fluxo de turistas internacionais

Ano	África	América	Ásia e Pacífico	Europa	Médio oriente	Total
2008	44.4 milhões	147.8 milhões	184.1 milhões	485.2 milhões	55.2 milhões	916.7 milhões
2009	46 milhões	140.6 milhões	180.9 milhões	461.5 milhões	52.9 milhões	881.9 milhões
2010	49 milhões	150 milhões	204 milhões	477 milhões	60 milhões	940 milhões
2011	50 milhões	156 milhões	217 milhões	504 milhões	55 milhões	982 milhões

¹ Refere-se à década 1960 no panorama hegemônico, pois para os países subdesenvolvidos esse fenômeno despertou maior atenção nas últimas décadas, conforme abordaremos nos capítulos subsequentes relativamente à subordinação dos países num sistema mundial econômico e o contexto das políticas públicas do turismo em Moçambique.

² Vide a figura 1 do anexo I sobre a distribuição de chegadas internacionais em 2017 por regiões do mundo definidas pela OMT.

2012	53 milhões	163 milhões	234 milhões	534 milhões	52 milhões	1.036 milhões
2013	56 milhões	169 milhões	248 milhões	563 milhões	52 milhões	1.088 milhões
2014	56 milhões	182 milhões	263 milhões	584 milhões	50 milhões	1.135 milhões
2015	53 milhões	191 milhões	278 milhões	609 milhões	54 milhões	1.185 milhões
2016	58 milhões	200 milhões	309 milhões	615 milhões	54 milhões	1.236 milhões
2017	63 milhões	207 milhões	324 milhões	671 milhões	58 milhões	1.323 milhões

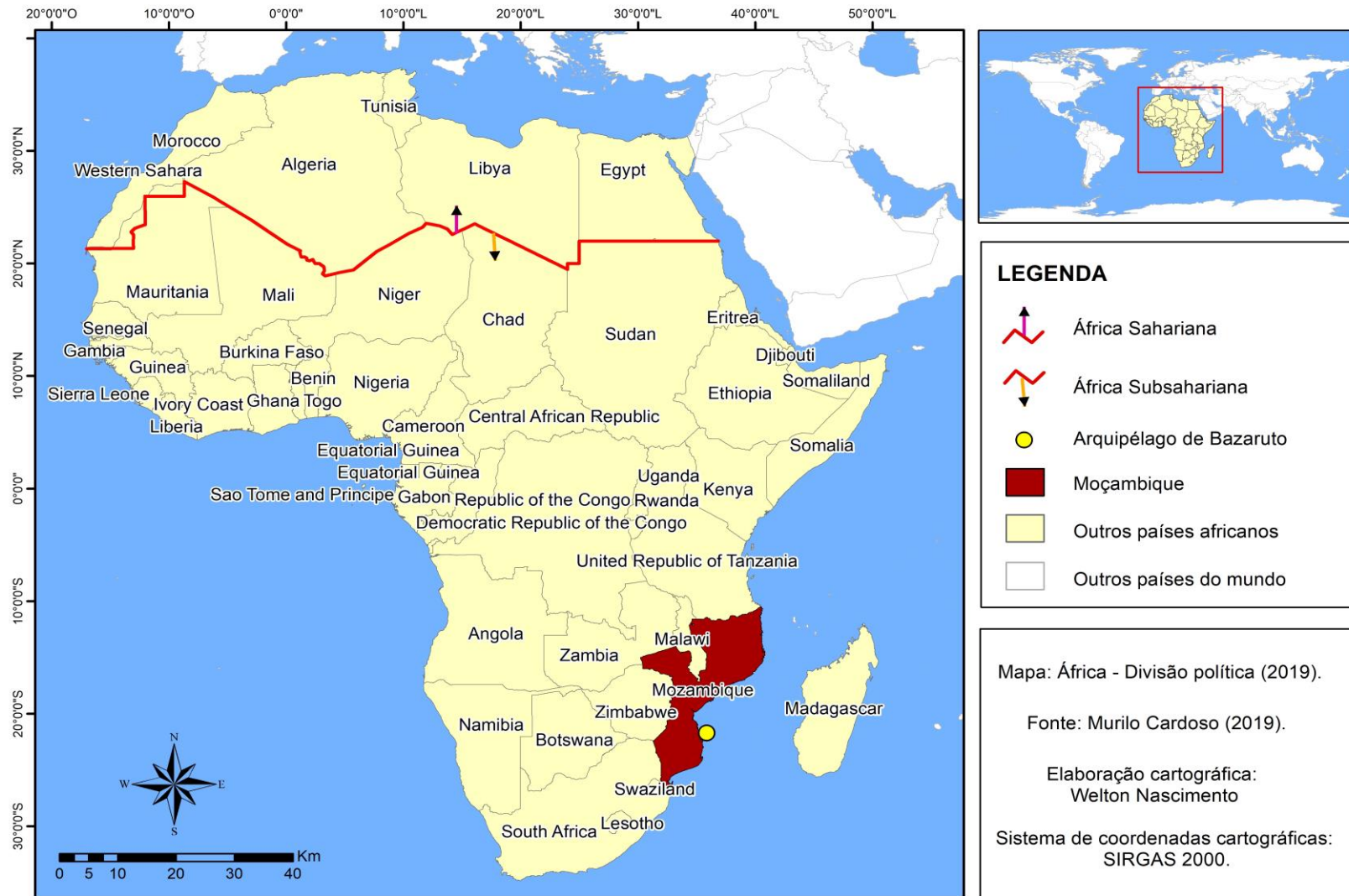
Fonte: Adaptado de UNWTO (2010 – 2018)

Refletindo sobre a disposição da informação, a tabela acima ilustra a movimentação internacional de turistas pelo mundo consoante os dados disponíveis nos últimos relatórios anuais. Os informes dos anos 2013, 2015 e 2016 mostram uma incorreção de dados, visto que neles contam que nos anos supramencionados o total de turistas internacionais a nível mundial corresponde respectivamente a 1.087; 1.184 e 1.235 milhões, representando um défice de 1 milhão de turistas nos referidos anos. Por isso, para o entendimento dos fatos, preferiu-se expor todos os dados e assim realizar o somatório total, conforme se apresenta na tabela 1.

Os relatórios anuais da Organização Mundial do Turismo indicam que apesar de apresentar uma oscilação nos dados sobre o fluxo de turistas na África devido aos conflitos geopolíticos no Norte de África³ e aos problemas do surto do ébola nos países como Guiné Conakri, Libéria, Senegal, Malí, Serra Leoa, tal como os efeitos das mudanças políticas no Médio Oriente, o turismo internacional continuou a crescer.

³ Vide o Mapa 1, países da África do Norte ou África Sahariana.

Figura 1: Mapa de África



No contexto Moçambicano, as informações disponibilizadas pelo relatório do Fórum Mundial Econômico mostram que a tendência de captação de empregos diretos no cenário do turismo é de crescimento. Salienta-se que em 2008 teve um incremento de cerca de 200 mil empregos, 271.500 empregos em 2017 e a projeção em estimativas que apontam para o crescimento de 352 mil empregos diretos em 2028 (WTTC, 2017).

Porém, embora de modo geral os anos de 2008 a 2014 confirmem o crescimento em relação as receitas internacionais, verifica-se que houve uma acentuada diminuição em 2010, tanto de número de chegadas, quanto de receitas, que estaria relacionada aos reflexos da crise mundial que condicionam a vida social e econômica e à instabilidade em torno das situações de confronto político-militar que influenciam na imagem do país. No entanto, o número de visitantes oscila, o ano 2017 representou a maior queda em relação ao número de chegadas internacionais mas a arrecadação de receitas tende a se instaurar, conforme aponta o quadro abaixo.

Tabela 2: Chegada de turistas e receitas internacionais em Moçambique

Ano	Número de chegadas internacionais	Receitas (Dólar norte americano)
2008	1.815.000	190.000.000,00
2009	2.224.000	196.000.000,00
2010	1.718.000	108.000.000,00
2013	1.886.000	199.000.000,00
2014	1.661.000	207.000.000,00
2015	1.552.000	193.000.000,00
2016	1.639.000	108.000.000,00
2017	1.447.000	151.000.000,00

Fonte: Adaptado de UNWTO (2011 – 2017)

Diante disso, os indicadores de renda e receitas, por número de chegadas internacionais e os empregos efetivados, embora oscilatório, tendem a representar um enfoque para o reconhecimento do crescimento econômico e não exatamente o melhoramento das condições sociais da população. Portanto, é importante considerar a garantia de um processo de desenvolvimento amplamente estabelecido.

Muitos países subdesenvolvidos apresentam suas economias dinamizadas pela atividade turística, mas testemunham as profundas transformações em seus territórios, o que não determina, necessariamente, a melhoria das condições de vida e renda das populações (CRUZ, 2006). Cruz

(2006) chama atenção à possível ingenuidade teórica ou ainda uma manipulação de informações assente nos discursos hegemônicos.

Este estudo contribuirá para a observação de abordagens de turismo aliado ao desenvolvimento não apenas na vertente quantitativa, mas também qualitativa com base em atores que abordam o desenvolvimento inspirado na liberdade humana de Amartya Sen (2010) e à escala humana de Max-neef (1998). Assim, o material que será produzido pode ser utilizado como fonte de pesquisas futuras, relacionadas com a temática, e pode influenciar estudos semelhantes em realidade distinta da que foi tomada como estudo de caso neste trabalho.

A pesquisa facultará a percepção das principais estratégias do turismo para o desenvolvimento, atendendo à contribuição de melhoria da qualidade de vida, sendo o arquipélago de Bazaruto um dos principais destinos turísticos de Moçambique. Além disso, a pesquisa também irá desvendar os seguintes pontos:

- A utopia de determinar que os retornos econômicos e sociais do turismo se baseiam apenas em indicadores como o número de chegadas de turistas, postos de trabalho e receitas do turismo;
- A articulação dos diversos intervenientes face às relações de poder;
- O turismo associado aos vetores de desenvolvimento como uma saída para minimizar a pobreza, considerando o compromisso que pode vir a ter do desenvolvimento territorial efetivo.

Portanto, procura-se indagar o fenómeno turístico no território do Arquipélago de Bazaruto como um polo de desenvolvimento do turismo em Moçambique, que se estabelece pela influência internacional. Assim, se tem em vista o papel do turismo e a necessidade de maximização do bem-estar coletivo e da melhoria das condições de vida da população autóctone, considerando as políticas públicas do turismo.

Face ao exposto, o trabalho está organizado em quatro capítulos: no primeiro contextualizam-se os fundamentos do estudo, apresentando a dimensão do problema mediante a combinação da correlação teórica e empírica. Também, nesse capítulo, são expostas as relações

socioespaciais que incidem em torno do turismo com base na abordagem das categorias de análise.

O segundo capítulo faz menção a uma aproximação do turismo com o desenvolvimento. Isso é, apresenta as perspectivas hegemônicas do turismo e desenvolvimento enquanto manifestações de reprodução de capital. Além disso, abordam-se variadas visões de desenvolvimento, incluindo a abordagem sobre a valorização das ações individuais e coletivas para a expansão de empoderamento das pessoas no processo turístico.

O terceiro capítulo trata do processo de internacionalização do turismo no arquipélago de Bazaruto, em que se menciona sobre a influência das racionalidades de diversos atores que são determinadas pelas relações de poder. Também abordaremos o domínio de mercado turístico pelas atuações exógenas que exercem influência sobre a dinâmica do território do arquipélago de Bazaruto em Moçambique desde a implantação de empreendimentos turísticos.

Por último, o quarto capítulo discorre sobre a materialização das políticas públicas na administração do turismo e a necessidade da valorização dos autóctones no estabelecimento das políticas do turismo, por isso, são considerados os planos estratégicos de desenvolvimento do turismo em Moçambique.

1.1. Problemática

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2005), a pesquisa inicia com uma pergunta de partida que se refere ao objeto/ problema de pesquisa. À vista disso, busca-se saber:

- **Quais são os efeitos do turismo no território do Arquipélago de Bazaruto em Moçambique enquanto vetor de desenvolvimento, considerando as políticas públicas existentes e as relações de ordem global e local?**

Neste contexto, a pesquisa científica precisa de um corpo de conteúdos logicamente interconectados que permitam uma visão adequada do fenômeno a ser estudado (SCHLUTER, 2003). Desse modo, “um objeto construído não é, assim, um dado segmento do mundo real em sua pretensa completude empirista, mas o objeto identificado e problematizado” (CORRÊA, 2003, p. 12). Este objeto de pesquisa só fará sentido se for dimensionado numa vertente teórica e empírica para o alcance do conhecimento concreto, como Althusser (1978) explica sobre a

combinação-conjunção exata de dois tipos de elementos do conhecimento, nomeadamente elementos teóricos em sentido estrito relacionados aos objetos abstrato-formais, e os elementos empíricos que dizem respeito a determinações da singularidade dos objetos concretos.

Deste modo, a problemática da pesquisa se assenta no âmbito do paradoxo do turismo associado ao desenvolvimento, considerando que no contexto atual, o turismo é visto como dinamizador do território, contribuindo para o acesso ao emprego. Assim como, é reconhecido como vetor da criação de pequenos negócios, confundindo com a melhoria da qualidade de vida de diferentes classes sociais, com foco as classes sociais mais favorecidas.

Neste sentido, é importante perceber o tipo de desenvolvimento estruturado num determinado território, considerando as políticas públicas, o processo de articulação dentre os diversos atores apreendendo as mudanças provenientes da atividade turística, reavendo as soluções indispensáveis, para que não se estimule a perda da capacidade de aquisição de bens e serviços básicos pela população local.

Do ponto de vista econômico, o turismo é uma atividade econômica que além de produzir bens e serviços especificamente turísticos – transporte, alojamento, restauração, animação, organização de viagens, envolve serviços não especificamente turísticos – produção agrícola, atividade pesqueira, artesanato, materiais de construção, mobiliário (CUNHA, 2003), que abrangem a dimensão do cotidiano em geral.

Portanto, considera-se que o turismo será tanto mais consistente, em termos de satisfazer as necessidades dos residentes e de contribuir para a melhoria do nível e da qualidade de vida das populações, quando melhor for inserido no processo de desenvolvimento que pautado pela valorização das pessoas. Todavia, é fundamental contemplar a efetivação estratégica do turismo no sentido multifacetado, pois no enfoque de desenvolvimento, de acordo com Sen (2010), é preciso consolidar a contribuição que as oportunidades econômicas podem possibilitar e não devem ser julgadas apenas pelo aumento de renda pessoais, mas sim pela expansão de serviços sociais e um conjunto de benefícios interligados.

Embora o fenômeno turístico envolva sobretudo pessoas e as suas relações transcendem a esfera econômica, reconhece-se a sua essência para o auxílio na produção de distintas análises,

por isso servimo-nos de elementos econômicos para realizar o cruzamento de informações sobre a perspectiva de benefícios sociais.

Portanto, tem enquadramento para a seguinte pesquisa a abordagem de Sen (2010), em sua obra *Desenvolvimento como liberdade*, na qual traz-nos a percepção de que a liberdade proporciona a expansão de capacidades individuais e grupais, promovendo o desenvolvimento pautado na valorização das pessoas e de grupos sociais. Contudo, o desenvolvimento não se sustenta apenas com os indicadores que se demonstram pelo produto nacional bruto, aumento de rendas privada, processo de industrialização, avanço tecnológico, mas o desenvolvimento depende de outros determinantes como as garantias sociais e econômicas, os serviços de educação e saúde, e os direitos civis, por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas (SEN, 2010).

Neste caso faz-se a relação do posicionamento estratégico de Moçambique com alguns indicadores de pobreza, pois a amplitude empírica reflete o contexto de busca de informações relevantes para o aprofundamento do objeto de estudo. Considera-se que Moçambique é um país localizado na costa sudeste do continente africano, limitado a norte pela Tanzânia, a noroeste pelo Malawi e Zâmbia, a oeste pelo Zimbabwe, a leste banhado pelo oceano Índico e a sul e sudoeste pela África do Sul e Suazilândia. Dispõe de uma superfície de 799 380 km² e uma costa de 2515 km que se estende no sentido Norte-Sul, viabilizando o país num posicionamento estratégico para a circulação de bens e mercadorias com destino aos países como Malawi, Zimbabwe, Zâmbia e Suazilândia (atualmente designado Eswatini) que não possuem uma ligação marítima. Assim como pela questão do litoral sendo uma das principais particularidades para o turismo, além das áreas de conservação e o patrimônio histórico e cultural.

Figura 2: Principais redes de infraestruturas de apoio ao turismo em Moçambique



Fonte: Moçambique (2015)

Moçambique possui um total de 27 909 798 habitantes, dos quais 14 561 352 mulheres e 13 348 446 homens, a percentagem da população rural é de 66,6%, a urbana é de 33,4% e a taxa de analfabetismo é de 39% (INE, 2018)⁴. Conforme o PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (2018)⁵ –, a expectativa de vida em 2017 é de 58,9 anos e o Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,437, dentre 189 países, Moçambique ocupa a 180^a posição em 2017, conforme a tabela abaixo.

⁴De acordo com o INE – Instituto Nacional de Estatística. Dados definitivos do censo 2017, disponível em <http://www.ine.gov.mz/>, no dia 13 de junho de 2019. Embora os dados preliminares do censo 2017 indicavam que a população total era de 28 861 863 habitantes, dos quais 15 061 006 mulheres e 13 800 857 homens, a percentagem da população rural é de 67,7 e a taxa de analfabetismo é de 44,9%, disponível em <http://www.ine.gov.mz/> no dia 1 de Novembro de 2018. Pelo que se expõe uma contradição de dados das fontes oficiais.

⁵ Disponível em http://www.hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update.pdf do dia 26 de Julho de 2019.

Tabela 3: Dados demográficos de Moçambique

Designação	Conteúdo
Superfície	799 380 km ²
Extensão da costa marítima	2515 km
Total de habitantes	27 909 798
Mulheres	14 561 352
Homens	13 348 446
Taxa da População rural	66,6%
Taxa de analfabetismo	39%
Expectativa de vida	58,9
IDH	0,437
Nível de pobreza	46,1%

Fonte: UNFPA (2017); PNUD (2018); INE (2017)

Face a tabela acima, o UNFPA – Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais (2017)⁶ – atesta que o IDH de Moçambique é um dos mais baixos do mundo. Isso reafirma os níveis acentuados de pobreza e desigualdades, reforçado pelo inquérito de avaliação nacional da pobreza 2015/2016 que revela que em 2014 a pobreza nacional se situava em 46,1%, o que representa um decréscimo de nível considerável, uma vez que em 1996 a queda foi de 23,6% e em 2008 foi de 5,6%, correspondente a 69,7% em 1996 e 51,7% em 2008.

A pesquisa se insere no Arquipélago de Bazaruto, Moçambique, sendo um polo de desenvolvimento do turismo, uma área estratégica revelada pelo plano de desenvolvimento do turismo, onde ocorre a influência das empresas multinacionais⁷ do turismo, assim como das organizações não governamentais na dinâmica territorial associada ao entendimento de melhoria das condições de vida da população autóctone. Esta área estratégica localiza-se na parte sul de Moçambique, na costa nordeste da província de Inhambane. De acordo com Moçambique (2016), possui uma área total de 159.08 km² e é formado por cinco ilhas que são: Bazaruto (120.50 km²), Benguerra (32.86 km²), Magaruque (2.96 km²), Santa Carolina (2.10 km²) e Bangue (0.66 km²).

⁶Desde o fim da guerra civil no início da década de 1990 e a transição para uma economia mais baseada no mercado após as eleições de 1994 que o crescimento económico real em Moçambique tem sido extraordinariamente elevado. (...) O crescimento económico real médio *per capita* desde 1995 foi um impressionante 5,9% ao ano. (...) Há também razões para acreditar que os elevados níveis de pobreza e de consumo correspondem à privação em várias outras dimensões dos meios de subsistência das pessoas (UNFPA, 2017, pp. 6-8).

⁷Vide em anexo III os logotipos que operam no arquipélago de Bazaruto.

Figura 3: Mapa do arquipélago de Bazaruto



Título: Província de Inhambane/Moçambique - Empreendimentos turísticos no Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto (2019).
 Fonte: Pesquisa empírica (2019); Google Earth (2019); Sites das empresas turísticas (2019). Sistemas de coordenadas: SIRGAS 2000.
 Elaboração Cartográfica: Welton Nascimento. Organização dos dados: Verônica Chiundila. Orientador: Prof. Dr. Fransualdo Azevedo.

O arquipélago de Bazaruto se insere no PNAB – Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto – e envolve as cinco ilhas mencionadas anteriormente. O arquipélago é definido como uma área de conservação marinha com o objetivo principal na conservação da biodiversidade, considerando as espécies em vias de extinção, os dugongos e tartarugas marinhas. A essência do produto turístico do Arquipélago de Bazaruto é a natureza, os recifes de corais, a contemplação paisagística composta por dunas, lagoas, praias, a composição dos mangais e as águas cristalinas que possibilitam a visibilidade de diversidade de espécies, como os mamíferos marinhos.

Nesse contexto, são realizadas atividades baseadas na natureza: mergulho de superfície (*Snorkeling*), mergulho de profundidade (*Diving*), pesca recreativa (*catch and release*), passeio de carro pela ilha (*Island Drive*), passeio de cavalo (Hipismo), passeio de barco, observação de pássaros (Ornitófila), filmagem, fotografia, passeio a pé (*Island Hope*) e visita guiada à comunidade. Além do turismo de sol e mar, o arquipélago possui, também outro tipo de atrativo, o farol de Bazaruto e o sítio arqueológico insular da ponta de Dundo denominadas dunas de Bazaruto⁸.

Em razão do arquipélago estar intrinsecamente vinculado ao PNAB – Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto – importa referir que esse foi criado em 1971 e posteriormente contemplado pelo Diploma Legislativo N° 46/76, de 25 de maio, em que envolvia a ilha de Bangué, Magaruque e Benguerra e era denominado Parque Nacional de Bazaruto. Nessa mesma altura, as ilhas de Bazaruto e Santa Carolina eram consideradas zonas de vigilância especial.

Em 1989, as ilhas foram concebidas à Direção Nacional de Floresta e Fauna Bravia, subordinada pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural como instâncias estatais responsáveis pela administração de Parques em Moçambique. A posteriori em 2001 pelo Decreto n.º 39/2001, de 27 de novembro, foi estendido o limite do parque para incorporar as Ilhas de Santa Carolina e de Bazaruto e passou-se a chamar Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto.

As áreas de conservação foram marcadas pela transição da tutela para o Ministério do Turismo e, desde 2015, estão ao abrigo do Ministério de Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural.

⁸ Segundo Moçambique (2016).

O arquipélago possui cerca de 5.095⁹ habitantes, a principal atividade da população autóctone é a pesca artesanal como a atividade base de rendimento familiar, agricultura de subsistência e criação de gado caprino e de outros animais de pequeno porte para o consumo (MOÇAMBIQUE, 2016). Também, uma parte da comunidade exerce a função de marinheiro por meio de transporte em barcos de passageiros do continente para as ilhas e vice-versa, assim como, uma pequena parcela da população local trabalha nos empreendimentos turísticos e na administração do PNAB.

Uma das limitações que o setor turístico apresenta é a fraca capacidade de mão de obra qualificada, fraco envolvimento das comunidades locais na gestão e participação na atividade turística. Mas para que se eleve a iniciativa local, precisa haver liberdade econômica e empoderamento da população local. Portanto, a limitada capacidade e iniciativa local faz com que os recursos turísticos contribuam para o bem-estar de uma minoria, correspondente ao setor privado, maioritariamente estrangeiro (MOÇAMBIQUE, 2015 e 2016).

Não obstante, o desenvolvimento requer que sejam removidas todas as formas de privação de liberdade. Por isso, que se torna basilar o acesso à educação, assistência médica, saneamento básico, emprego, segurança econômica e social, assim como a expectativa de vida da população local. Na verdade, estes aspetos são importantes para a população, sendo assim também será relevante para o turismo que proporcione a vivência local e o melhoramento de condições de vida da população autóctone.

No arquipélago de Bazaruto, cerca de 85% de agregados familiares vivem abaixo da linha da pobreza, isso significa privação em termos de saúde, educação, abastecimento de água potável, falta de conhecimento geral e técnico-profissional, assim como carência de rendimento (PNUD¹⁰, SADC¹¹ e SAPLES, 1998 *apud* MOÇAMBIQUE, 2016, p 65). Para tal, a participação dos principais atores envolvidos é indispensável para a projeção de ações inclusivas que minimizem

⁹ Dados de número de habitantes mediante o atual plano de Maneio do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto.

¹⁰ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

¹¹ Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

as desigualdades e beneficiem uma totalidade, associada à influência da participação ativa dos indivíduos.

Os intervenientes no processo de desenvolvimento não devem apenas atender a sociedade de produção ou posse de produtos e serviços, mas sim maximizar a sua presença como agentes sociais ativos e transformadores que gozam de autonomia social em relação à melhoria das condições dos indivíduos.

Na vertente temporal devemos considerar que o espaço testemunha a realização da história, sendo, a um só tempo, passado, presente e futuro. E os lugares são a expressão atual de experiências e eventos passados e de esperanças no futuro (SANTOS, 2008). Pretende-se ter uma visão do momento anterior à instalação dos empreendimentos turísticos, às vivências das comunidades locais, à influência do turismo e das políticas públicas no modo de se conceber as diferentes racionalidades do território sob o ponto de vista da concepção de desenvolvimento que faceiam com os caminhos deste estudo.

Para uma análise delimitada em relação ao recorte temporal, consideramos o período compreendido entre 2000 e 2018, uma vez que, foi no ano 2000 que foi criado o Ministério do Turismo e nesse período vigorou o Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (PEDTM) 2004-2013 e, atualmente, vigora o 2016-2025, em que ocorreram alterações das ações do Ministério do Turismo referentes às atividades turísticas, à atribuição de tutela das áreas de conservação ao Ministério de Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, as mudanças e a criação do Ministério da Cultura e Turismo, além do setor ter passado por influências e sazonalidades. A preocupação em reestruturar o setor turístico e a composição do setor privado impulsionado por meio do surgimento de associações de hotelaria e turismo, assim como das associações locais atendendo à comunidade local.

1.2. Questões de pesquisa

Pretende-se pesquisar as seguintes questões centrais:

- Como se dão as relações de poder entre os principais atores envolvidos no turismo e como se vinculam ao Arquipélago de Bazaruto?

- Quais são as implicações que derivam do transcurso da internacionalização do turismo para o desenvolvimento do território?
- Como se efetivam as políticas públicas atendendo às estratégias do turismo em Moçambique, especialmente no Arquipélago de Bazaruto?

1.3. Objetivos

Face ao exposto, consideraremos os seguintes objetivos para o direcionamento da pesquisa.

Geral:

- Analisar a dinâmica do turismo no território do Arquipélago de Bazaruto, considerando seus nexos com o processo de desenvolvimento haja vista as ações globais e locais, e as políticas públicas de turismo estabelecidas no país.

Específicos:

- Compreender a dinâmica territorial, considerando as ações exógenas e endógenas correlacionadas ao turismo no Arquipélago de Bazaruto;
- Aferir sobre as políticas públicas do turismo discursivamente criadas em prol do desenvolvimento territorial;
- Aprender sobre as materialidades do fenômeno turístico e seus efeitos face aos anseios e expectativas da população local.

1.4. Categorias de análise

O acompanhamento de diversificadas matérias correlacionadas durante o processo da investigação, apoiou na reflexão e na determinação de um rumo para a presente pesquisa, pois contribuiu para o incremento de uma visão do turismo num contexto amplo. Assim, como se estabeleceu um elo geográfico, com base na aceção dos elementos do espaço (homens, firmas, instituições, meio ambiente e infraestruturas), tendo em conta as transformações territoriais e o tipo de desenvolvimento que possivelmente estará estruturado no território pesquisado, tencionando a melhoria das condições de vida da população local.

O estabelecimento de uma relação com a geografia permite reconhecer os aspectos relevantes do turismo, que vão além do puramente econômico, buscando mostrar como se estabelecem as relações que se dão no decurso das atividades de produção e consumo (ACERENZA, 2006). O conhecimento da incidência das atividades turísticas no território em que ocorrem contribui com que sejam realçados novos elementos e julgamentos da espacialidade para a definição de políticas de desenvolvimento do turismo.

Portanto,

o conjunto de conhecimentos científicos configura uma totalidade, porque a realidade analisada por cada ciência é isomórfica, fazendo com que as análises realizadas em campos diferentes deem lugar a estruturas similares, permitindo que dados obtidos em um campo ajudem a esclarecer o outro (DENCKER, 1998, p. 41).

Dencker (1998) ressalta que o fenômeno turístico constitui um campo de conhecimento científico que lida com os conceitos e métodos de outras áreas, inclusive faz relação com diversas disciplinas como a sociologia, a economia, a geografia, entre outras.

Ora, a abordagem do turismo enquanto fenômeno econômico e social permite apreender conhecimentos específicos acerca da internacionalização, do território e do desenvolvimento. Portanto, foram filtradas as categorias de análise que encaminharam à concepção dos pares dialéticos, o que possibilitou o entendimento da totalidade do objeto/problema de pesquisa que se insere no estudo da conjuntura turística.

Conforme o quadro 1, a pesquisa tem fundamento na teoria do espaço geográfico de Santos (2004, 2008), nomeadamente abrangendo: verticalidades e horizontalidades; fixos e fluxos; sucessões e coexistências. Essas são concepções opostas e contraditórias, mas também encaminham à essência do discurso epistemológico, que estará patente no decurso deste estudo.

Quadro 1: Descrição das categorias de análise

Categorias de análise	
Verticalidades e horizontalidades	Agentes hegemônicos e sujeitos não hegemônicos Solidariedade organizacional e solidariedade orgânica Forças centrífugas e forças centrípetas
Fixos e fluxos	Meios de produção e circulação Tecnosfera e a psicosfera
Coexistências e sucessões	Mudanças e convivências Diferentes formas e temporalidades

Fonte: Adaptado de Santos (2008).

Verticalidades e horizontalidades

Este par dialético possibilita a análise do território, face a influência dos fatores externos e internos que condicionam a organização e dinâmica do território. O fenômeno turístico é conducente a uma relação entre a influência global e local, por meio das verticalidades caracterizadas por confrontos de interesses, em que a influência externa dominada pelos macroatores, tende a definir as modalidades internas de ação, tomando o papel de regulação do espaço a favor dos atores hegemônicos. Apesar disso, atendendo às horizontalidades, os lugares podem se estruturar e se fortalecer a partir da sobrevivência do conjunto, na qual trata-se de uma produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas (SANTOS, 2008).

Nesse sentido, concebe-se a ideia de que o homem age de diversas formas para o alcance dos objetivos, essa ação se dá em relação a si e aos outros, daí distinguem-se dois tipos de atores: os agentes hegemônicos e os sujeitos não hegemônicos. Os hegemônicos, tratando-se de ações provenientes de atores que têm poder de decisão e atores não hegemônicos relacionados às ações realizadas por atores que estão sujeitos às decisões dos agentes, em que as suas ações são limitadas.

Fixos e fluxos

O espaço é também formado por fixos e fluxos que interagem e se alteram mutuamente. Segundo Santos (2008), os fixos nos dão o processo imediato do trabalho, são instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo o esforço dos homens. Portanto, os fixos são as materialidades que se apresentam e os fluxos são o movimento, a circulação, e assim eles nos apresentam os fenômenos da explicação da distribuição e do consumo.

Essa categoria facultará o entendimento dos impactos do turismo no que concerne as forças produtivas e a distribuição, a forma de combinação de fatores de produção e como esses possibilitam as relações que determinam as condições de vida e satisfação de necessidades básicas para o bem-estar da população. O estudo de fixos permitirá uma abordagem por meio de objetos localizados como empreendimentos turísticos, associações locais, comunidade local, instituições responsáveis pelo turismo.

Sucessões e coexistências

As sucessões e coexistências permitem fazer um estudo do espaço no que tange a noção do tempo, sendo que a vida social para diversos atores, acontece de diferentes formas e temporalidades, mas ocorre de modo sincrônico. Essa noção é fundamental para o entendimento do processo de desenvolvimento e transformações do território. Uma vez que o espaço se impõe por meio das condições que ele oferece para as diversas relações sociais, determinadas pelas relações de poder, assim como para o lazer e como condição de viver satisfatoriamente (SANTOS, 2008), é importante indagar sobre as sucessões e coexistências.

De acordo com Santos (2008), a cada lugar os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem, quando se refere ao eixo de sucessões. Em relação ao eixo das coexistências, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizavam o tempo social não são os mesmos, no modo de viver a cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes.

1.5. Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos se referem aos parâmetros a serem concretizados em consonância com os objetivos pretendidos. A pesquisa irá se basear na análise qualitativa em turismo atendendo a consolidação em relação às abordagens sobre os procedimentos metodológicos de Dencker (1998), Gil (2008), Meksenas (2002), Richardson (1999) e Veal (2011).

Deste modo, “o pesquisador deverá definir os procedimentos adequados ao caso que pretende estudar de modo específico, podendo ter que mudar a conduta quando estiver realizando a pesquisa de campo se a situação assim exigir” (DENCKER, 1998, p. 119). Sustenta-se a esse contexto a observação de Santos (1994), em que o método pode variar em função das experiências existentes, seja do pesquisador assim como dos outros elementos, o importante é expor como as relações e objetos se estabelecem num processo interativo.

Então a construção de informações, conceitos e explicações obedece a um critério gradual (VEAL, 2011), onde sempre que necessário, a pesquisadora estabelece a comunicação contínua com os participantes da pesquisa para obter informações adicionais enquanto a pesquisa é consolidada. Esta pesquisa se concretizada com base no estudo de caso realizado por meio da presença da pesquisadora na unidade investigada, que consiste na interação com os sujeitos pesquisados (MEKSENAS, 2002). Assim, o contato e coleta de informações prévias e posteriores ao trabalho de campo junto ao arquipélago de Bazaruto tiveram início em Julho de 2018 e foram finalizados em Outubro de 2019. Todavia, a presença em campo mediante a observação e interação presencial com os sujeitos de pesquisa, se concretizou em Fevereiro de 2019.

Diante disso, a abordagem qualitativa a ser aplicada na atual pesquisa se enquadra no entendimento dos problemas estruturais e sociais. Essa abordagem justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um objeto, uma vez que ela nos permite obter dados descritivos e exploratórios mediante o contato direto e interativo da pesquisadora com a situação de objeto de estudo (RICHARDSON, 1999).

Numa pesquisa qualitativa só um pequeno número de pessoas é interrogado. São escolhidas em função de critérios que nada têm de probabilistas e não constituem de modo algum uma amostra representativa no sentido estatístico (THIOLLENT, 1982, p.199 *apud* MEKSENAS, 2002, p.130). Essa abordagem requer a coleta de uma grande quantidade de informações, sobre um pequeno número de pessoas. A informação coletada é usada quando a completa compreensão do comportamento e das situações de alguns indivíduos, por mais “representativos” que possam ser, é necessária mais do que um entendimento limitado de um grupo grande e “representativo” (VEAL, 2011).

Portanto, não se busca um tratamento estatístico e o estabelecimentos de probabilidades (MEKSENAS, 2002), por isso que a informação coletada geralmente não é apresentada de forma numérica (VEAL, 2011). Ainda que, não se baseia em testes estatísticos, mas aplica-se a pesquisa quantitativa informal do tipo B em que sua abordagem se aproxima mais ao método qualitativo (VEAL, 2011), pelo uso, em alguns momentos, de uma base de dados numéricos, com vista a fazer o cruzamento de explicações e obter uma confiabilidade de informações para permitir uma argumentação qualitativa.

Em relação aos participantes da pesquisa, será empregado a amostra não-probabilística por acessibilidade ou por conveniência, que segundo Gil (2008), a seleção dos elementos relacionados ao problema de pesquisa depende dos critérios do pesquisador e são selecionados de acordo com sua acessibilidade. Trata-se da interação com indivíduos que exercem a afinidade com o tema pesquisado.

Diante do exposto, vem sendo realizada uma busca bibliográfica e documental mediante a leitura de matérias já realizadas, por meio de livros, trabalhos científicos e documentos oficiais que possuem uma fundamentação em relação ao estudo (GIL, 2008). Portanto, além de obter dados de fontes oficiais, como INE, UNWTO, WTTC, UNFPA, PNUD, entre outras fontes bibliográficas, fundamentar-nos-emos no seguinte conteúdo:

Quadro 2: Relação das temáticas principais

Autores	Temáticas
Acerenza (2006), Dias e Aguiar (2002) e Barretto (1999)	Turismo
Sen (2010) e Max-neef (1998)	Desenvolvimento centrado no ser humano, a participação social e emancipação dos indivíduos.
Singer (1977)	Desenvolvimento e crescimento econômico
Santos (2008), Santos e Silveira (2006), e Raffestin (1993)	Território
Azevedo, <i>et al</i> (2013a); Nóbrega (2007); Bila, <i>et al</i> (2017)	Política pública de desenvolvimento do turismo

Fonte: Elaboração própria (2019)

Também são aplicados os métodos usados para coletar a informação qualitativa, que abrangem as entrevistas exploratórias e aprofundadas e observação participante (VEAL, 2011), pois, Dencker (1998) expressa que múltiplas metodologias se utilizam para recolher informação qualitativa. Apesar que alguns estudiosos distinguem o método de entrevista do método de questionário, isso é um engano, quando se trata da sondagem com questionário preenchido pelo entrevistador, pois claramente envolve uma entrevista (VEAL, 2011).

Assim sendo, de modo a estimar os impactos do turismo e as transformações no território entendendo os aspetos de desenvolvimento no Arquipélago de Bazaruto, foi fundamental o

esboço de roteiro de perguntas¹², embora não se tenha seguido rigorosamente o padrão das mesmas questões devido a natureza da pesquisa. Contudo, se baseou na aplicação no seguinte:

- Entrevistas exploratórias aos representantes do setor de administração do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto, nesse caso, com vista a compreender a estrutura, os planos de turismo a nível local, o envolvimento da comunidade nas atividades turísticas e obter dados relacionados à rede de empreendimentos turísticos e da entrada de turistas.
- Entrevista dirigida a quatro (4) gestores de empreendimentos turísticos de modo a perceber sobre as ações por esses desenvolvidos no âmbito do envolvimento com a comunidade local, o fluxo e perfil de turistas que frequentam.
- Entrevistas exploratórias a dezasseis (16) trabalhadores dos empreendimentos turísticos, tencionando captar a real satisfação desses pelo contexto turístico.
- Entrevistas exploratórias a dois (2) representantes das associações de gestão local *Thomba Yedo* e *Khanhy Kwedo* e também estabeleceu-se o diálogo com alguns membros da comunidade local com objetivo de obter informações relacionadas às práticas por elas desenvolvidas no sentido de organização em resposta da solidariedade orgânica, entender os impactos da atividade turística para o desenvolvimento relativamente ao acesso ao emprego, venda de produtos locais aos estabelecimentos hoteleiros e o acesso a diversos bens e serviços, bem como a educação, saúde e habitação.
- A observação participante consistiu na deslocação ao campo de estudo para apreensão da realidade, do contexto da pesquisa e o contacto direto e constante com os elementos/participantes da pesquisa.
- O encontro participativo com a comunidade local que consistiu na exposição e discussão sobre os conflitos vivenciados no arquipélago de Bazaruto.
- A análise de documentos e dados consistiu na análise do conteúdo e da seleção de dados e das informações que servirão para análise das constatações obtidas, em que predominará a reflexão destacando novos conhecimentos obtidos.

¹² Vide o apêndice I.

2. PROBLEMATIZANDO O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO NO ARQUIPÉLAGO DE BAZARUTO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL

Os estudos sobre o turismo têm se constituído como de fundamental importância no contexto da ciência contemporânea, sobretudo das ciências sociais, denotando uma linha de investigação e produção do conhecimento, a qual lida com um conjunto de relações que ocorrem como consequência do ato de viagens e lazer. Embora, a necessidade de viajar vem dos tempos remotos e está associada à repercussão de vida da sociedade, em cada período teve a sua essência, demarcando parte integrante dos primórdios da humanidade.

Certamente, excetuam-se as movimentações caracterizadas em busca de sustento ou amparo, visto que, não se pode referir ao turismo pela ausência de lazer, mas sim trata-se da ocorrência de movimentação por obrigatoriedade. Pretende-se trazer uma base norteadora do fenômeno turístico pela magnitude espacial, realçando os seus fundamentos a partir das primeiras aparições como prática social e como atividade econômica.

2.1. A evolução do turismo: do contexto ocidental ao arquipélago de Bazaruto

Acontecimentos pertinentes colaboraram para a expansão do turismo. Relatos que procuram reaver a evolução do turismo com base nas primeiras manifestações que retratam as viagens praticadas no período pré-histórico pelos gregos e romanos que identificariam o turismo como um fenômeno social. Portanto, tem se em conta a relação do turismo aos vetores ocidentais.

Na Grécia antiga já se viajava para a realização de peregrinações em grupo com vista a consumir práticas religiosas e jogos olímpicos, assim como os filósofos que procuravam adquirir certos conhecimentos viajavam para outras realidades. Todavia a condição socioeconômica se distanciava das relações de produção capitalista da sociedade industrial, mas o fator motivacional de viagens se reconheceria com o cenário atual (BARRETTO, 1999; DIAS e AGUIAR, 2002).

Outro fator é que os romanos criaram uma estrutura de atendimento ao viajante, construíram estradas, assim como impulsionaram o surgimento das segundas moradias. Eles teriam sido os pioneiros em viagens por prazer, as visitas às termas em busca da cura, às praias

em busca de divertimento e aos monumentos históricos teriam sido os referenciais (BARRETTO, 1999; DIAS e AGUIAR, 2002).

No entanto, a África Sahariana¹³ já estabelecia uma relação com o ocidente desde os tempos passados, mediante as viagens realizadas pelos europeus com fins comerciais mas também pela estrutura arquitetônica e os monumentos históricos. Ao exemplo disso, os precedentes do turismo internacional no contexto africano são as viagens inseridas no *Grand Tour* que concedia um determinado *status social*.

Pois, se refletirmos sobre os relatos de Dias e Aguiar (2002) e Barretto (1999) podemos afirmar que o *Grand Tour* tratava de viagens com carácter educativo que consistiam no encaminhamento de filhos de uma minoria da elite europeia, maioritariamente inglesa para os países da África Sahariana e Europa Ocidental considerados berço da civilização e/ou que possuíam um grande número de monumentos.

Com a revolução Industrial no século XIX, a descoberta do vapor como fonte de energia fundamental para a locomoção dos navios, tal como a invenção do transporte ferroviário contribuiu com que viagens de longo percurso se realizassem de forma segura. Foi neste contexto que surge a imagem de Thomas Cook associada à sua dedicação na organização padronizada de viagens que proporcionava um conjunto de serviços inclusos, alojamento, alimentação, recreação e a criação de itinerários descritivos com guias turísticos. Assim, introduzindo também o sistema do uso de *voucher*¹⁴, tal como se estabelece nos dias de hoje, no entanto, era apenas uma fase do emprego dos avanços tecnológicos que acontecem de forma contínua.

No contexto Moçambicano, os finais do século XIX e o início do século XX, o turismo sempre esteve associado ao desfrute do ambiente da cidade, o usufruto do litoral e também à selva, caça desportiva e os safaris. Alguns exemplos referenciais dessa época são: Em Inhambane, o hotel Charleton construído em 1890 – a referida casa Oswald Hoffman que é a atual Gráfica Sul de Save; Em Maputo, o hotel Clube construído entre 1898 e 1899 que funciona

¹³ Trata-se de Egipto, Argélia, Líbia, Marrocos e Tunísia.

¹⁴ Comprovativo que atesta o pagamento e o direito a um serviço ou a um produto, nestes termos pode-se referir aos serviços de alojamento, transporte e restaurante inclusos.

como o Centro Cultural Franco-Moçambicano, o hotel Cardoso em 1906 e o Polana Serena Hotel em 1922; Em Quelimane o hotel Chuabo em 1947 e em Morrumbala os vestígios de uso das águas termais; na Beira o Grande Hotel erguido em 1954 que nos dias de hoje se encontra abandonado e ao abrigo de mendigos.

No âmbito do Arquipélago de Bazaruto, um dos marcos iniciais do desenvolvimento do turismo, se destaca pela existência do hotel Santa Carolina, atualmente inoperacional, mas que teve sua exploração no início da década 1950.

Figura 4: Placa de sinalização do hotel Santa Carolina



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Essa época ditava o princípio da incorporação de investimentos em empreendimentos turísticos e assim, delineavam-se o controle da oferta e demanda turísticas pelo sistema capitalista com o advento do turismo e as facilidades que o meio técnico-científico predispôs.

Todavia, o turismo manifestou-se consideravelmente como um fator de expansão internacional das corporações, instigado pela mercantilização de lazer excludente e reestruturação do capital com a tendência no relacionamento aos laços coloniais. Pois, um grupo social pode usufruir do tempo livre e outro deve sucumbir, tornando-se refém do trabalho e da extorsão de recursos, enquanto constatação da exploração imposta pelo capital às distintas realidades econômicas e sociais.

O arcabouço do hotel Santa Carolina demonstra que na era colonial, já havia um contato intenso com o arquipélago de Bazaruto por uma elite colonizadora, pela acessibilidade dos meios de transporte, capacidade técnica, disposição de capital para erguer e manter um negócio ostensivo numa área marcadamente vulnerável face a população local. Também, desprovida de capacidade operacional e assente na vigorosa exploração disseminada.

Figura 5: Hotel Santa Carolina



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Diante da figura acima, é possível notar que o hotel se encontra em ruínas. No momento atual constitui um dos elementos de visitação no qual se tende a confirmar, além do tipo de edifica o que se difere das recentes, ainda pode-se atestar a presença do primeiro hotel do arquipélago de Bazaruto.

Portanto, o turismo teve seus destaques, conforme aponta Moçambique (2006, p11):

Historicamente, Moçambique conquistou a posi o de destino turístico de primeira classe em África (...) O turismo desenvolveu-se em torno de 3 temas: as praias, a fauna e o ambiente dinâmico oferecido pelos centros urbanos e concentrava-se principalmente nas zonas Sul e Centro do País. O produto faunístico encontrava-se muito desenvolvido e o Parque Nacional de Gorongosa era considerado uma das melhores reservas de animais da África Austral e a caça nas coutadas, na zona Centro, possuía padrão internacional (MOÇAMBIQUE, 2006, p. 11).

O turismo relativo a flora e fauna teve seus marcos com o Parque Nacional de Gorongosa em criado em 1960, o Parque Nacional de Zinave em 1962 e o Parque Nacional de Bazaruto em

1971 que apontam a afluência do turismo no período colonial. No entanto, o turismo era praticado na sua maioria por portugueses, americanos, sul africanos, espanhóis e alemães nos processos de acumulação (MOSCA, 1987 *apud* AZEVEDO, 2014).

Face ao exposto, a primeira metade do XIX deixa avanços significativos na evolução do turismo, bem como na transformação econômica e social que ocorreu como consequência da Revolução Industrial, favorecendo a rápida melhoria nos transportes e a conexão dos países do centro com os países considerados periféricos na concepção mundial.

No século XX, o mundo ficou mais conectado, um ímpeto de viagens com a era da aviação se tornou mais confortável e flexível, que resultou no dispêndio de menos tempo em longos trajetos de viagens. Conforme Dias e Aguiar (2002), no século XXI a consciência do turista torna-se mais exigente com a qualidade de produtos e serviços, refutando o turismo de massa e incrementando o turismo voltado à natureza. Surgem as novas particularidades do turismo, dentro do novo paradigma de antagonismos proveniente do padrão produtivo mundial (AZEVEDO, FIGUEIREDO, NÓBREGA, MARANHÃO, 2013a). Em vista disso, Azevedo, *et al* (2013a) referem sobre as mudanças que ocorrem e vão forçando um novo ritmo a sociedade, seja pelo despotismo de consumo, pela tendência de estandardização da cultura, pelas relações flexíveis com o meio ambiente e pela capacidade de exploração de mão de obra por diversas partes do mundo.

Assim, o turismo se insere na acumulação flexível de capital e que se aprimora¹⁵ pela revolução científica e tecnológica, liberalização das fronteiras e do comércio internacional, a união horizontal e vertical das empresas e a movimentação de empregos nos diversos setores produtivos. Nesse contexto, o turismo se identifica como um projeto de atividade geradora de riqueza desigual, tanto que muitos países hegemônicos se beneficiaram do seu desenvolvimento marcadamente capitalista. Por isso, é viável se for pensado no desenvolvimento a partir de uma base mais endógena e/ou solidária com os lugares e territórios turistificados.

¹⁵ Vide o anexo II.

2.2. O desenvolvimento e seus quesitos

O desenvolvimento econômico é um fenômeno dos últimos 250 anos. Antes da formação dos Estados nacionais e da revolução industrial as sociedades experimentavam momentos de prosperidade econômica, mas não se podia falar em desenvolvimento na medida que faltavam a esses processos o caráter deliberado e auto-sustentado que lhe é próprio. Foi só depois da mudança estrutural e cultural representada pela revolução capitalista é que surgiu a instituição fundamental dos tempos modernos – o Estado nacional – e as sociedades passaram a ter condições de promover seu desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2004, P. 6).

A concepção de desenvolvimento, numa dimensão mundial, intensificou-se a partir dos meados do século XX e sofreu alterações ao logo dos anos. Primeiramente foi confundida ao crescimento econômico baseado em processos de industrialização para o estabelecimento do sistema capitalista, fundamentado na ideia da modernização e exploração de países subdesenvolvidos, o que levaria esses países a extrema dependência dos países desenvolvidos.

Assim, o desenvolvimento se engendra como forma de expansão do capitalismo (SINGER, 1977), em que as relações políticas e econômicas globais se caracterizam por serem baseadas em laços coloniais com vista a explorar os países subdesenvolvidos (SHARPLEY e TELFER, 2008).

De acordo com Sharpley e Telfer (2008), o desenvolvimento contemplou cinco estágios teórico-conceituais contraditórios¹⁶: a modernização, a dependência, o neoliberalismo, o desenvolvimento alternativo e o pós-desenvolvimento. A *modernização* está vinculada ao entendimento de libertar a sociedade das condições deploráveis de pobreza que afeta uma maioria da população, assegurando-se das capacidades dos países desenvolvidos como vanguardistas do conhecimento científico e técnico. Se presume que com a expansão e intensificação industrial de forma “abrangente e ativa”, ora dominante, podia-se salvaguardar a melhoria de vida dos indivíduos, garantindo-os a saída do atraso.

O termo moderno constou na agenda política do governo norte-americano em 1949, no ato da investidura do presidente Harry Truman, ditando a era de desenvolvimento no que tange ao entendimento das relações mundiais. O seu discurso se destaca pela seguinte passagem:

¹⁶ Vide o apêndice VI.

Devemos nos empenhar em um novo programa ousado para disponibilizar os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial para a melhoria e o crescimento de áreas subdesenvolvidas. (...) Mais da metade das pessoas do mundo vive em condições de miséria. Seus alimentos são inadequados. Eles são vítimas de doença. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. (...) Pela primeira vez na história, a humanidade possui o conhecimento e a habilidade para aliviar o sofrimento dessas pessoas. (...) Acredito que devemos disponibilizar aos povos pacíficos os benefícios de nossa reserva de conhecimento técnico, a fim de ajudá-los a realizar suas aspirações por uma vida melhor. E, em cooperação com outras nações, devemos promover investimentos de capital em áreas que precisam de desenvolvimento. Nosso objetivo deve ser ajudar os povos, através de seus próprios esforços, a produzir mais alimentos, mais roupas, mais materiais para habitação e mais poder mecânico para aliviar os seus obstáculos. Todos os países, inclusive os nossos, se beneficiarão enormemente de um programa construtivo para o melhor uso dos recursos humanos e naturais do mundo. (...) A maior produção é a chave para a prosperidade e a paz. E a chave para uma produção maior é uma aplicação mais ampla e vigorosa do conhecimento científico e técnico moderno (TRUMAN, 1949)¹⁷.

Essa perspectiva contribuiu com que diferenças se manifestassem pelo mundo, tendendo à adesão de uma visão dualista, em que se procura distinguir o moderno e o tradicional; o avançado e o atrasado; o desenvolvido e o subdesenvolvido (SINGER, 1977; ESCOBAR, 1995), indicando na sequência, os países centrais (da Europa Ocidental e América do Norte) e os países periféricos (da América do Sul, África e Ásia¹⁸). Ora, contrastes têm-se verificado para os países desenvolvidos, em que a modernização tem significado um maior enriquecimento, mas nos países subdesenvolvidos, ao contrário, estão se tornando mais desfavorecidos, onde assiste-se à concentração da riqueza mundial e à conseqüente fragilidade da disposição de rendimento e da crescente exclusão dos países periféricos, implicando em aprofundamento da desigualdade e vulnerabilidade¹⁹.

O país subdesenvolvido caracteriza como aquele que, apesar de apresentar seus recursos e meios, não usa plenamente e assim a sua economia cresce vagarosamente comparada às suas capacidades (SINGER, 1977). Esses países não usam num sentido dinâmico os fatores de produção que dispõem, embora possuam potencial para elevar, em certos casos manter, o nível de vida da sua população (VINER, 1960 *apud* SINGER, 1977).

¹⁷ Disponível em <https://www.bartleby.com/124/pres53.html> no dia 3 de Junho de 2019.

¹⁸ Concretamente os países do sudeste asiático.

¹⁹ Vide o anexo IV sobre as desigualdades que se refletem no IDH/2017 pelo mundo.

Os países desenvolvidos representam a esfera moderna dotada de princípios do mundo ocidental definido pelos altos níveis de industrialização, de produção, de urbanização, de padrão de vida, da mão de obra especializada, que se insere num sistema a ser reproduzido pelo mundo como um plano de acumulação de capital, acreditando-se num crescimento econômico ao invés de desenvolvimento.

O desenvolvimento se manifesta como uma condição que nunca se conclui, dado que, ele replica nas ex-colônias a economia dos países industrializados em tal ritmo que o atraso absoluto é superado apenas para ser repostado, pois nos países desenvolvidos, o avanço das forças produtivas não cessa e, além disso, assegura-se precisamente da industrialização retardada dos países subdesenvolvidos (SINGER, 1977).

A expectativa em mitigar a pobreza com base na industrialização foi criada no mundo todo, todavia se tornou uma utopia, pois a melhoria de vida da população não foi garantida de forma automática, apenas os países desenvolvidos fortaleceram o mecanismo de monitoria e hegemonia para com os países subdesenvolvidos. A *dependência* foi empregada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) a partir da década 1950, que despertou uma visão estrutural de dependência e exploração dos países periféricos pelos países centrais, repudiando à ideia de modernização.

O interesse ativo do centro imperial resultava na exploração, na qual a colonização puramente mercantil e capitalista tinha o propósito de manter os países subdesenvolvidos como exportadores de produtos primários, excluindo-os do avanço tecnológico (BRESSER-PEREIRA, 2010). Assim, os países centrais difundiam nos países periféricos, o modelo de crescimento baseado em exportação de matéria-prima, reforçando a dependência em investimento direto das empresas multinacionais e os empréstimos externos, “pois o centro retêm mão-de-obra, capital, capacidade empresarial e divisas, e a periferia contribui para o crescimento do centro” (SANTOS, 1979 *apud* AZEVEDO, 2014, p.72). Portanto, os países pobres foram vistos como presos num círculo vicioso de pobreza e falta de capital de modo que uma boa parte de capital teria que vir do exterior (ESCOBAR, 1995).

Assim, de acordo com Singer (1977), uma vez que o capital estrangeiro se ajusta ao sistema imperante nos países subdesenvolvidos, ampliando seu setor de exportação, ele causa

certo crescimento econômico, demonstrando existir compatibilidade entre subdesenvolvimento e o crescimento econômico. Logo, o crescimento econômico se distancia de possibilitar uma redistribuição de renda uma vez que favorece a uma burguesia dependente local e ao centro imperial e não à mão de obra excluída e sacrificada pelas horas de trabalho e pelos salários que não correspondem aos níveis de subsistência.

Nesse sentido, o contexto de desenvolvimento na economia capitalista concernia na industrialização e crescimento econômico, ainda que privilegiava a expansão do capital financeiro internacional e impulsionava a concentração de renda e a ascensão da elite, gerando o aumento de desigualdades entre as classes e circunstâncias perversas para os trabalhadores submetidos a condições árduas. Por essa forma deliberada de se estruturar, distanciava-se dos aspectos da melhoria das condições de vida da população face às questões sociais, trazendo uma lógica abstrata na concepção de desenvolvimento, às vezes distorcendo a realidade em sua essência.

Dessa forma, a questão do subdesenvolvimento estaria associada à dependência externa e à subordinação, à exploração cíclica pelos agentes dominantes, ou seja, pelos países desenvolvidos. Nesse caso, relaciona-se à dependência do entendimento da ampliação das desigualdades econômicas, políticas e sociais entre os países, como reflexo da expansão industrial da estratégia capitalista. À vista disso:

Numa economia subdesenvolvida não temos capital sem aplicação, ou mão-de-obra especializada, clamando pela sua utilização; temos, porém, na realidade, não só à espera o trabalho subempregado (...) como também a capacidade não aplicada para salvar, a atividade empreendedora latente ou mal orientada e uma grande variedade de habilidades utilizáveis, para não mencionar as técnicas industriais modernas, que estão à espera de serem deslocadas dos países avançados (HIRSCHMAN, 1961, p.20).

Não se trata sobre a falta de capital e mão de obra, mas sim da conjuntura criada pela agregação à economia global, ou seja, os países subdesenvolvidos continuaram meramente sujeitos, subordinados ou hegemonzados pelo progresso tecnológico dos desenvolvidos em que a combinação dos fatores de produção (recursos naturais, trabalho e capital) deve surtir efeitos exclusivamente quantitativos.

Assim, a evolução dos países subdesenvolvidos é mais imobilizada pela insignificância do moderno setor capitalista do que por qualquer incapacidade absoluta de economizar, resultante de

baixos níveis de rendimento (HIRSCHMAN, 1961), uma vez que a economia dos países subdesenvolvidos é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outros países. Apenas os países desenvolvidos tiveram o privilégio de se beneficiar do ‘desenvolvimento’ por eles sistematizado para tirar a mais-valia da acumulação de capital, pois, “as decisões e opções que se precisam realizar para alcançar o desenvolvimento se aproximam muito mais da prossecução do poder e do prestígio do que da intensificação do bem-estar social” (HIRSCHMAN, 1961, p. 27).

Principalmente com a adoção das práticas neoliberais, que veio a se materializar na década 1980, impulsionada pelo surgimento de novas intervenções dominantes no ocidente capitalista, defendia-se a retirada do Estado em várias áreas do bem-estar social. Devido à crise econômica enfrentada no centro capitalista na década 1970, uma política de reestruturação econômica foi orientada por grandes potências mundiais ao comando de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e teve repercussões por todo o mundo.

As políticas neoliberais consistiam no seguinte: enfraquecimento do movimento sindical organizado com vista a fomentar a perda dos direitos trabalhistas e garantir a acumulação de capital das empresas e a sua expansão de investimento; equilíbrio na balança de pagamentos, estimulando o aumento de riqueza para as empresas e geração de divisas e disponibilidade financeira para o país; retirada da atuação do Estado como agente produtivo e regulador dos setores produtivos da economia por meio do plano de privatização; incentivo aos agentes econômicos mediante a regalia dos benefícios fiscais para a redução de impostos sobre os grandes investimentos, acreditando-se que novas desigualdades dinamizariam economias avançadas; reduções do Estado de bem-estar por via de cortes nas despesas públicas, ou seja, essas despesas são: educação, saúde, segurança social, entre outras (CEQUEIRA, 2008).

Desta forma, convém a intensificação do domínio do mercado por meio do enfraquecimento do Estado, restando-lhe o papel de salvaguarda da estrutura institucional pela formulação de políticas públicas, embora influenciados pelo contexto de variação (crescimento ou decrescimento) de mercado. A convicção a essa adesão parte deste princípio:

O neoliberalismo é uma teoria das práticas políticas e econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido, liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura

institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livre mercado e livre comércio (HARVEY, 2008, p.5).

Assim, o mercado exerce o maior controle da economia se enquadrando no entendimento de mercado autorregulável. Portanto, se opõe à política do Estado intervencionista ao se defender que a sua participação deve se manter mínima. A função do Estado passa a ser a promoção do investimento e iniciativa privada, ou seja, garantir a criação de mercado com a educação, saúde, segurança social, abastecimento de água, disponibilização de terra, entre outros, para dinamizar o funcionamento de mercado.

O neoliberalismo se tornou hegemônico desde os anos 1980 e 1990 (BRESSER-PEREIRA, 2009). Certos países aderiram a essa política econômica devido a imposição opressiva, pois, coadunando com Sharpley e Telfer (2008), o financiamento de empréstimos internacionais administrados pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional para o fomento de desenvolvimento foram condicionados a ajustes estruturais e políticos.

Olhando para o contexto moçambicano, a situação socioeconômica do país teve recessões, que se devem considerar quando se pretende associar à conjuntura da prepotência neoliberal. Após a independência de Moçambique, obtida em 25 de junho de 1975, o Estado passou a exercer a gestão de empresas através do poder de organização da economia, assim como do processo social, atravessando por momentos de tentativa para o empoderamento dos cidadãos nacionais com vistas a obter o desenvolvimento desejável.

Inclusive, foi um período marcante a nível internacional porque muitos movimentos se libertavam da ditadura, o socialismo estava no auge e o capitalismo na Europa apresentava uma crise pós-guerra (MOSCA, 1996). Portanto, em Moçambique:

Um mês depois da independência realizaram-se as primeiras nacionalizações. A terra foi declarada propriedade do Estado. A educação e a saúde foram nacionalizadas e foram proibidas atividades privadas nestes sectores. A habitação foi também nacionalizada e o negócio imobiliário ficou reservado para o Estado. As primeiras empresas começaram a ser abandonadas pelos proprietários que saíram do país obrigando o governo a realizar as intervenções e a nomear as “Comissões Administrativas” para gerir as empresas tornadas públicas (MOSCA, 1996, p.20).

Nesse período predominou o processo de nacionalização de um conjunto de atividades como do setor industrial e comercial, que consistia na liderança de empresas estatais do setor bancário, setor hoteleiro, das áreas agrícolas, dos centros comerciais, das seguradoras, entre

outros. Isso é, a posse e o domínio de todos os imóveis construídos e forçosamente deixados pelos colonizadores após a libertação de Moçambique a favor do Estado.

O país apresentava um quadro de pessoal incapaz de suportar a estrutura, que se evidenciou na falta de pessoas especializadas nos diversos setores. E assim:

Os resultados econômicos das empresas públicas eram, na maioria dos casos, negativa. Grande parte dos financiamentos (...) não eram reembolsados à banca e a dívida começou a avolumar-se. Os investimentos eram realizados pelo Estado e muitas das empresas não possuíam solvência financeira para o seu pagamento. Porque as empresas não tinham capacidade técnica e de gestão para a manutenção do equipamento, os “cemitérios de máquinas” começaram a avolumar-se. As quebras no aprovisionamento de campanha eram frequentes, afetando (...) os rendimentos produtivos (MOSCA, 1996, p.30).

A fraca capacidade de gestão das empresas, assim como de abastecimento interno, resultou numa crise, que diante disso, o país procurava se erguer e passava por um processo de construção em todas as instâncias.

Face aos elementos expostos, ocorre a estagnação econômica e social associada à tensão e conflitos influenciados pelos fatores estruturais que o país atravessou na situação de guerra civil de 16 anos (1976-1992), do endividamento externo, da fraca produtividade industrial que levaram a adoção do sistema neoliberal. Portanto, em 1987 foi assumido um programa de ajustamento estrutural instigados pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional e se estabeleceram as novas relações econômicas e financeiras com o ocidente (MOSCA 1996; BAIA, 2009). O Estado deixa de exercer a administração direta das atividades econômicas, ou seja, o Estado se retira do poder centralizador das empresas, estabelece a abertura de mercado, promove a iniciativa privada e o investimento estrangeiro, facilitando o livre comércio e o capital mundializado.

Uma observação mesmo superficial da história moderna, põe em evidência que formações sociais assinaladas por grande heterogeneidade tecnológica, marcadas por desigualdades na produtividade do trabalho (...) uma população relativamente estável vivendo ao nível de subsistência, as economias subdesenvolvidas estão intimamente ligadas à forma como o capitalismo se difundiu (FURTADO, 1974, p.6).

O engajamento crítico com essa história sugere, além disso, uma estrutura passível de permitir identificar e construir propostas políticas e econômicas alternativas (HARVEY, 2008,

p.5), portanto o neoliberalismo resultou na expansão do comércio internacional e o crescimento das grandes corporações, e processo crescente de dependência entre países.

2.3. O desenvolvimento e o crescimento econômico: uma problematização

Singer (1977) destaca a presença de duas correntes na reflexão sobre o desenvolvimento econômico: A primeira corrente está associada aos pensamentos enraizados na teoria clássica na qual identifica o desenvolvimento como crescimento referente à capacidade quantitativa de renda dos países. A existência de inovações tecnológicas é mencionada como relevantes no processo de desenvolvimento, mas não vai além da essência econômica para privilegiar o crescimento empresarial que espera a industrialização, expansão de investimentos e maximização de receitas.

Noutra corrente está a posição crítica que distingue o crescimento do desenvolvimento, sendo que crescimento é apenas um elemento do desenvolvimento. Poderá não haver desenvolvimento quando o crescimento da economia de certos países tende a aumentar. No entanto, o crescimento é essencial quando abrange uma camada ampla da população e desde que não estimule as desigualdades. Uma saída em vista seria a posição do desenvolvimento centrado na expansão das capacidades humanas ampliando as condições de coletividade.

O desenvolvimento sugere o processo de transformação qualitativa da estrutura econômica de um país enquanto o crescimento econômico acarreta o aumento contínuo, num determinado período, do Produto Interno Bruto (SINGER, 1977). Desse modo, não se considera o processo de desenvolvimento, apenas o crescimento da economia uma vez que isso não determina nenhum fenômeno qualitativo (SCHUMPETER, 1982) ou seja, o mero crescimento econômico não se identifica como o desenvolvimento (SINGER, 1977). O desenvolvimento preocupa-se inteiramente em proporcionar intensa mudança estrutural conducente à melhoria das condições de vida da população.

O crescimento econômico relata a maximização da renda ou riqueza que implique o processo de expansão quantitativa das capacidades de produção econômica considerando a variação favorável do PIB em relação a inserção no mundo ocidental industrializado. “O

crescimento econômico é um processo contínuo do progresso científico e sua aplicação à técnica de produção, mediante acumulação de capital” (SINGER, 1977, p.23).

O crescimento econômico está intrinsecamente associado à instauração do capitalismo industrial apoiado num sistema hegemônico que preconiza o entendimento sobre países subdesenvolvidos referente ao tradicional e desenvolvidos ao moderno, onde coadunada com a menção de Singer (1977). De acordo com ele, os países subdesenvolvidos são caracterizados por atraso econômico, comumente observados pelo grau relativamente baixo em relação à divisão e especialização do trabalho, à dimensão da evolução tecnológica, à organização de capital relacionada ao fluxo de investimentos e também à capacidade de renda *per capita*.

Há um senso comum de que o desenvolvimento e crescimento induzem a uma visão utópica, por isso torna-se um equívoco emprega-los como expressões semelhantes. O aumento da riqueza interna de um país em termos de produção e serviços, ou seja, mediante o PIB, não implica necessariamente na melhoria das condições de vida de forma significativa de uma grande parte das pessoas. Isso acontece, pois a soma em relação à distribuição do aumento da riqueza quantitativa num determinado país pode refletir a acumulação de riqueza sobre uma fração restrita da população. Entretanto,

a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento (FURTADO, 1974, p.75).

O desenvolvimento econômico tende a tornar ilusória a ideia de que os países subdesenvolvidos poderão seguir os níveis de vida alcançados pelos países desenvolvidos. Os países subdesenvolvidos acabam dedicando a concentração no fluxo de investimentos privados ora monopolizados, acreditando num possível desenvolvimento. Esses investimentos geralmente estimulam o crescimento das exportações dos países desenvolvidos, em detrimento do incentivo à produção interna dos países subdesenvolvidos, dando atenção às taxas de crescimento. Portanto, são desviadas as atenções sobre as ações de liberdade e empoderamento de uma coletividade, assim como do fomento aos elementos do Índice de Desenvolvimento Humano, que nessa ocasião tornam o mundo extremamente heterogêneo.

2.4. O desenvolvimento com foco no ser humano e na expansão das suas liberdades

O desenvolvimento no passar do tempo foi ganhando novos rumos baseados em debates constantes em torno do assunto, acompanhado de várias inquietações causando rejeição ao desenvolvimento excludente. E assim despertou a atenção não só no seio acadêmico, mas também nas organizações não governamentais, no Estado em relação à importância do seu papel mais ativo e do empoderamento comunitário, sobre o desenvolvimento que coloque o ser humano no epicentro do fundamento atendendo aos interesses inclusivos.

A questão do desenvolvimento também interessa aos organismos internacionais. A Organização das Nações Unidas propôs cinco dimensões para o desenvolvimento: paz, crescimento econômico, ambiente, justiça social e democracia. Essas medidas foram descritas por Boisier (2001), na qual menciona que fazem parte do relatório da agenda de desenvolvimento de 1995, definidas por Boutros Gali, Secretário Geral das Nações Unidas na década 1990:

1) A paz como fundação: o desenvolvimento pressupõe que ocorre em condições de paz. O desenvolvimento não pode prosseguir facilmente em sociedades onde as preocupações militares estão no centro da vida. 2) A economia como o motor do progresso: o crescimento econômico é o motor de desenvolvimento. Acelerar a taxa de crescimento econômico é uma condição para a expansão da base de recursos e, conseqüentemente para a área econômica, tecnológica e de transformação social. Não é suficiente, avançar com o crescimento econômico por si só. 3) O meio ambiente como base para a sustentabilidade: o desenvolvimento e ambiente não são conceitos separáveis, nem podem ser abordados com sucesso se não for referenciado o outro. 4) A justiça como pilar da sociedade: O desenvolvimento não ocorre no vácuo, nem é construído sobre uma fundação abstrata, o desenvolvimento ocorre dentro de uma sociedade específica, no contexto e em resposta às condições sociais específicas. As pessoas são o principal ativo e seu bem-estar que define desenvolvimento. 5) Democracia como boa governança: a ligação entre desenvolvimento e democracia é intuitivo, mas é difícil elucidar. No contexto do desenvolvimento, melhorar a governança tem vários significados. Em particular, significa um projeto e busca de uma estratégia nacional abrangente para o desenvolvimento. Significa garantir a capacidade, confiabilidade e integridade das instituições centrais do Estado moderno (BOISIER, 2001, p.4).

Nesse contexto, o crescimento econômico exerce uma função para a projeção do desenvolvimento, mas não deve ser observado de modo isolado, deve ser acompanhado de outros elementos como a paz, a justiça, a democracia e o meio ambiente no qual se inserem. O desenvolvimento requer que um conjunto de elementos que se articulam entre si deve ser observado.

Não obstante, vejamos por um outro enfoque, o crescimento econômico não deixa de ser a base, tanto que se destaca como propulsor do desenvolvimento e se associa ao progresso condicionado pelo aumento da taxa de crescimento, porém, para que ocorra o desenvolvimento é necessário a salvaguarda do desenvolvimento social. Porém, o desenvolvimento se associa a implementação de um Estado moderno que segue um modelo já padronizado, que obedece aos favores do ocidente.

Portanto, o desenvolvimento numa perspectiva abrangente possui um caráter multifacetado, não se pode reduzir a abordagem ampla pela meramente econômica, mas sim considerar um círculo de necessidades básicas correlacionadas ao bem-estar da população, trata-se da garantia em relação à expansão dos direitos à saúde, educação, renda, o acesso aos serviços básicos, à democracia entre outros.

A operacionalização foi repensada e constitui novos direcionamentos quando pensamos com Max-Neef (1998), o qual aborda que para que haja desenvolvimento as necessidades humanas fundamentais devem ser atendidas. Outra visão essencial é de Sen (2010), que menciona que o desenvolvimento está associado às melhorias sociais e à liberdade dos indivíduos que correspondem à expansão das capacidades dos sujeitos e se desenrolam de forma relacionadas. O desenvolvimento requer um conjunto de disposições de direitos que apoiam na expansão das oportunidades de escolha dos indivíduos.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas, destituição social sistêmica e a negligência dos serviços públicos (SEN, 2010). Face ao exposto, o acesso à educação, à assistência médica, ao saneamento básico, ao emprego, à segurança econômica e social, à expectativa de vida com foco na idade ativa da população local torna-se fundamental. Sen (2010) procura ilustrar como faz diferença adotar a visão do desenvolvimento como um processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas, visão apresentada para investigar o processo de desenvolvimento integrando às considerações econômicas, sociais e políticas.

Assim, este estudo opta pela abrangência dos diversos fenômenos, com a ideia de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen pautada na liberdade em relação à ação e a

capacidade (*capabilities*)²⁰ dos indivíduos. Isso é, considera-se a vida que as pessoas valorizam e são capazes de levar a partir das possibilidades de escolha a partir dos *meios* para o alcance dos *fins* de desenvolvimento relativo à liberdade dos indivíduos agirem por si. “Essas capacidades podem ser expandidas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas da população” (SEN, 2010, p.33).

Ora, a possibilidade de uma sociedade ser avaliada tendendo ao êxito ou fracasso é uma medida avaliatória para verificar se houve o aumento da liberdade das pessoas. A outra razão é referente à iniciativa individual e à eficácia social, em que livre da condição de agente do indivíduo contribui para o melhoramento do potencial das pessoas.

A condição de agente reflete um indivíduo como membro do público, ativo na sociedade, que contribui para participação e ordenação das ações econômicas, sociais e políticas. Essas são as duas razões de importância crucial da liberdade individual no conceito de desenvolvimento, relacionadas à avaliação e eficácia que foram apresentadas por Sen (2010).

Sen (2010) expõe dois papéis para a expansão da liberdade no processo de desenvolvimento: o papel constitutivo, ‘o fim’ do desenvolvimento, que corresponde à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana relacionada às capacidades, e às liberdades básicas dos indivíduos.

O papel instrumental, o meio do desenvolvimento, que “concerne no modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos (*entitlements*)²¹ contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim para a promoção do desenvolvimento” (SEN, 2010, p. 57).

Face ao exposto, Sen (2010) nos apresenta cinco tipos de liberdades instrumentais que estabelecem uma correlação no sentido de apresentar uma importância conjunta e contribuem

²⁰ São combinações alternativas de funcionamentos que um indivíduo é capaz de fazer ou ser. Trata-se da liberdade do indivíduo escolher o estilo de vida que pretende (Sen, 2010, p.105). E funcionamentos (*functionings*) são uma série de ações que a pessoa faz ou considera importantes de realizar.

²¹ Refere a intitamentos o conjunto de pacotes de bens que um indivíduo pode dispor mediante canais legais a ele facultados.

para a liberdade global que as pessoas têm para viver como desejariam. Isso é, contribui para a capacidade geral de um indivíduo viver mais livremente. Portanto, são considerados os seguintes tipos de liberdade:

- 1) As liberdades políticas – tratam-se dos direitos civis que o cidadão exerce de modo democrático, a possibilidade de decisão de escolha dos governantes de acordo com os seus princípios, possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, liberdade de expressão, entre outros;
- 2) As facilidades econômicas – são as oportunidades que as pessoas possuem para utilizar os recursos econômicos disponíveis com propósitos de consumo, produção ou condições de troca;
- 3) As oportunidades sociais – são as possibilidades que uma determinada sociedade oferece aos indivíduos para que possam ter uma vida melhor. Refere-se a facilidades sociais, a exemplo da educação, saúde, habitação, água potável e até das fontes de energia que permitem a condução da vida privada e participação efetiva das pessoas em ações econômicas e políticas;
- 4) As garantias de transparência – referem-se ao grau de confiança entre os indivíduos, a liberdade de lidar um com os outros com sinceridade, incluindo as garantias de clareza e confiança que possuem um papel essencial na inibição da corrupção, falsidade financeira e de transações ilícitas, seja na esfera pública assim como na privada;
- 5) Segurança protetora – são os benefícios que visam a proteção de uma determinada sociedade, garantidos por uma rede de segurança social ou previdência, com vista impedir que a população seja afetada pela pobreza extrema.

Considerando a inter-relação dos tipos de liberdade apresentadas, tendo em vista uma abordagem no âmbito do turismo, as liberdades políticas estritas da capacidade participativa e autonomia da população, por meio da promoção da emancipação das associações e comitês locais; a promoção das facilidades econômicas nas formas de oportunidade de participação na coleta de receitas provenientes da atividade turística, a garantia da essência de um turismo solidário com as comunidades, que salvaguarda um sistema econômico que assegura a redistribuição da renda, extingue a manipulação de dados e fuga de receitas. Dessa forma, colaborando com a melhoria de condições de vida da comunidade mediante as oportunidades

sociais na expansão de bens e serviços básicos, o acesso ao emprego e o subemprego, educação e saúde, por outro lado facilitam na participação econômica, garantias de transparência e segurança protetora.

Quando há rompimento de uma das liberdades instrumentais, a população torna-se frágil incorrendo a situações de vulnerabilidade que afetam nas decisões e promoção das políticas públicas para o aumento das capacidades das pessoas e liberdades substantivas, onde “a privação de liberdade econômica na forma de pobreza extrema pode tornar a pessoa uma presa indefesa na violação de outros tipos de liberdades” (SEN, 2010, p. 23).

Diante disso, os fins e meios do desenvolvimento requerem que a perspectiva da liberdade seja o cerne. As pessoas devem ser envolvidas de forma ativa na decisão dos próprios destinos e não apenas como beneficiárias passivas dos programas de desenvolvimento. Portanto, concordando com Sen (2010), o Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas.

Outra visão de desenvolvimento que iremos abordar está relacionada ao *desenvolvimento à escala humana* de Max-Neef (1998), que refere a fatores inerentes ao incremento de potencialidades do ser humano, a autonomia e a satisfação das necessidades primordiais, relacionada à articulação advinda das relações sociais. Assim, atendendo à incidência dos processos globais ao local, a relação da sociedade civil e Estado e a assimilação dos recursos naturais e técnico-científicos, que não se dissocia das abordagens de Sen (2010).

De acordo com Max-Neef (1998), a economia convencional se diferencia do desenvolvimento à escala humana, em que se aborda por estar presente o marco ecológico, a estrutura institucional, a existência de grupos sociais e sua conexão entre o econômico e o político, assim como o âmbito cultural que dá sentido ao imaginário social radical, a totalidade que compreendem a relação entre os seres humanos com a natureza e a história. De igual modo, para a compreensão de uma realidade, Max-Neef (1998) nos remete a questionar diante de desafios, o que é visível ou somos capazes de visualizar, e tornar visível o que é possível, facilitando a criação de alternativas para as comunidades por meio da compreensão estrutural de atividades a partir das necessidades humanas básicas que se articulam pela existência de grupos

sociais que exercem uma função sistêmica na relação com a natureza, a história, a economia e a política.

Daí a possibilidade das relações sociais no território ocorrerem de forma fragmentada, que concorre para as heterogeneidades, dependentes das necessidades diversas que o ser humano tem atinentes às condições sociais determinadas pela existência de desigualdades, sobre o que é prioritário para um indivíduo ou grupo em relação ao outro. Ora, vejamos que mesmo com a existência de associações locais no arquipélago de Bazaruto em Moçambique, as relações ocorrem de forma descontínua pelas diversidades decorrentes das variações de renda familiar, escolaridade e da convivência social existente.

Apesar de o turismo poder impulsionar o crescimento econômico, remete-nos também a pensar na real tendência de gerador de desenvolvimento no sentido amplo. Isso é, na prática esse processo se apresenta limitado social e espacialmente. Também os fundamentos do papel do Estado, na qualidade de estimulador de programas e soluções criativas, pensando na auto dependência e articulação orgânica das comunidades, devem garantir a organização local e a incidência das ações que salientam as horizontalidades. Isso, uma vez que, o nível de participação e de princípios das pessoas como agentes de participação ativos e dotados de potencial que devem ser gradualmente descobertos ou estimulados.

As necessidades que dependem do contexto, do tempo e do local, inter-relacionam-se e podem ser vistas de diferentes níveis. De acordo com Max-Neef (1998), as necessidades humanas são satisfeitas em três contextos: a) em relação a si mesmo; b) em relação com o grupo social; c) em relação ao meio ambiente.

Nesta ocasião, podemos considerar o problema de subsistência inserido nos três contextos acima referidos, interagindo com inúmeros fatores. Por exemplo a falta de acesso a uma dieta alimentar básica, a escassez de serviços hospitalares assim como a falta de alfabetização, cria uma série de desequilíbrios humanos tendendo a resultar em frustrações e perda de autoestima do indivíduo, podendo perturbar totalmente o sistema de necessidades fundamentais. Desse modo, o sujeito pode se sentir menor e menos protegido; pode apresentar crises familiares, propensão a doenças e a inexistência de habilidades para o provimento das necessidades individuais e

coletivas. Esses fatores são capazes de destruir autoestima, a ausência de participação poderá acomodar sentimentos de isolamento e provocar a crise de identidade.

Max-Neef (1998) aborda que o desenvolvimento se refere às pessoas e não simplesmente aos objetos. Por isso, eis a razão de se propor uma visão não apenas quantitativa, mas a concepção de indicadores qualitativos com vista a identificar as reais necessidades dos indivíduos, necessidades essas que atuam de um modo sistemático, como instrumento de política e de ação que variam de acordo com determinado contexto.

Assim, para a descrição das necessidades de uma comunidade, Max-Neef (1998) nos propõe uma sistematização pluridimensional e operacional de desenvolvimento que satisfaz com que os requisitos que devem ser declarados conforme as necessidades humanas no contexto histórico e cultural de uma determinada sociedade. Recomenda também que todo o sistema deve ser considerado provisório, aberto e sujeito a alterações na medida em que surgem novas razões ou evidências para fazê-los. Para a formulação estrutural devemos respeitar os seguintes requisitos:

- a) **Compreensibilidade:** as necessidades listadas devem ser facilmente reconhecíveis e identificadas como próprias.
- b) **Combinação abrangente e específica:** um pequeno número de necessidades claramente enunciadas, mas capaz de criar um universo em seu conjunto, suficientemente amplo para qualquer necessidade fundamental vivida.
- c) **Operacional:** para todo satisfatório existente ou pensável, uma ou mais das necessidades enumeradas aparecerão como uma necessidade objetiva. O que se deve pretender é que a estrutura se torne possível a análise da relação entre as necessidades e as formas pelas quais elas se satisfazem.
- d) **Potencialmente crítica:** não basta que a estrutura remeta às necessidades, também é necessário ser capaz de determinar as necessidades desejáveis. Isso é, deve-se verificar se existem ações que destroem ou inibem a realização de certas necessidades.

e) Potencial proposta: na medida em que é crítica e capaz de detectar deficiências na relação entre satisfatórios disponíveis e necessidades vividas, a estrutura deve servir de alicerce para pensar em uma ordem alternativa capaz de gerar e promover satisfatórios para as necessidades de todas as pessoas e substituir satisfatórios excludentes, que sacrificam algumas necessidades, para outros, mais compreensivos, que combinem a satisfação de várias necessidades.

Está patente uma matriz proposta pelo autor que pode ser formulada mediante o tempo, o lugar ou circunstâncias, de acordo com as limitações ou aspirações. Logo, Max-Neef (1998) em relação às necessidades distingue as categorias existenciais (Ser – atributos pessoais ou coletivos. Ter – instituições, normas, mecanismos, ferramentas, leis. Fazer – ações pessoais ou coletivas que podem ser expressos como verbos. Estar – espaços e ambientes) e as categorias axiológicas (subsistência, proteção, afeto, compreensão, participação, lazer, criação, identidade e liberdade).

É necessário captar as necessidades, os satisfatórios e bens econômicos num sentido amplo, em que se releva as necessidades humanas fundamentais como atributos essenciais. Isso é, potencialidades humanas individuais e coletivas que estão relacionadas com a evolução; os satisfatórios como os modos de ser, ter, fazer e estar de caráter individual e coletivo que se relacionam com as estruturas; e os bens econômicos como objetos que permitem afetar a eficiência e estão relacionados à conjuntura.

3. A INTERNACIONALIZAÇÃO DO TURISMO E A DINÂMICA TERRITORIAL NO ARQUIPÉLAGO DE BAZARUTO

O que estamos vivendo agora foi longamente preparado, e o processo de internacionalização não data de hoje. O projeto de mundializar as relações econômicas, sociais e políticas começa com a extensão das fronteiras do comércio no princípio do século XVI, avança por saltos através dos séculos da expansão capitalista para finalmente ganhar corpo no momento em que uma nova revolução científica e técnica se impõe e em que as formas de vida no planeta sofrem uma repentina transformação [...] (SANTOS, 2014a, p.16).

Os avanços tecnológicos proporcionaram o progresso da técnica, da ciência e da informação, contribuindo para que diversas relações e conexões se estabelecessem pelo mundo. A melhoria das condições de trabalho associada ao usufruto do tempo livre, o reconhecimento dos direitos trabalhistas como, por exemplo, a determinação do tempo de trabalho, o direito a férias e a aposentadoria, a evolução dos meios de transporte desempenhou um papel fundamental ao estímulo à atividade turística e à articulação da indústria e comércio no geral.

Todavia, esse processo favorece a uma classe dominante meramente hegemônica e é estabelecido de forma extremamente desigual, uma vez que ainda existe uma maioria da população excluída das vantagens facilitadas pelo complexo de fatores que o mundo dispõe. Com a desregulamentação, privatização e libertação do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais tiveram a liberdade de se expandirem e explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais (CHESNAIS, 1996), projetando, do modo que lhes for conveniente, a forma de produção capitalista, a divisão do trabalho e a articulação das relações sociais produtivas.

Deste modo, o processo de mundialização estabelecido pelo avanço tecnológico, da fluidez dos objetos técnicos e científicos, possibilitou o aumento de fluxos e interação de indivíduos, demarcando a expansão de mercado e das grandes corporações formadas por traços de conexão e pelo fluxo de informação e de capital. Ligado a esse processo:

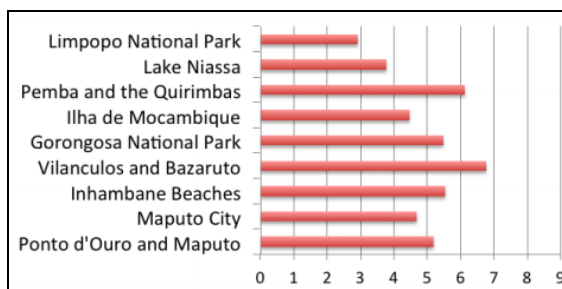
A internacionalização da economia do mundo ocidental, [...], assim como a generalização do fordismo como sistema de produção, trouxeram a formação de mercados de consumo de massas globais, incrementando uma série de atividades internacionais, dentre elas o sistema bancário e o turismo (HARVEY 1989, p.137 *apud* BARRETTO, 1999, p.54).

Portanto, o turismo, um dos fenômenos veementes a nível mundial, torna a província de Inhambane²² um destino turístico de sol e praia, próspero para o mercado de investimentos internacionais. Assim se dá a contínua atração do turismo internacional, além do doméstico, baseado numa combinação do patrimônio histórico e cultural e da natureza no que tange às espécies marinhas em particular aos *big five*²³, o clima tropical e a vegetação, as ilhas e as praias cristalinas, especialmente pelos interesses do mercado turístico globalizado, salientam um processo de internacionalização turística. Ora:

No caso do turismo, as vantagens de localização são representadas pela dotação em riquezas naturais (sol, mar, montanha, etc), bem como pelo valor do patrimônio cultural e histórico de um país (arquitetura, museus, etc.). São esses os fatores, e também as multinacionais especializadas, que determinam a capacidade de o país atrair turistas (CHESNAIS, 1996, p.202).

No cenário moçambicano, a harmonização do litoral²⁴ com o interior²⁵ e do patrimônio histórico e cultural, de acordo com o inquérito realizado aos empreendedores turísticos em 2014, conforme a figura 6, foram mencionados dentre os (9) nove principais atrativos turísticos vistos como preferenciais para que o turismo em Moçambique se mantenha internacionalmente posicionado. Sendo essa uma das estratégias nacionais.

Figura 6: Ranking das principais atrações turísticas



Fonte: Moçambique (2015)

Tendo sido realizado o inquérito sobre o processo de eleição das atrações turísticas em 2014, momento posterior à décadas de implantação dos empreendimentos turísticos, os interesses

²² Considerada a capital do turismo em Moçambique.

²³ Como: dugongo, golfinho, tubarão, baleia e tartaruga.

²⁴ Praias, ilhas e áreas de conservação.

²⁵ Área de conservação terrestre para a contemplação de animais da selva e vivência com a flora que lhes rodeia.

sobre o comprometimento no desenvolvimento territorial efetivo se mostram desiguais e se dissociam da perspectiva da ampliação das capacidades humanas. Pois, as precariedades sociais tornam oportuna a expansão do capital, mediante os fatores de localização que constituem os elementos de atração das multinacionais pelas vantagens econômicas e facilidades fiscais associada a máxima lucratividade. Entretanto, a figura 6 indica que Vilanculos e Bazaruto se apresentam no auge dos destinos da seleção estabelecida pelos empreendedores turísticos, representando um foco das principais atrações turísticas, o que precisaria condizer com a garantia do desenvolvimento que se opõe às desigualdades socioeconômicas.

Uma das peculiaridades marcantes nesse processo de internacionalização turística incide sobre a modernização homogeneizada e fragmentada onde “o espaço dos países subdesenvolvidos é submetido e pressionado por múltiplas influências e polarizações oriundas de diferentes níveis de decisão” (SANTOS, 2008, p.21). Os países subdesenvolvidos tornam-se no entanto dependentes e propícios a abertura de projeções exógenas que se fundamentam na lógica hegemônica de importação e difusão dos modelos de consumo do ocidente.

Cria-se um estímulo à apreciação dos efeitos da modernização, que Dias e Aguiar (2002) tratam por “efeito demonstração”, em que por meio do contato que a comunidade tem com os turistas, novos hábitos e costumes vão se realçando, a comunidade passa a ter novas exigências e procura as facilidades da vida moderna.

Contudo, enquanto a comunidade local se preocupa com a disposição de serviços e a aquisição de bens de consumo tidos como o mínimo para a subsistência, as grandes firmas mediante a atuação em rede procuram atender a acumulação de capital pelos níveis de domínio tecnológico, da organização do trabalho e de capital, assim como de expansão de atividades. Ora, conforme a tabela a seguir, vejamos os estabelecimentos hoteleiros que atuam no arquipélago de Bazaruto.

Tabela 4: Estabelecimentos hoteleiros do Arquipélago de Bazaruto

Concessionário	Grupo	Expansão em rede	Ano de abertura	Categoria e localização	Capacidade		Trabalhador				
					Quarto	cama	Nacional		Estrangeiro		Total
							H	M	H	M	
Pestana Bazaruto Lodge	Pestana	Moçambique, Zimbabwé, África do Sul, Portugal	1989	4 estrelas Ilha de Bazaruto	53	106	17	4	1	-	22
Anantara Bazaruto Island e Spa	Indigo Bay Minon	Tailândia, África do Sul, Moçambique	1999	5 estrelas Ilha de Bazaruto	44	85	127	47	4	2	180
Azura/ Gabriel Eco Island	Azura	Moçambique África do Sul	2007	4 estrelas Ilha de Beguerra	20	40	96	10	4	1	111
And Beyond Benguerra Island	Beyond	Namibia, Botswana Kenya, Tanzania, Índia, Sri Lanka, Ruanda, Uganda, Chile, Argentina, Equador, Perú, Butão África do Sul, Moçambique	1989	5 estrelas Ilha de Benguerra	13	32	51	28	7	2	88
Marlin Lodge	Associmo	Moçambique, África do Sul	1995	5 estrelas Ilha de Benguerra	17	34	92	2	10	-	104
Magaruque Lodge	-	-	-	4 estrelas Ilha de Magaruque	10	18	-	-	-	-	-
Total					157	315	383	91	26	5	-

Fonte: Dados de pesquisa (2019)

As grandes empresas trazem consigo uma intensa relação entre a técnica e a ciência e ao seu benefício o forte controle da economia. Assim, consoante a tabela 4, os grupos hoteleiros de 4 e 5 estrelas estabelecem conexões e se estendem numa dimensão ativa no uso da técnica, na atuação da produção, do capital, do trabalho e do consumo.

Na medida que as firmas se expandem, as lógicas socioespaciais se estabelecem e as relações entre os objetos e ações vão ganhando novas formas. As políticas se reformulam, e se implantam um conjunto de infraestruturas e equipamentos para responder a uma mais-valia.

Dentre esses empreendimentos, nota-se uma adoção questionável, onde é apropriado se referir à venda quando aqui se trata de novos modelos de gestão, ou seja, prevalece à alocação de apartamentos para temporadas ao invés de diárias comuns para todo o universo de clientes (usuários). Esse padrão de gestão, referente à venda de apartamentos pelas empresas turísticas dentro da área de conservação, é um equívoco quanto à regulamentação vigente no país. Desse modo, quando se pressupõe a abrangência dessas empresas na licença de habitação periódica ou regime de *timeshare*²⁶, de acordo com a abordagem inicial do projeto desses empreendimentos turísticos, pode causar embaraços como na contratação de pessoal e/ou na redução de número de trabalhadores, na privatização total dos imóveis e do usufruto do PNAB, na arrecadação de receitas, entre outros.

Ademais, quando confrontados com o empírico, uma tendência se verifica na qual certos empreendimentos turísticos recorrem aos incêndios que devastaram uma parte das infraestruturas, a fraca peritagem das seguradoras e a falta de investimentos para a sua reorganização, como um pretexto pragmático para o fechamento dessas empresas. Assim, mesmo decretado o estado de encerramento de algumas empresas abrangidas, há uma tendência de operacionalizá-las sob o regime de venda de apartamentos ou apenas da atribuição de propriedades sazonais.

Por conseguinte, pensando no turismo sob o ponto de vista econômico, os lucros são encaminhados para o exterior em troca de um resultado ínfimo de assalariados. “Por esta forma

²⁶ Entende-se como um acordo em que os proprietários têm o direito de usar ou alocar, periodicamente, uma propriedade como uma casa de férias.

(...) será desencadeada a consumir e produzir uma cópia dos países ricos e por isso, mesmo suas chances de chegar a um real desenvolvimento local serão reduzidas” (SANTOS, 2008, p.102).

O autor faz menção a uma condição que corresponde a uma escala mais ampla em relação à atuação hegemônica no geral, que vai desencadeando uma concepção sistêmica de dependência dos países subdesenvolvidos relativamente aos países desenvolvidos. Entretanto, esta abordagem abrange o turismo como atividade econômica dependente das nações dominantes, no que tange a toda estrutura econômica e política, numa perspectiva socioespacial.

Referimo-nos também à aquisição de bens e serviços, à obtenção de mão de obra, de equipamentos, ao reflexo de um conjunto de infraestruturas criadas para responder à dinâmica global, assim como ao fomento das políticas dos países desenvolvidos que são reproduzidas nos países subdesenvolvidos.

Face a via de entrada ao arquipélago de Bazaruto, tanto para a aquisição de bens como para a movimentação de pessoas, é feita por meio de transporte aéreo, pois o arquipélago apresenta pistas de aterragem para esse efeito que se vincula ao aeroporto de Vilanculos.

Figura 7: Pista de aterragem



Fonte: Leonardo (2019)²⁷

²⁷ Disponível em <https://www.anantara.com/en/bazaruto-island/gallery>, no dia 3 de julho de 2019.

As aeronaves constituem atividades comerciais das companhias de arrendamento de transporte aéreo, dentre elas *Craviations-avionetas* e *Arquipélago-helicópteros*, e geralmente são disponibilizadas aos empreendimentos turísticos mediante a tabela de preços²⁸, que varia de acordo com a taxa de câmbio para o Dólar norte americano. Além do transporte aéreo, também o transporte marítimo²⁹ se faz presente por meio de barcos vinculados às empresas privadas ou comunitárias.

Embora a administração de fluxo de turistas, empresários, mercadorias e de capital mediante o tráfego aéreo seja da competência do aeroporto de Vilanculos³⁰, há necessidade de se referenciar que o processo de transladação deixa transparecer os riscos que se incorrem face ao controle fronteiriço, ao sistema de imigração e de segurança. Pois, haveria um complexo entre as instituições estatais sendo a circulação de pessoas, bens e serviços provenientes de diversos polos, assim como da África do Sul que se fragilizam nas estatísticas. No entanto, a movimentação aérea constitui a principal via de atuação das empresas turísticas situadas no arquipélago de Bazaruto.

Essas empresas hegemônicas detentoras de capital robusto atuam em redes multinacionais, em capitais internacionais sob toda a infraestrutura que é gerada para responder ao domínio de forças externas. Para a sua reprodução, essas firmas dominantes incorrem ao exterior, devido a necessidade de importar, de acordo com o padrão requerido para se manterem posicionados no mercado, ou seja, a padronização dos seus produtos e serviços, no que concerne à qualidade associada à imagem e marca dessas empresas, e não só, mas também, devido à falta de oferta de produtos no mercado interno.

A ligação entre Vilanculos³¹ e o arquipélago se estabelece pela aquisição de bens/mercadorias, no fluxo de pessoas e na complementaridade dos polos de visitação. A densidade de produção de bens, supermercados, bancos, artesanato se localiza no distrito de Vilanculos. Assim, essas empresas turísticas dependem dos insumos provenientes do exterior,

²⁸ O preço variava entre 403,16 e 725,68 Reais no mês de maio de 2019.

²⁹ De acordo com os preços verificados, torna-se mais dispendioso aceder ao arquipélago de barco comparativamente a aeronave variando de 1000 a 1200 Reais. E no barco comunitário o custo é de 10 Reais, o que está associado a menor flexibilidade e o material de fabricação.

³⁰ Composto pelo pessoal de migração, aviação, tributação, entre outros.

³¹ Vide o apêndice VIII.

pela situação de dependência com a África do Sul³², por ser um país subdesenvolvido, mas em processo de industrialização mais avançado no contexto africano, e um dos mercados ativos que exporta grande parte dos seus produtos e bens manufaturados para Moçambique.

Os alimentos básicos como leite e seus derivados, enlatados, frutas³³, geralmente não são produzidos internamente. Os produtos que interessam ao setor de alimentos e bebidas, mesmo quando adquiridos em Vilanculos, a origem desses são externas, devido à falta de indústrias internas ou mesmo de produção em grande escala.

Por outro lado, uma minoria recorre à produção local, em relação aos alimentos perecíveis como, por exemplo, as verduras e frutas locais, mas a maioria dos estabelecimentos possuem horta para o cultivo de verduras e tubérculos.

Figura 8: Horta de um empreendimento turístico



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Apesar da população autóctone ser constituída predominantemente por pescadores, esses têm efetuado a pesca artesanal, que compreende o trabalho e consumo familiar e uma parte para o mercado local.

³² País membro da BRICS desde o ano 2011. A sigla reflete o nome dos países envolvidos que representam o “Brasil, “R” Rússia, “I” Índia e “C” China e a “S” South Africa. Estes países constituem uma união dos países de mercado emergente no que tange ao desenvolvimento econômico, pretendem constituir um poder econômico global de forma independente, sem se aliar aos países (como Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Itália, França, Canadá, Japão, entre outros) com a economia mais avançadas do mundo.

³³ Maçã, uva, ameixa, morango, pêsego, melancia, entre outras.

Figura 9: Pescado adquirido por alguns membros da comunidade local



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

A imagem acima indica uma despensa de conserva de pescados por meio de um sistema de refrigeração assegurado por um empreendimento turístico como forma de apoio à comunidade local, ou seja, é usada por uma parte da comunidade local vinculada aos trabalhadores locais que também exercem atividade pesqueira. Nessa ocasião, dentre lazer e trabalho, nota-se que enquanto a comunidade exerce a pesca como fonte de subsistência, os empreendimentos turísticos, por meio de turistas neles hospedados, para efeitos de diversão desenvolvem a pesca recreativa denominada *catch and release* – uma prática que consiste na pesca, apreciação e devolução do pescado ainda em vida ao mar, efetuado na sua maioria pelas embarcações de pesca que os próprios estabelecimentos hoteleiros possuem ou por embarcações trazidas pelos próprios hóspedes³⁴.

A capacidade de autocontrole e articulação local deve se intensificar de modo a prever uma possível extrapolação dos termos concedidos quanto ao exercício da pesca como uma atividade meramente recreativa por parte dos turistas e gestores desses empreendimentos, sem que haja uma conduta de pesca para o consumo ou comercialização. Entretanto, quanto maior for a autoridade das ações hegemônicas nos territórios, maior é a sujeição dos atores hegemonzados, o que poderá inibir de alguma forma a produção local e articulação da população que reside no PNAB, maioritariamente pobre, que se enquadra no contexto desta pesquisa o seguinte conteúdo:

³⁴ Geralmente, os hóspedes que trazem consigo as embarcações particulares correspondem aos sul-africanos.

Os pobres são aqueles que não têm acesso, de modo regular, aos bens de consumo corrente consideráveis como o mínimo indispensável numa certa sociedade. Muito raramente têm acesso ao crédito institucional, e representam o essencial da clientela dos pequenos estabelecimentos comerciais ou artesanais, que oferecem crédito pessoal a taxas usuárias. Trata-se em geral dos não-empregados e dos subempregados, mas também dos assalariados que recebem muito pouco (SANTOS, 2008, p.50).

Trata-se da existência de indivíduos que se encontram em precariedade de trabalho, em desprovemento de bens e serviços primordiais para garantir a qualidade de vida, a alimentação, o acesso a saúde, educação, fonte de energia. Pessoas que possuem a fraca articulação da informação assim como do limitado uso de tecnologias.

A existência de uma gama de pescadores que atuam no trabalho familiar/tradicional se dirige ao mar com embarcações de pequeno porte e de fabricação tradicional para a captura de pescado. O transporte da comunidade local, o barco à vela, geralmente é o meio de locomoção das comunidades do arquipélago para o continente e vice-versa, mas por outro lado, alguns estão vinculados ao transporte para excursões do dia.

Figura 10: Barco a vela usado pela comunidade local.



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Estes pescadores, desprovidos de capital procuram rapidamente comercializar os seus produtos devido à falta e aos custos sobre o sistema de refrigeração. Sendo assim, o remanescente é conservado com base no sistema de secagem para o consumo local.

Figura 11: Meio de secagem do pescado.



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Uma minoria da população trabalha nos estabelecimentos hoteleiros, por falta de uma formação profissional e pelo baixo nível de escolaridade, ocupam funções de menor poder aquisitivo³⁵, mas também, assim é programado, visto que “as empresas multinacionais do turismo possuem consideráveis vantagens por sua localização em países que combinem atrações naturais com mão-de-obra barata” (CHESNAIS, 1996, p. 203).

Portanto, no contexto geral, “o baixo nível de vida que assegura a mão-de-obra barata e a baixa alfabetização preservará as usinas vindas do exterior de uma contestação emocional e política muito forte” (SANTOS, 2008, p. 102). Desse modo, especificamente no turismo, assim como qualquer outro fenômeno econômico e social se vincula à qualidade de vida, e dessa forma nos orientaremos na visão de Santos (2014a), na qual com essa condição se efetiva a predominância da dependência externa de capitais, de aquisição de novo conhecimento técnico, da atualização tecnológica, de equipamentos e matérias-primas.

3.1. A hegemonia do mercado e a sua relação com as verticalidades e solidariedade organizacional

Atualmente o turismo, face ao cenário global representa uma atividade produtiva de base capitalista que notoriamente reproduz modelos do ocidente para serem aplicados em países

³⁵ O salário mínimo nacional no setor de hotelaria e turismo equivale a 5.878,00 Meticais , correspondente a 353 Reais ao câmbio do dia 10 de abril de 2019. Os preços aplicados nos estabelecimentos hoteleiros do Arquipélago de Bazaruto estão em torno de 4000,00 Reais, conforme o anexo III.

subdesenvolvidos, causando a organização desigual e contraditória. Portanto, no turismo interessa-nos desvendar a articulação entre os agentes da ótica econômica, social e política e, as relações que o dinamizam no contexto mundializado, de modo a pensar no território como o meio no qual os indivíduos interagem e organizam os seus modos de vida, considerando o seguinte:

Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, “únicos”. Isto se deve a especialização desenfreada dos elementos do espaço: homens, firmas, instituições, meio ambiente, à dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a maior acumulação de capital, à multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multicomplexas, onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais por um nexo único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal (SANTOS, 2014a, p.38).

É essencial tratar do território usado, impactado por jogo de forças proporcionado por um conjunto de elementos correlacionados, inseridos num contexto estrutural, que sobretudo, é manipulado por meio técnico-científico-informacional a favor das ações hegemônicas.

Santos e Silveira (2008, p. 21) abordam o meio técnico-científico-informacional refletindo que “um novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida da sociedade. É a ciência que domina por uma técnica marcadamente informacional, aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual.”

A influência do emprego da técnica permitiu a produção cada vez mais aprofundada, a ação cada vez mais aperfeiçoada pelo ser humano com a interferência e transformação da natureza e na vida da sociedade apropriando-se do território consoante os seus anseios, assimilada à transmissão de informações simultâneas em diferentes partes do mundo. Essas são facilitadas pelo desenvolvimento da ciência e das tecnologias de informação, contribuindo para a circulação e conexões diversas, que por outro lado exclui uma parte da sociedade desses avanços.

Entretanto, o território usado por grandes firmas representa um modelo hegemonicamente universal não apenas da atividade turística, mas também de qualquer vetor econômico do capital mundializado, onde a principal característica é determinada pela acumulação de capital por meio da mercantilização de um conjunto de elementos naturais e artificiais que tendem a atrair fluxos. Portanto,

O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos graças as enormes possibilidades de produção e, sobretudo, circulação de insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias, e informações, das ordens, dos homens. É irradiação do meio técnico-científico-informacional que se instala sobre o território [...] (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 52).

A partir desse ponto, reflete-se a ocorrência vertical caracterizada pela ação global materializada por agentes hegemônicos, e a horizontal concretizada pelos sujeitos não-hegemônicos. Conforme Santos (2008), o poder de decisão dos sujeitos é fraco, ora, o lugar precisa se estruturar e se fortalecer, buscando alternativas, a partir da sobrevivência endógena.

Diante disso, diferentes agentes vão impondo a própria lógica de organização territorial e simultaneamente a perda de controle das dinâmicas socioespaciais (SANTOS, 2008). Assim, esses agentes vão causando uma sequência de situações: aumento do desemprego, a pobreza estrutural, a segmentação da produção, do trabalho e do consumo. Por conseguinte,

A produção tende a se concentrar em certos pontos do território com tanto mais força quando se trate de atividades modernas. O consumo responde a forças de dispersão, mas a seletividade social age como um freio, pois a capacidade de consumir não é a mesma qualitativa e quantitativamente (SANTOS, 2008, p. 21)

Devido à disparidade de renda e a intensificação e diferenciação do acesso ao consumo, o poder aquisitivo de bens e serviços torna-se demasiado árduo e complexo para as classes sociais mais favorecidas, e favorável aos agentes hegemônicos (SANTOS, 2008). Enquanto uma minoria da população adquire vantagens, usufruindo de bens e serviços dispostos, outra martiriza-se com as condições sociais, procurando o acesso aos bens e serviços primários para a sobrevivência.

O turismo representa um fenômeno econômico e social que se materializa por diversas relações interpessoais e, pelo fluxo de múltiplas e complexas operações para a produção de bens e serviços, marcados pela lógica do capital mundializado. Esse capital proporciona novas formas de expansão de informação e de consumo, ocasionando nova estrutura socioespacial estimulada pelo progresso tecnológico.

A submissão dos indivíduos às práticas do mercado, o estímulo e a divergência de consumo das diferentes classes sociais, a polarização da riqueza e da pobreza expressam um

sistema perverso³⁶, assente às forças de produção capitalista que requerem a concentração do poder e a acumulação de capital. Assim, de acordo com Chesnais (1996), as empresas que adotam estratégia internacionais para tirar proveito de um alto grau de coordenação, diversificação de operações e de sua implantação local.

Nesse contexto, as multinacionais se instalam com um conjunto de normas que fluem e dominam, causando incertezas e instabilidades na sociedade a qual se inserem, rejeitam as regras existentes e determinam as próprias diretrizes. O turismo como atividade de expansão do capital internacional e sendo um dos fatores marcantes da atualidade, representa uma “força motriz e um fenômeno explicativo da manifestação do mundo no lugar” (LUCHIARI, 1999 *apud* CRUZ, 2002, p. 9), devido às conexões que estabelecem entre o local e global. Por isso, é necessário apreender na totalidade, o modo como se dá a apropriação e transformação do território.

O território pode ser entendido como o território usado pelas corporações, onde o sistema de objetos e ações está em constante transformação, porém integrados. Assim como relativo ao jogo de interesses entre os diferentes atores pelo fato de diversos cenários serem marcados por objetivos dispersos, pois os propósitos globais e locais divergem e são excêntricos ao lugar e impactantes na dinâmica territorial.

A dinâmica territorial se realiza pelo uso das relações de poder. Conforme Raffestin (1993), o território é o espaço onde os homens projetam as suas ações e assim demarcam relações de poder. Raffestin (1993) menciona que os atores atuam em variados níveis, ou seja:

O Estado que está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, novas implantações e novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa [...] (RAFFESTIN, 1993, p.152).

Entretanto, o território revela a apropriação econômica e o social dos recursos pelos diversos agentes, bem como, o campo de forças propenso a contradições entre o vertical e o horizontal, pois o sistema de produção do território sujeita ao entendimento que remete à dinâmica do próprio funcionamento.

³⁶ Trata-se do mundo das exclusões, do agravamento da desproteção social, apanágio do modelo neoliberal e inúmeras inseguranças [...] do processo de conformação da opinião pelas mídias [...] pelo discurso único de mercado (Santos, 2004, p. 30).

Desse modo, dá-se o uso do território por atores com interesses desiguais, em que as ações se tornam tendentes ao domínio das forças externas. Portanto, Santos (2004) menciona que o fato da necessidade imediata de tornar o mundo único por meio da unicidade da técnica, científica e informacional, constitui a base do fenômeno de modernização e das transformações contemporâneas do território e caracteriza novos modos da vida econômica e social, em que a relação de objetos e ações deixa de ser meramente horizontal e é influenciado pelas verticalidades.

Diante disso, considera-se a fala de Santos (2014b) sobre o espaço convertido num dado de regulação pelo processo direto da produção e da circulação, aberta a realização de racionalidade dos diversos atores, entendendo que,

O meio técnico-científico-informacional está presente em toda parte [...] no campo como na cidade [...] as ações hegemônicas se estabelecem e realizam-se por intermédio de objetos hegemônicos. [...] Cada combinação tem sua própria lógica e autoriza formas de ações específicas aos agentes econômicos e sociais (SANTOS, 2014b, p. 148).

Uma relação de ordem global e local se concretiza no uso do território pelas grandes firmas, por meio das verticalidades em que a influência externa dominada pelas empresas hegemônicas, tende a decidir sobre os moldes de ação, exercendo um papel de regulação do espaço. Por isso, “a tendência é a prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses públicos, quanto a evolução do território, da economia e das sociedades locais” (SANTOS, 2004, p. 52).

Essas empresas turísticas de capital rígido e de organização ativa adotam um modelo hegemônico que se apoia ao cenário global de solidariedade organizacional, onde tendem a lucrar incansavelmente e se expandir com níveis socioespaciais mais extensos. Desse modo, as grandes firmas se apropriam do território como um recurso e conforme os objetivos que lhes convêm, procuram cada vez mais por uma unificação e homogeneidade do mundo, exercendo uma ocupação pontual e seletiva do espaço assegurado pelo equipamento modernizado.

Para os atores hegemônicos o *território usado* é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação do seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território (SANTOS *et al*, 2000, p. 12).

Enquanto isso, devido aos acontecimentos estranhos ao lugar, os sujeitos (as comunidades hegemônicas) têm o território como abrigo, no qual procuram se adaptar ao meio geográfico local, fortificam-se e unificam-se horizontalmente, aprimorando estratégias que garantam a sua sobrevivência.

3.2. A lógica do lugar: as horizontalidades e solidariedade orgânica

Por vezes, preocupamo-nos em compreender a dinâmica dos fatos dos macroprocessos, mas, é necessário recorrermos às suas micro instâncias, à sua subjetividade, à organização da vida dos sujeitos sociais envolvidos, suas estratégias e racionalidades internas, implementadas como experiências relacionais de um mundo historicamente vivido (TEDESCO, 1999).

É fundamental refletir sobre um fato referente a fundação do PNAB, visto que a descoberta do passado constitui uma base construtiva para o conhecimento do presente.

No início quando o parque começou, aquilo era quase baseado em projetos da comunidade europeia, esses é que vieram e financiaram o parque através da WWF. E quando eles começaram, a sede do parque não estava na atual sede, estava lá na zona do Pestana Bazaruto lodge em Machulane em nome local, e o nome do acampamento chamava-se Panda Camping. Em 1971 foi quando se criou o parque mas não se fazia nada, só no fim da década 70 mas concretamente na década 80 é que começou a haver muito esforço (SP1 – trabalhador nativo da fiscalização, 2019).

O propósito incipiente do parque se torna um interesse internacional por intermédio da União Europeia e assim o PNAB foi concebido em 1971, porém não havia um envolvimento da comunidade e sobre a real intenção da organização e dos objetivos do parque. Porém, há quase duas décadas³⁷ surgem questionamentos sobre possíveis modos de participação da organização local em resposta das projeções exógenas que se inserem numa composição econômica internacional

Portanto, “as horizontalidades são o domínio de um cotidiano territorialmente partilhado com tendência a criar suas próprias normas, fundadas na similitude ou na complementaridade das produções e no exercício de uma existência solidária” (SANTOS, 2008, p. 50). Como forma de

³⁷ Desde o ano 2000 com a criação do Ministério do turismo e o surgimento das associações locais.

compensação à comunidade local, foram criadas associações locais com o objetivo de gerir e executar os fundos denominados 20%.

O valor é coletado pelo parque e depois encaminhado para as finanças no qual retornam 80% do valor inicial. Desses 80% que se convertem a 100%, são retirados 20% destinados à comunidade local e aí as associações são chamadas para receber o valor (SP2 – funcionário nativo da administração do PNAB, 2019).

Entretanto, o valor coletado é decorrente da entrada de turistas, embarcações, cruzeiros e avionetas, ou seja, de receita do turismo³⁸, resultante da disponibilidade de arrecadações do PNAB, de acordo com os preços dispostos no Decreto nº 84/2017, de 29 de Dezembro, que rege sobre as taxas a serem cobradas pelo acesso e utilização de recursos naturais nas áreas de conservação.

À vista disso, junto a administração do PNAB, foi possível obter dados anuais sobre a entrada de turistas e o valor coletado, e assim fez-se uma estimativa dos valores destinados a comunidade local, conforme aponta a tabela abaixo.

Tabela 5: Entradas de turistas e receitas do PNAB

		A	A x 0,2 = B	A – B = C	C x 0,2 = D
Ano	Número de turistas	Valor coletado (em Meticais)	B – Valor retido pelas finanças	C – Valor retornado	D – Valor destinado as comunidades
2015	21.460	6.333.956,00	1.266.791,20	5.067.164,80	1.013.432,96
2016	21.885	7.984.320,45	1.596.864,09	6.387.456,40	1.277.491,28
2017	9.768	9.813.609,90	1.962.721,98	7.850.887,90	1.570.177,60
2018	21.581	19.964.565,40	3.992.913,08	15.971.652,00	3.194.330,04

Fonte: Adaptado de dados colhidos junto à administração do PNAB (2019)

Ora, conforme apresenta a tabela supracitada, a receita do turismo no PNAB tende a crescer no período compreendido entre o ano 2015 a 2018, apresentando uma subida galopante em relação a arrecadação de receitas do ano 2017 para 2018, e provavelmente estaria associada a forma de coleta de receitas³⁹ e ao aumento da equipe técnica de fiscalizadores. Pois, foi a partir do ano 2018, mediante um acordo de co-gestão do PNAB realizado em Dezembro de 2017 que a *African Parks*⁴⁰, organização não-governamental sul-africana direcionada a gestão de áreas de

³⁸ Contudo, ainda há barreiras sobre as receitas produzidas pelos empreendimentos turísticos.

³⁹ A implementação do sistema *Survey Solution* em fase experimental e o auxílio do *whatsapp*.

⁴⁰ O acordo efetuado tem a duração de 25 anos, reavaliados em cada 5 anos. Nos primeiros 5 anos a *African Parks* irá desembolsar oito milhões de dólares na restauração do PNAB.

conservação, passa a reforçar o apoio financeiro e a provisão de capacidade técnica, tendo assim, contratado e capacitado um grupo de fiscalizadores em 2018.

Ainda refletindo sobre os dados da tabela 5 denota-se que em 2016, o número de turistas superou o ano 2018, no entanto há um déficit enorme quanto as receitas coletadas. Pois, se observarmos ao número de 21.885 turistas e considerarmos que todos efetuaram o pagamento da taxa mínima de entrada que seria de 400,00 Meticais ⁴¹, a receita mínima direcionada somente a fonte de entrada de turistas seria de 8.754.000,00 Meticais.

De algum modo, a demanda dos turistas estaria relacionada ao uso de equipamentos ou serviços de baixo preço, por outro lado, pode-se considerar o descontrole nos valores arrecadados. Mas também não incluímos nesse cenário as outras taxas como de concessão de atividades comerciais, de ocupação da área por hectare, entre outras.

O número de turistas do ano 2017 mostra uma redução brusca em relação ao período analisado e os dados escapavam do controle das instituições estatais, o que esclarece a dificuldade de captação de dados. No entanto, o principal constrangimento na arrecadação de receita deve-se ao fato de os empreendimentos turísticos dificultarem o envio da lista diária dos hóspedes, sendo que na sua maioria utiliza a via aérea, mas também da desonestidade dos transportadores, assim como da fragilidade de controle por parte do aeroporto de Vilanculos, bem como das instituições estatais.

Por esse motivo, para minimizar este problema, a administração do PNAB definiu que todo o transportador de turistas ou de visitantes é o responsável em efetuar o pagamento das devidas taxas no continente e também, distinguiu 4 pontos de cobrança de taxas de entrada nomeadamente: (1) em Inhassoro; (2) na praia junto ao Hotel Dona Ana; (3) no Aeroporto de Vilanculos e na (4) sede do PNAB (MOÇAMBIQUE, 2018a). Embora haja evolução de receita, a sua coleta ainda tem sido um desafio, visto que a fragilidade local possibilita que o mercado perverso use o domínio técnico a seu favor para a acumulação exacerbada de capital.

Retomando o assunto em torno das associações beneficiárias do dito 20%, existem duas associações comunitárias e um comité de gestão dos recursos naturais criados no ano 2002, sendo *Thomba Yedhu*, que na língua local *Xihoca* significa “nossa riqueza”, na Ilha de Bazaruto, *Khanhi*

⁴¹ Preço de entrada aplicado aos nacionais.

Kwedho, “nossa casa”, na Ilha de Benguerra e Comité de Gestão de Magaruque, na Ilha de Magaruque, que foram concebidas para a gestão dos referidos fundos. Desse modo, o valor arrecadado é repartido pelas associações com base na densidade populacional que cada ilha compõe, sendo excluídas as ilhas Bangué e Santa Carolina, por não possuírem assentamentos humanos, como se apresenta na tabela abaixo:

Tabela 6: Taxas de distribuição de valores das receitas destinadas às associações locais

Ilhas	Número de habitantes	Associações	Porcentagem
Bazaruto	3388	<i>Thomba yedo</i>	62%
Benguerra	1519	<i>kanhy kwedo</i>	32%
Magaruque	188	Comité de Magaruque	6%
Total	5095	_____	100

Fonte: Dados de pesquisa (2019).

O recebimento dos valores não obedece um período definido e pode atingir até 1 ano. O processo de recebimento consiste na realização de uma convocatória de todos os membros da comunidade, de modo a testemunhar o ato de transferência do cheque gigante⁴² às associações comunitárias. Para a execução do orçamento, as associações convocam uma assembleia geral para a tomada de decisão sobre os projetos que se pretendem levar avante, mas a frágil articulação local tem sofrido desavenças, pois o problema da fome, de escolaridade, de saúde, a dimensão estrutural da pobreza tem perpetuado as condições de vulnerabilidade. Entretanto, dilemas são amplos face a carência às disposições básicas, conforme o relato dos autóctones:

Faltam centros de saúde. Também nesses centros de saúde não têm medicamentos e temos que ir a Vilanculos ou Inhassoro. Mas é difícil porque é longe e quando não tem onde dormir, tem que dormir no banco do hospital (SP3 – autóctone, 2019).

Tenho meu filho que está doente, sou trabalhadora mas fui ao centro aqui várias vezes porque ele não está bem, mas a enfermeira me deu uma guia para levar o meu filho a Vilanculos. Estão a negar de disponibilizar o barco, hoje é o segundo dia e nem sei o que fazer (SP4 – autóctone, trabalhadora de um empreendimento turístico, 2019).

As vezes não somos tratadas como pessoas, porque se não somos pessoas somos animais. Mas pelo menos os nossos filhos vão a escola e também tem uniforme escolar que não é fácil comprar porque as contas nunca dão certo (SP5 – autóctone, 2019).

⁴² Cheque com a impressão que possibilita a dimensão visual e o caráter representativo dos valores adquiridos são repassados mediante um evento.

Essas adversidades denotam que tratam-se de problemas estruturais que necessitam de uma ação ampla que transcenda o benefício gerado pelas taxas de 20%. Pois se reconhece que,

o desafio principal é reduzir a sobrecarga em relação aos recursos derivados do mar mas paralelamente a isso, as pessoas que vivem na ilha geralmente tem menor acesso as oportunidades, então o nível de escolarização, o acesso a educação de melhor qualidade é também algo que aparece como uma necessidade pontual, e nem sempre é possível suprir por maior que seja a vontade de qualquer um. Só o processo de acesso a zona das ilhas, é já um grande investimento, qualquer projeto que se quer empreender tem quase custos a dobrar ou a triplicar, então esses desafios são primordiais. Outros desafios se encontram, como a nutrição, diversificação da dieta, por aí fora (SP6 – Funcionário do PNAB, 2019).

Geralmente a aplicação dos fundos pela comunidade local é reservada às ações de ordem social, conforme discorremos, faz parte das oportunidades econômicas que podem influenciar nas facilidades sociais. A figura a seguir mostra uma das ações concretizadas na qual consta a abertura de furos de água.

Figura 12: Fonte de água potável utilizada pela comunidade local



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Ainda no âmbito da figura supracitada, se destaca a prática comum, que diz respeito à divisão social do trabalho, quando o trabalho feminino e infantil se constitui de fundamental importância no contexto familiar e social em geral. As atividades diárias são definidas entre o sexo feminino e masculino de variadas faixas etárias, mediante tarefas específicas. Geralmente as mulheres desde a infância atuam no trabalho doméstico como na busca de água, no cultivo de

alimentos e na cozinha para o consumo familiar, o que inibi de alguma forma a participação ativa das mulheres na economia, política, entre outros, sendo que os ensinamentos basilares são direcionados intrinsecamente aos serviços domésticos em detrimento da escolarização. Essas barreiras são repassadas também ao cenário da precarização do trabalho feminino nos empreendimentos turísticos, pois as mulheres locais ocupam as funções similares as que são tidas no seio familiar, como camareira e agentes de limpeza, e assim, são incapacitadas de tomarem posições acima das que são conferidas.

Retomando às aplicações dos fundos comunitários, dentre outras realizações, se identificam a construção de salas de aulas, atribuição de algumas bolsas de estudo, direcionadas para as crianças que pretendam continuar seus estudos no continente, uniforme escolar e os pequenos financiamentos solicitados pelas famílias para suprirem às necessidades monetárias urgentes. O sistema de prestação de contas sobre os fundos geridos é inconstante, assim como financiamento de microcréditos pelas associações comunitárias com base nos projetos formulados e aprovados pela assembleia carece de um tratamento formal. A omissão de balanços sobre os investimentos e os gastos empreendidos também é uma realidade.

As associações e o comitê de gestão podem direta ou indiretamente contribuir para o bem-estar da população local, entretanto essas dependem das disposições estruturais, seja econômica, social, cultural e política. Em contrapartida, atendendo às horizontalidades, os lugares procuram se estruturar e se fortalecer a partir da sobrevivência do conjunto, na qual trata-se de uma produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas (SANTOS, 2004).

A questão da garantia da participação, autonomia e expansão de liberdade pode constituir uma prática imprecisa, pois os efeitos em termos de possíveis conquistas a serem alcançadas pelas comunidades se omitem pelas contrariedades conducentes aos problemas estruturais vivenciados.

A figura a baixo atesta um encontro extraordinário solicitado pela comunidade local, onde adversidades associadas a opressão, a fome, a pobreza se tornam discursos permanentes no seio dos nativos.

Figura 13: Encontro comunitário



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Os problemas principais se enquadram na realidade vivenciada diariamente, na qual, um dos mais realçados, “o problema da fome”, o que traz controvérsias sobre os destinos turísticos da “elite” projetados para o cenário internacional. Isso é, a dualidade prepotente entre a pobreza e a riqueza; o que confirma que nem sempre a larga escala econômica poderá se refletir diretamente nos benefícios sociais.

A origem da fome não está apenas na má constituição do regime alimentar ou na insuficiência de alimentos, mas numa proporção complexa que põe em risco a população, onde as desigualdades são produzidas para reafirmar a riqueza de poucos (AZEVEDO, LIMA e SILVA, 2012). Então, uma atividade produtiva pode coexistir com a pobreza (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991), pois garante as variadas formas de expropriação, seja de capital, recursos naturais, mão de obra, entre outras.

Contudo, a vivência local se reforça por meio da articulação dos indivíduos para o alcance de objetivos comuns mediante às condutas sociais baseadas no civismo, comprometimento, cooperação e atuação recíproca (PUTNAM, 1996), pois quanto maior for a articulação entre os atores de um determinado território, maior será a possibilidade de ocorrer o desenvolvimento mais consolidado. Desse modo, deve-se considerar a atuação dos atores locais no processo participativo e na construção de diretrizes que fomentem os envolvidos.

Portanto, as comunidades revelam o meio socialmente vivido, utilizando-se de suas práticas para estabelecer e manter seu território, desse modo, o uso do território como abrigo, face a questão do pertencimento, se define num conjunto de relações do cotidiano.

Olhando para a abordagem de Haesbaert (2004), o território no seu sentido amplo de dominação ou apropriação, envolve os fatores de ordem econômica, política e cultural. Refere também que a definição das 3 vertentes não significa o emprego de uma matriz ou uma posição estruturalista que distingue de forma clara esses componentes, pois essas dimensões são vinculadas a perspectiva das relações sociais. Destarte, o território associa-se ao exercício do poder marcadamente delimitado e controlado, ou seja, o território do exercício da soberania estatal, inclusive de todas relações de poder institucionalizadas, na medida que confere a organização administrativa ou residencial. Além disso, há um processo de apropriação na dimensão subjetiva por um determinado grupo em relação ao seu espaço de convivência.

Entretanto, o arquipélago de Bazaruto é constituído por comunidades falantes de Xitshwa e o dialeto local Xihoca, todavia, é adotada a língua portuguesa como nacional. A população residente é marcada pela presença não só dos ilhéus mas também por moçambicanos de outros polos e estrangeiros no geral. A maioria das comunidades venera os seus antepassados, sendo Zione e Velhos Apóstolos as principais religiões existentes no arquipélago (MOÇAMBIQUE, 2007). Também, a poligamia e o lobolo⁴³ constituem uma das práticas e costumes locais (MOÇAMBIQUE, 2007).

Não obstante ao exposto, o território revela as relações e contradições entre o capital-trabalho marcadas pelos conflitos entre as classes sociais, dimensão espacial das relações econômicas. Haesbaert (2004) revela a globalização econômica como um dos elementos fundamentais de análise, na medida em que ocorre a formação de um mercado mundial com fluxos comerciais, transações financeiras, a circulação de capital e de informações cada vez mais independentes das bases territoriais endógenas, possibilitado a acumulação flexível e favorecendo a precarização do trabalho.

⁴³ Casamento tradicional praticado no Sul de Moçambique.

Assim, o território visto como o produto da apropriação de um dado segmento do espaço por um dado grupo social, estabelece relações políticas de controle, relações afetivas identitárias e de pertencimento, denotando-se sincronicamente o reflexo, a mediação e a condição social, passível de contradições e conflitos e, sobretudo, é objeto das visões de mundo dos grupos sociais (HAESBAERT, 2004).

Em relação ao benefício do turismo sobre a influência na qualidade de vida da comunidade local, denota-se o seguinte:

Há muito tempo eramos maioritariamente de pescadores, hoje em dia, pode-se ver uma parte de pessoas a trabalhar nos lodges ou mesmo na pesca, para vender o peixe nos lodges. Em termos de vida social a uns 15 anos atrás era difícil ver casas de alvenaria, hoje em dia se contam o número de casas e de outros bens que vamos tendo aos poucos e assim vamos melhorando as nossas vidas (SP11, autóctone, 2019).

Hih... Nem sei o que dizer. Mas, trabalhamos muito. O nosso corpo precisa de descansar. Patrão é muito chato porque não entende só quer ver cliente ntsem (SP12, autóctone, 2019).

O turismo não ajuda nada, o dinheiro não aumenta mas trabalhamos muito (S13 – autóctone, 2019).

Muitos turistas não entendem que somos humanos, nos usam como máquinas e pior na época alta, muitos perdem respeito (S13 – autóctone, 2019).

As vezes não tem peixe. E proibem por rede perto do lodge e tem fiscais aqui. Agora que são muitos (S14 – autóctone, 2019).

(...) Sou estagiária deste lodge. Estagiária trabalha no máximo 6 meses (SP 15 – autóctone, 2019).

Portanto, o turismo tende a se revelar ineficaz promotor da igualdade e no posicionamento aliado dos oprimidos (WEARING, 2002 *apud* HIGGINS-DESBIOLLES, 2006), perante as relações de trabalho impostas pelo capital. Ao contrário, muitas vezes agrava e aprofunda as desigualdades, sobretudo em territórios vulneráveis.

Destarte, trata-se de comunidades tradicionais que dependem estritamente dos meios ou recursos fornecidos pela terra, o meio no qual o grupo social está inserido, e o que transforma, assim, num pressuposto natural ou divino da existência humana (HAESBAERT, 2004). Ora, o ser humano sempre estabeleceu uma relação profunda com a natureza, conforme expõe a figura 14 sobre as comunidades do arquipélago de Bazaruto.

Figura 14: Casa de construção local



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

As comunidades locais do arquipélago de Bazaruto são extremamente dependentes dos recursos naturais para a prática da atividade pesqueira e agrícola, a extração de lenha e também o uso do coqueiro como principal fonte de madeira e palha para a construção de casas e depósito de alimentos.

No entanto, o modo de produção assente na sociedade moderna enfatiza à incidência da segregação socio-espacial implícita ao processo social no âmbito da turistificação das comunidades tradicionais. Assim, a condição do sistema capitalista vai se constituindo e se impondo como um fator de desordem quando refletimos aos cenários de expropriação.

Por exemplo, trazemos o relato dos autóctones relacionados ao processo de reassentamento finalizado em 2012, abrangendo 40 famílias, no âmbito da expansão do empreendimento Pestana Bazaruto Lodge:

Nos deixaram no xitumbeluane⁴⁴. As nossas casas estão longe de tudo, para pescar temos que andar muito enquanto antes estávamos perto do mar. Prometeram muita coisa mas não fazem (S11 – autóctone, 2019).

Prometeram construir casa, a escola das crianças e nos dar o gás e água. Construíram casa mas não cumpriram tudo (S12 – autóctone, 2019).

A condição era boa mas não fizeram nada. As nossas casas não têm vigas nem nada, já tem rachas em pouco tempo, só falta cair sobre nós (S13 – autóctone, 2019).

⁴⁴ Expressão usada para dizer “esconderijo”, ou seja foram deixados num meio escondido.

Este processo se consistiu na remoção das famílias que residiam próximo ao mar e ao espaço onde hoje situa-se o Pestana Bazaruto Lodge, para a zona denominada Machulane localizada no interior da ilha de Bazaruto. O cenário envolvia a garantia de ensino, a canalização de água, o fornecimento de gás e a construção de residências.

Figura 15: Casa construída no âmbito do reassentamento da comunidade



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

No entanto, de acordo com a figura acima a disponibilização de habitação se tornou concreta, todavia, a construção precária gera desânimos e indignação também na comunidade evacuada.

Diante do exposto, o espaço de vivência entre empresas, instituições e pessoas se integra numa mescla de ações controversas na estrutura global da sociedade e na complexidade do uso do território, trazendo uma hierarquia na distribuição da tecnologia, do trabalho, informação e do capital.

Nesse caso, emerge uma preocupação contraditória no envolvimento de ações aliadas à comunidade local com foco nas orientações para a maximização de lucro onde se centraliza uma “economia, em que os empresários usam sua capacidade de organizar os fatores, setores produtivos com níveis suficientes de produtividade” (Boisier *apud* Z-Barquero, 1988, p.129), mantendo o interesse mercadológico e elevando os níveis de solidariedade organizacional. Assim, os empreendimentos turísticos por meio do departamento de comunidades, por esses criados, monitoram as atividades de visitas guiadas à comunidade local para o conhecimento de vivência da população que se encontra no arquipélago. Em vista disso, advém a venda do exótico, a

comercialização da pobreza e por essa ordem as desigualdades se tornam um atrativo turístico, embora no contexto “moderno” transforma-se em uma utopia a valorização cultural.

Consequentemente, vão surgindo impactos sociais na vida das comunidades face ao modo de vida, refletida na ampliação de desigualdades e da pobreza, bem como na instrumentalização dos autóctones como objetos irracionais. Dentre os impactos negativos que se reflete na comunidade local, conforme o relato dos gestores dos empreendimentos turísticos são demarcados pelo seguinte:

Eles pedem esmola aos turistas e isso incomoda. Os turistas sempre comentam. Mancha a nossa imagem e do destino também (SP14, gestor de empreendimento turístico, 2019).

Pescam e fazem fogueira de forma descontrolada, por isso vivenciamos incêndios no PNAB (SP15, gestor de empreendimento turístico, 2019).

As comunidades se sentem donas daqui, dizemos para não pescarem ou colocarem rede de pesca em frente ao lodge, até mesmo fazerem fogueiras, etc. mas elas se sentem donas que até invadem as áreas proibidas (SP16, gestor de empreendimento turístico, 2019).

A comunicação entre nós e os trabalhadores locais tem sido difícil, porque até capacitamos e eles sabem apenas fazer as atividades, mas muitos não sabem ler, nem escrever (SP17, gestor de empreendimento turístico, 2019).

Em vista disso, a alfabetização constitui um elemento inicial para a instrução do ser humano e estabelece um caminho elementar para a liberdade. Pois, o homem não só escreve e fala buscando o mecanismo de sua recomposição e da composição de novas palavras, mas também escreve e exprime o seu pensamento, age reflexivamente, expressa juízos e conquista-se na sua própria destinação histórica (FREIRE, 1987).

Contudo, mediante as entrevistas efetuadas, denota-se a preocupação dos empreendedores turísticos com a imagem do destino, o entendimento de um paraíso onde as necessidades dos autóctones devem ser ocultas, apenas se demonstram quando exercem um objetivo lucrativo através dos departamentos de comunidades.

Por outro prisma, há uma absoluta contradição, pois o mesmo departamento de comunidades estabelece relações diretas com o mercado, se constitui como um negócio e deve salvaguardar às comunidades. Ou seja, o departamento de comunidades foi instalado dentro dos empreendimentos turísticos para facilitar a articulação entre os trabalhadores locais e a gestão

desses empreendimentos e, inclusive, para os aspetos de interação entre as comunidades e os empreendimentos turísticos. Ocorre uma sensibilização dos hóspedes para a comparticipação com 10 Dólares com vista a apoiar a comunidade local. Porém, há um paradoxo na transparência dos recursos, pois são omissos os valores angariados com base nos donativos feitos na sua maioria pelos hóspedes. Também, a comunidade tem recebido o apoio fragilizado e dependente da declaração dos empreendimentos turísticos. Assim, denota-se controvérsias como: a falta de declaração de receitas mensais e da entrada diária de hóspedes, bem como dos donativos arrecadados pelos empreendimentos turísticos.

De acordo com a administração do PNAB, mediante as ações de benefício social⁴⁵ para com as comunidades, foram construídos alguns blocos de salas de aulas (Bazaruto e Benguerra) e também foram instalados dois centros de saúde⁴⁶ na ilha de Bazaruto e outro com as obras paralisadas na ilha de Benguerra. Outra ação está relacionada ao uso de iluminação por meio de velas e candeeiros tradicionais à base de petróleo como fonte de luminosidade, o que torna suscetível ao acontecimento de incêndios. Por isso, uma campanha de sensibilização e de distribuição de lâmpadas à base de energia solar às comunidades da Ilha de Benguerra e Bazaruto se efetivou para reduzir o risco de incêndios nas residências das comunidades.

Ora, na internacionalização do turismo especialmente pela circulação do capital estrangeiro, torna-se necessário incrementar um processo consolidado que valorize a combinação de estratégias empresariais com os reais benefícios para a população local (AZEVEDO, LOCATEL, SILVA e GURGEL, 2013b) pelo que deve haver uma “mediação entre crescimento econômico, equidade social, preservação dos recursos naturais e dos padrões socioculturais” (AZEVEDO, *et al.*, 2013b, p.2). É primordial que se transpareça sobre o comprometimento que as empresas/organizações possuem com a sociedade e o fomento da participação ativa dos autóctones em consonância com o processo de desenvolvimento, assegurando uma interação dinâmica das partes interessadas pelo turismo e a implementação de objetivos estratégicos para a garantia de benefícios inclusivos.

⁴⁵ Através do fundo das associações locais denominado “20%”.

⁴⁶ Vide o anexo V.

4. A MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM MOÇAMBIQUE: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO A PARTIR DO ARQUIPÉLAGO DE BAZARUTO

[...] Inexiste uma receita universal de desenvolvimento. O que pode haver é um princípio básico, o princípio da autonomia, que visa garantir o direito de cada coletividade de procurar orientar o seu destino e estabelecer metas e prioridades – desde que entre essas metas não se inclua a submissão de uma outra coletividade. (SOUZA, 2005, p. 5 *apud* RECH, 2010, p.24).

As políticas públicas mediam a execução de qualquer atividade proveniente da relação de diversos agentes de uma determinada sociedade, seja de índole social, econômica, política ou ambiental. Logo, o turismo é influenciado essencialmente pela concepção de desenvolvimento relacionada à política projetada no cenário globalizado que nos encontramos.

A conjunção das políticas públicas tem sofrido transformações profundas associadas às imposições da estrutura globalizada que, ora heterogênea, determina a hierarquização dos países (países periféricos – subdesenvolvidos e o centro imperial – desenvolvidos) pelas ideologias dominantes assentes no sistema capitalista e suas relações com o complexo de orientações da vida social.

Também, os líderes do sistema capitalista são capazes de aproveitar o turismo como oportunidade para a sua própria acumulação de riqueza privada e comandar recursos comunitários escassos para as suas finalidades mediante as armadilhas da ideologia de mercado (HIGGINS-DESBIOLLES, 2006).

Denota-se a forte globalização econômica requerendo a quebra de barreiras para a atuação do mercado, de modo a facilitar os fluxos de bens, pessoas, informação e capital, cabendo ao setor privado assegurar a atividade econômica, impactando, assim, no processo de relações sociais e no enfraquecimento do Estado.

Com efeito, concordando com Santos (2001), o poder manipulador das empresas garante a ameaça de abandono quando as suas pretensões não são atendidas, visto que as propostas de financiamento do emprego e modernidade são instaladas pelas empresas e, quando criam desordens e contradições, o poder público passa a ser subordinado, compelido, arrastado e causa a ingovernabilidade. Essa análise se sustenta também em Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998),

onde o conjunto de atividades tem como referência o Estado que é, por vezes, o sujeito submetido à ação praticada por agentes públicos no exercício de suas funções governamentais, influenciado pelos comandos das empresas.

Portanto, quando uma grande empresa se instala, preconiza suas próprias regulamentações e, por conseguinte, traz novas formas de relacionamento, altera as relações sociais dentro de cada comunidade, afetando igualmente o orçamento público, tanto na rúbrica da receita como da despesa (SANTOS, 2001).

Convém a cada sociedade definir uma base sobre as suas particularidades, indicando as primordialidades, as diretrizes e os princípios básicos que abrangem uma mudança estrutural que proporciona melhorias também às populações vulneráveis.

No contexto do turismo, a política pública deverá envolver a função multidimensional do turismo tencionando o desenvolvimento sobre a perspectiva abrangente. Pois, de modo geral, a política é sempre ampla e supõe uma visão de conjunto e tem de cuidar do conjunto de realidades e do conjunto de relações (SANTOS, 2001). Portanto, a posição ativa do Estado, face às demandas sociais tem sido indubitável para a garantia de uma coletividade.

A política pública possui uma relevância para a organização social e na consolidação das associações comunitárias, quando envolve a população a refletir sobre o papel de cada grupo como atores sociais ativos, ocasionando uma estrutura para discussões públicas. Entretanto, no âmbito do turismo, a política pública pode ser definida como:

Um conjunto de regulamentos, regras, diretrizes e objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento do turismo de longo prazo e as atividades diárias de um destino (GOELDNER E RITCHIE, 2009, p. 414-415).

Para o nosso enfoque, trata-se do planejamento de um conjunto de atividades que não se limita apenas em observar um destino como um meio que proporciona produtos turísticos comercializáveis, uma vez que o estabelecimento dos destinos deve via de regra beneficiar as populações locais, pois, nas deliberações coletivas, se desvendam os anseios e as obrigações com as partes interessadas, inclusive as comunidades.

Diante de toda a conjuntura, a questão da institucionalização do turismo em Moçambique, face à composição das diretrizes nacionais corporificadas pelas políticas públicas, é um fator atual, embora a atividade turística constitua uma realização anterior a esse processo.

Os autores como Bila, Chambal, Tamele (2007), Domingos (2012), Azevedo, Nhamtumbo e Banze (2017) refletem sobre a repercussão dos principais instrumentos que influenciam o turismo em Moçambique. É consensual que com o fim da guerra civil em 1992, ou seja, a partir da década de 1990, ocorre uma desenvoltura para a composição de instrumentos de normalização do turismo. Portanto, expõe-se o conjunto de normas diretamente ligadas aos instrumentos que impactam no turismo.

Quadro 3: Conjunto de instrumentos diretos do turismo

Ano	Conjunto de instrumentos diretos do turismo
1983	Despacho Presidencial nº 18/83, de 28 de maio – Criada a Secretaria do Estado do Turismo, diretamente subordinada ao Conselho de Ministros.
1990	Despacho Presidencial nº 29/90, de 24 de setembro – Extinta a Secretaria do Estado do Turismo e as suas competências, funções e recursos humanos, materiais e financeiros transitam para o Ministério do Comércio Interno.
1994	Decreto Presidencial nº 2/94, de 21 de dezembro – Criado o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.
1993	Decreto n.º 10/93, de 22 de junho – Cria o Fundo do Turismo (FUTUR), responsável pelo incentivo e financiamento de projetos turístico.
1997	Projeto MOZBIO – Políticas de salvaguarda/1997. Atua na conservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais nas áreas de conservação e na promoção do crescimento e desenvolvimento económico, baseado no uso sustentável de recursos naturais nas comunidades locais, com particular ênfase no ecoturismo.
1999	Decreto n.º 70/99, de 05 de outubro – Regulamento de agências de viagens e turismo e de profissionais de informação turística. Rege o licenciamento e o funcionamento das agências de viagem e turismo e das atividades de profissionais de informação turística.
1999	Decreto n.º 69/99, de 5 de outubro – Regulamento da indústria hoteleira e similar. Estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, estabelecimentos de restauração e bebidas e salas de dança, bem como o sistema da sua classificação órgão regulador e de gestão, o cadastro e o sistema de informação.
2000	Decreto n.º 1/2000, de 17 de janeiro – Extingue o Ministério de Indústria, Comércio e Turismo e o Decreto 9/2000, de 23 de maio atribui funções ao Ministério do Turismo.
2003	Resolução nº 14/2003, de 20 de abril – Política de turismo e sua estratégia de implementação. Impulsiona a promoção e o desenvolvimento do turismo como motor de crescimento e no engajamento dos sectores públicos e privados bem como das comunidades em tornar a oferta de serviços, nesta área, uma realidade.
2004	Lei nº 4/2004, de 17 de junho – Lei de Turismo. Estabelece o quadro legal para o fomento e exercício das atividades turísticas.
2004	Plano Estratégico para o desenvolvimento do turismo em Moçambique de 2004 a 2013. Estabelece prioridades específicas, define produtos e mercados, identifica rotas turísticas e áreas prioritárias para o investimento em turismo, e focaliza os recursos necessários.

2005	Decreto n.º 41/2005, de 30 de agosto – Regulamento de agências de viagens e turismo e de profissionais de informação turística.
2005	Decreto n.º 40/2005, de 30 de agosto – Regulamento da indústria hoteleira e similar.
2007	Decreto n.º 18/2007, de 7 de agosto – Regulamento de alojamento turístico, restauração e bebidas e salas de dança.
2007	Decreto n.º 39/2007, de 24 de agosto – Regulamento de direito de habitação periódica. Estabelece o regime jurídico aplicável à constituição, ao exercício, à transmissão e à extensão dos direitos de habitação periódica, assim como define as normas e os procedimentos para o licenciamento de empreendimentos turísticos e imobiliários em regime de habitação periódica.
2007	Decreto n.º 40/2007, de 24 de agosto – Regulamento de animação turística. Estabelecer o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade de animação turística.
2007	Decreto n.º 41/2007, de 24 de agosto – Regulamento de transportes turísticos. Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade de transportes turísticos.
2008	Decreto n.º 36/2008, de 17 de setembro – Criação do Instituto Nacional do Turismo (INATUR). Financia, classifica os empreendimentos turísticos e promove dos investimentos turísticos.
2009	Decreto n.º 77/2009, de 15 de dezembro – Regulamento das zonas de interesse turístico. Estabelece o regime jurídico da declaração das zonas de interesse turístico (ZIT) e fixa os seus efeitos, sem prejuízo das normas específicas.
2013	Decreto n.º 97/2013, de 31 de dezembro – Regulamento empreendimentos turísticos restauração e bebidas e salas de dança.
2015	Plano Estratégico para o desenvolvimento do turismo em Moçambique de 2016 a 2025.
2015	Decreto n.º 53/2015, de 31 de dezembro – Regulamento de agências de viagens e turismo e de profissionais de informação turística.
2015	Decreto n.º 1/2015, de 16 de janeiro – Extinto o Ministério do Turismo e criado o Ministério da Cultura e Turismo.
2016	Decreto n.º 49/2016, de 1 de novembro – Regulamento de empreendimentos turísticos, restauração e bebidas e salas de dança.

Fonte: Adaptado de Moçambique (1993-2016); Chambal (2006); Bila, Chambal, Tamele (2007); Domingos (2012); Azevedo, Nhamtumbo e Banze (2017).

O quadro acima ilustra a evolução dos instrumentos específicos do setor do turismo e a necessidade de adesão de um quadro legal orientador. Surgiu pela adequação de uma nova dinâmica socioeconómica, mediante a adoção de medidas para uma política económica voltada para a abertura do mercado global.

Outros instrumentos impactantes no setor do turismo, principalmente os associados à política ambiental e à floresta e fauna bravia têm sido fundamentais, visto que as áreas de conservação constituem elementos fundamentais para o turismo em Moçambique. É por meio desses mecanismos que, associadas às legislações do turismo, são definidas as formas de gestão e co-gestão das unidades de conservação, sobre a participação dos intervenientes, inclusive dos dependentes dos recursos naturais.

Ademais, a Lei de investimento e a restante legislação a ela associada, que estabelecem as garantias e os benefícios fiscais, o repatriamento dos lucros e o emprego de estrangeiros, também são consideradas essenciais no contexto do quadro legal para o turismo.

Igualmente, a Política Nacional de Terras e as respectivas estratégias de implementação também foram elaboradas. Nesse contexto, a terra é propriedade do Estado, não pode ser vendida, nem alienada⁴⁷. O Estado determina as condições de uso e aproveitamento de terra e o direito para tal é concedido por meio da manifestação de interesse, de acordo como os objetivos propostos.

Entretanto, os processos anteriores demarcam a existência do Decreto nº 41407, de 28 de novembro em 1957⁴⁸, e a criação dos centros de informação turística em 1959⁴⁹ (CHAMBAL, 2006), que visavam coordenar a atividade turística em Moçambique enquanto uma província ultramarina de Portugal. Assim, o turismo constituiu uma base relevante na economia assente na produção de riqueza concentrada da época colonial.

Noutro enfoque, reconhecendo o potencial turístico, Moçambique constituía um destino turístico de destaque na África, um ponto de visita que albergava na sua maioria zimbabweanos, sul-africanos e portugueses motivados pelas ilhas, praias, desportos aquáticos e pela fauna que compreendia um padrão internacional resultando na chegada de cerca de 4000 turistas em 1973 (MOÇAMBIQUE, 2006), ocupando um destaque do crescimento econômico da atividade turística. Também, no processo anterior, o turismo intimamente ligado à caça desportiva nas coutadas alcançou cerca de 300 mil dólares americanos em 1968, prática que envolvia principalmente os ingleses e sul africanos (MOSCA, 1989 *apud* AZEVEDO, 2014).

Todavia, o turismo relacionado à caça e a pesca desportiva, a busca pelos troféus pauta por realizações extremamente violentas com a fauna e flora, assim como para os povos nativos, pois, um grupo privilegiado, dotado de meios (armas, veículos ou seja, recursos no geral) tem

⁴⁷Artigo 109 da Constituição da República de Moçambique.

⁴⁸Sobre a ratificação do potencial turístico em Moçambique.

⁴⁹ Decreto-Lei nº 42194, de 27 de março de 1959.

licença para executar e acabar com certas espécies, enquanto que os nativos são monitorados pelos instrumentos conservacionistas. Enfim, a guerra civil trouxe outros problemas que agravaram a conjuntura desfavorável aos territórios.

À vista disso, a guerra causou a instabilidade civil, o abandono, a degradação de habitações e empreendimentos turísticos no geral. Devido aos atos de vandalismo e à falta de manutenção, as vias de acesso, fontes de abastecimento de água, de energia, escolas, postos de saúde, também foram danificadas, culminando com a ruptura no funcionamento do turismo (MOÇAMBIQUE, 2006).

Os parques nacionais foram dizimados, ocorreram mortes de animais, fugas e a destruição de infraestruturas (MOÇAMBIQUE, 2006). Assim como alguns hotéis abandonados ou degradados se mantiveram em funcionamento, sobretudo devido às deslocções em serviço dos funcionários públicos e agentes relacionados com a cooperação internacional (MOSCA, 1989 *apud* AZEVEDO, 2014).

Tendo isso em vista, o turismo em Moçambique intercedeu vários estágios turbulentos que não favoreceram o desempenho setorial, no qual delimitamos em três pontos: a explosão; a decadência; e restauração e fortalecimento institucional, conforme relata o quadro a baixo.

Quadro 4: Estágios do turismo em Moçambique

Conteúdo	Período	Indicadores
Explosão do turismo	Antecedentes até finais da década de 1960	A expansão do turismo voltado para exploração faunística e litorânea. Apesar de um crescimento da atividade turística, denotam-se turbulências e a ausência de políticas integradas e objetivas do setor.
Decadência do turismo	Início da década de 1970 a finais da década de 1980	A influência da guerra. A degradação dos parques e reservas e da infraestruturas de turísticas no geral. Destruição de vias de acesso. A ausência de quadro de pessoal. A tensão político-econômica. Ajustamentos estruturais.
Restauração e fortalecimento institucional do turismo	Início da década 1990 aos dias atuais	A recuperação da imagem do País como destino turístico. A formulação de diretrizes organizadoras, coordenadoras e orientadoras do setor. A produção de políticas e legislação específica e

		<p>complementares do turismo. A criação do Fundo do Turismo (FUTUR) criado em 1993 – atualmente designado Instituto Nacional do Turismo (INATUR). A fundação do Ministério do turismo em 2000, implementação das Direções Provinciais em 2004 e a constituição dos Serviços Distritais de Atividades Econômicas em 2004.</p>
--	--	--

Fonte: adaptado de Moçambique (2004).

Com base no quadro anterior, as primeiras ações para a consolidação de instrumentos que garantem o incremento normativo e executivo, e encaminham para a consolidação da atividade turística se delimitam no âmbito da restauração e fortalecimento institucional.

Em 1993, o FUTUR, criado pelo Decreto nº 10/93, de 22 de junho, era um fundo destinado ao financiamento de projetos turísticos, concomitantemente a Lei nº 3/93, de 24 de junho, sobre investimentos foi aprovada no mesmo ano com vista a garantir fundamentos mediante um quadro legal aos investimentos nacionais e estrangeiros.

O FUTUR foi extinto e constituído, pelo Decreto n.º 36/2008, de 17 de setembro, o INATUR, passando a abranger outras responsabilidades, além das operações de financiamento, a classificação dos empreendimentos turísticos, a promoção do turismo em geral, o fomento de investimentos, o marketing interno e externo sobre as potencialidades, parcerias e as zonas de interesse turístico de Moçambique.

Inserido no Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, o turismo ganha uma esfera como uma atividade meramente econômica, excluindo a abordagem estrutural e as possibilidades da dimensão social que dele podem advir. Todavia, num contexto geral, de acordo com Cruz (2002, 2006), o turismo se estabelece como atividade econômica que desempenha uma função essencial num conjunto de relações econômicas e políticas que se adentra na apropriação do território, reproduzindo a expansão do capital.

Com a extinção do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo em Moçambique, e a entrada em vigor do Ministério do Turismo, foram determinadas as ações, atribuições e competências peculiares do setor. Essa transição contribuiu para a definição das diretrizes de políticas, planos e decretos do turismo, do planejamento do potencial que o País dispõe, da

implementação de fundos para o desenvolvimento de projetos de turismo, assim como despertou a preocupação com o quadro de pessoal e a formação de recursos humanos em áreas específicas.

Portanto, para a efetivação dos objetivos do setor do turismo e suas orientações, baseadas na Lei do Turismo e na Política do Turismo e Estratégia da sua Implementação, foram estabelecidos 5 focos:

1. O fortalecimento da política, a estratégia e os planos de ação do sector;
2. O estímulo à criação de negócios locais de apoio ao turismo e o desenvolvimento de ligações entre si com vista à redução tanto quanto possível das importações;
3. A promoção de condições tanto para turismo doméstico como para o internacional;
4. A facilitação do acesso de turistas ao país e
5. A formação profissional (MOÇAMBIQUE, 2004, p.15).

É nesse contexto que o turismo em Moçambique teve uma notoriedade com a criação do Ministério do Turismo, no ano 2000, época em que garantiu a direção, formulação e consolidação de políticas e estratégias específicas do turismo. Por conseguinte, a aprovação dos instrumentos responsáveis pela normatização do turismo.

Em função do paradigma socioeconômico mundial, o empenho do setor do turismo desencadeou a segmentação da demanda turística e atração de investimentos turísticos, em especial as cadeias hoteleiras internacionais, a difusão dos produtos, serviços e potencialidades do País e as conexões com os meios de informação e comunicação perante a lógica da economia globalizada, tal como a introdução de cursos de hotelaria e turismo em níveis médio e superior.

O turismo desperta novos enfoques considerando a vertente social, cultural e ambiental, ainda que determinada e circunscrita à econômica face às demandas exógenas. A questão econômica é destacada devido ao seu histórico em relação ao crescimento em investimentos; o turismo passou a constituir uma das prioridades governamentais.

Segundo Governo de Moçambique (2004), o turismo se posiciona como o terceiro maior setor de investimentos no país, onde se constata os avanços de investimentos turísticos em 16% de aplicações totais que corresponde a 1,3 bilhão de dólar americano, nos anos de 1998 a 2002, perdendo com a indústria que se estabelece com 33% e 18% para o setor de energia e recursos naturais.

Sendo assim, destaca-se a criação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Moçambique de 2004 a 2013 (PEDTM-I). Nesse documento, dentro da perspectiva nacional,

há uma tendência de se elevar o turismo sob o ponto de vista econômico com o entendimento otimista de que a obtenção dos resultados desse vetor econômico visavam diminuir os níveis de pobreza em Moçambique. Em razão disso, no PEDTM-I, o turismo enquanto setor econômico se insere nas atividades que contribuem para a geração de receitas e oportunidades de emprego, do mesmo modo que os outros setores de atividade como pesca, energia e recursos minerais, indústria e comércio no geral.

Há uma preocupação com a criação de um ambiente conveniente para absorver investimentos, acreditando-se que o consumo de bens e serviços incentiva a prática do turismo doméstico, embora se realce o rumo internacional como estratégia de aumento de receitas do turismo. Isso, já que a forte abordagem sobre o uso de estratégias de investimentos internacionais se desenrolou principalmente no PEDTM-II, após uma mera incidência de crescimento econômico do setor em termos de fluxos de investimentos e de empregos.

Em 2015, foi extinto o Ministério do Turismo. No entanto, foi criado, pelo Decreto presidencial nº 1/2015, de 16 de janeiro, o Ministério da Cultura e Turismo, porém os planos estratégicos dos setores da cultura, assim como do turismo, funcionam separadamente. O setor do turismo é regido pelo atual Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo – 2016 a 2025 (PEDTM-II).

4.1. Os planos estratégicos de desenvolvimento do turismo em Moçambique tendo em vista o arquipélago de Bazaruto: rumos e concepções

O PEDTM-I e PEDTM-II se associam quanto as suas orientações, pois coincidem na perspectiva da visão, além do mais, possuem elos quanto à questão dos rumos e definição dos polos turísticos, apesar de existirem destinos que em ambos planos se mantêm como principais focos turísticos. Destarte, as orientações do PEDTM-I e PEDTM-II se focalizam na seguinte visão:

Até ao ano de 2025 Moçambique será o destino turístico mais vibrante, dinâmico e exótico de África, famoso pelas suas praias e atrações litorais tropicais, produtos de ecoturismo excelentes e pela sua cultura intrigante, que dá boas-vindas a mais de 4 milhões de turistas por ano. As áreas de conservação constituem uma parte integrante do turismo e os seus

benefícios darão um contributo significativo para o PIB, trazendo riqueza e prosperidade para as comunidades do País (MOÇAMBIQUE, 2004, p.50).

Face ao exposto, na definição das estratégias do turismo, “a corrida para atrair cada vez mais turistas se converteu na principal preocupação de diversos governos que se apropriam do turismo como salvaguarda dos interesses económicos” (ZACARIAS, 2013, p.1). E assim, acabam por se despistar dos princípios de melhorias do bem estar da população para fortalecer as demandas do mercado.

Vejamos os elementos consignados oportunos para a perspectiva do PEDTM-I, conforme o quadro a seguir:

Quadro 5: Diretrizes do PEDTM-I

<p>Princípios da Política de Turismo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Integração do turismo na política geral, planificação e estratégia do desenvolvimento do País; 2. Assumpção do Governo aos níveis nacional, provincial e local da responsabilidade pela definição e controle dos padrões de desenvolvimento de qualidade do Turismo; 3. Planificação e coordenação do desenvolvimento dos mercados, produtos e infraestruturas turísticas no País; 4. Estabelecimento de um quadro institucional de mecanismos de planificação e controle de participação ativa no desenvolvimento do Turismo; 5. Reconhecimento do sector privado como força motriz do desenvolvimento do setor; 6. Conscientização sobre a importância do turismo e sobre o valor do património natural e cultural; 7. Formação e profissionalização dos recursos humanos como forma de aumentar a qualidade do turismo; 8. Promoção do envolvimento efetivo da comunidade nos programas de desenvolvimento. 	<p>Missão do PEDTM-I:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer um quadro institucional, com mecanismos adequados de planificação e de controle e uma capacidade de implementação efetiva de programas aos níveis nacional, provincial e distrital; 2. Estabelecer os mecanismos de marketing efetivo que resultem na criação de uma imagem forte do País por meio dos programas nacionais de marketing, bem como resultantes das parcerias com o setor privado; 3. Desenvolver mecanismos para o estabelecimento de produtos turísticos prósperos e a criação de um ambiente de investimento harmonioso para investidores nacionais e internacionais; 4. Proceder à reabilitação e reorganização das Áreas de Conservação do País; 5. Proceder à implementação de políticas práticas e sustentáveis para a planificação e desenvolvimento do turismo; 6. Criar as condições para o envolvimento efetivo das comunidades no desenvolvimento do sector do turismo; 7. Participar ativamente na constituição de parcerias efetivas com os países vizinhos e na promoção de uma integração regional forte entre os países da SADC em marketing, a oferta de pacotes de diferentes produtos, iniciativas transfronteiriças (corredores, ACTFs) e a coordenação e alinhamento de políticas e legislação relativas à migração, transporte e turismo; 8. Desenvolver uma base de recursos humanos a todos os níveis profissionais no setor privado e público e dentro das comunidades por meio da educação e formação; 9. Realizar programas de sensibilização para todos os moçambicanos sobre a importância do turismo e o valor do património e das heranças natural e cultural.
<p>Áreas Prioritárias para Intervenção e Atuação:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Planificação integrada; 2. Acesso à terra para o desenvolvimento do turismo; 3. Infraestruturas e serviços públicos; 4. Turismo sustentável; 5. Áreas de conservação; 6. Desenvolvimento do produto turístico; 7. Valorização do património cultural; 8. Promoção turística; 9. Desenvolvimento de recursos humanos e formação; 10. Envolvimento comunitário; 11. Desenvolvimento social; 12. Financiamento; 13. Áreas prioritárias para o investimento do turismo; 14. Regulamentação e controle da qualidade. 	<p>Objetivos da Política de Turismo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver e posicionar Moçambique como destino turístico de classe mundial; 2. Contribuir para a criação de emprego, crescimento econômico e alívio à pobreza; 3. Desenvolver um turismo responsável e sustentável; 4. Participar na conservação e proteção da biodiversidade; 5. Preservar os valores culturais e orgulho nacional.

Diante do enquadramento do PEDTM-I e PEDTM-II, é possível denotar uma divergência, pois esses planos focam no mercado global e legitimam o setor privado como o motor principal para o rápido crescimento econômico, apoiando-se nesse para o aumento de emprego e a visão utópica de alívio à pobreza. Ao mesmo tempo pretende-se garantir o envolvimento e a participação das comunidades dentro das armadilhas que o mesmo mercado ordena para expropriar de todas as formas, maximizando a obtenção do lucro.

Nesse contexto, a economia é considerada a força motora e o Estado é obrigado a adotar mecanismos que garantam o melhor crescimento da economia. Diante disso, todas as esferas da existência (os seres humanos, a política, a natureza, entre outros) estão subordinadas ao capital (KRIPPENDORF, 2006).

De fato, a transferência da autoridade política do Estado para o mercado privado tem sido encorajada pelo crescimento econômico que cede enorme poder político para empresas e corporações que nunca relutam em argumentar que, uma vez que são criadoras de riqueza “concentrada”, são os seus interesses que devem ser fundamentais para o Estado (HIGGINS-DESBIOLLES, 2006).

Na realidade, Santos (2001) referencia que a política atual é realizada pelo mercado ocasionador de regras para a sobrevivência de empresas globais causando a morte do Estado⁵⁰, pois se pressupunha que as empresas reconheceriam o compromisso de assistência social antes deferido ao poder público, no entanto, atuam segundo os seus interesses pouco solidários.

Via de regra, as grandes empresas fixam ideologias que lhes favorecem na acumulação de riqueza por meio da busca de lucros. De igual modo, legitima a crença fulcral de que o bem-estar humano é alcançado, acima de tudo, pelo aumento da quantidade de mercadorias e serviços usufruídos pelos indivíduos, colocando enorme ênfase no consumo como o estilo de vida, orientando assim as políticas que prometem aumento na taxa de crescimento econômico (HIGGINS-DESBIOLLES, 2006).

⁵⁰A noção de Estado está relacionada à soberania e à existência de um povo regulado por mecanismos que buscam a primazia dos interesses coletivos num território circunscrito.

Portanto, PEDTM-I se assenta na planificação integrada, marketing e desenvolvimento de produtos mediante cinco áreas-chave para a sua implementação: a estrutura institucional, administração e coordenação das áreas prioritárias para o desenvolvimento do turismo e das áreas de conservação transfronteiriças; a planificação do desenvolvimento integrado; o desenvolvimento dos recursos humanos; o marketing e a conservação (MOÇAMBIQUE, 2004).

Destarte, a organização institucional, a promoção do envolvimento das comunidades e a planificação do desenvolvimento integrado de modo a fortificar as sinergias acabam por se ofuscar em ações de marketing e na conservação dos recursos naturais.

A preocupação com o estímulo ao crescimento dos fluxos turísticos confronta-se com a criação de infraestruturas turísticas e as vias de acesso facilitadas pela criação dos roteiros turísticos e polos de atração turística, implicando assim na definição de linhas baseadas nos instrumentos de marketing. De acordo com Moçambique (2004), os roteiros e polos facilitam o estabelecimento de uma ligação espacial entre produtos diversos, proporcionando pacotes a serem oferecidos e concebidos especificamente em função dos interesses de um cliente, nesse caso, do turista.

Assim sendo, no PEDTM-I, se delimita a incorporação estratégica das rotas turísticas e a definição das áreas prioritárias de desenvolvimento do turismo. Foram definidas 18 áreas prioritárias, conforme o anexo VI, e 12 rotas turísticas em concordância com o quadro abaixo.

Quadro 6: Rotas turísticas de Moçambique

Zona	Rotas turísticas	Produtos
Sul: Maputo Gaza Inhambane	1. Rota de Libombo ou da costa dos elefantes; 2. Rota de costa das lagoas; 3. Rota de Limpopo; 4. Rota da Selva-praia.	União: Moçambique, Suazilândia e África do Sul <ul style="list-style-type: none"> ➤ Ambiente urbano e de negócios; ➤ Património histórico-cultural; ➤ Sol, praia e mar; ➤ Desportos aquáticos; ➤ Ecossistemas, flora e fauna diversos; ➤ Dunas e florestas de areia, lagos costeiros; ➤ Desportos aquáticos; ➤ Beleza de paisagem.
Centro: Zambézia Sofala Manica Tete	1. Rota de aventura Moçambique/Zimbabwe; 2. Rota de aventura Moçambique/Malawi; 3. Triângulo de ecoturismo Marromeu, Gorongosa e Chimanimani;	União: Zimbabwe, Malawi e Moçambique <ul style="list-style-type: none"> ➤ Aventura; ➤ Interesses especiais; ➤ Património histórico-cultural; ➤ Ecoturismo; ➤ Observação de pássaros; ➤ Montanha;

	4. Rota de lagos Chicamba e Cahora Bassa	➤ Vida selvagem.
Norte: Nampula Niassa Cabo Delegado	1. Rota da Costa e Cultura; 2. Rota da Costa Swahili – Moçambique e Tanzânia; 3. Rota do Lago-Costa 4. Descoberta do norte	União: Tanzânia e Moçambique ➤ Praias e ilhas virgens, águas quentes e recursos marinhos ricos; ➤ Património histórico-cultural; ➤ A cultura dos povos da região, a rica tradição e história de comércio; ➤ Desportos aquáticos.

Fonte: Adaptado de Moçambique (2004)

O quadro acima ressalta os produtos que são capitalizados atendendo ao marketing e concepção de produtos turísticos considerados prioritários e excepcionais para estabelecer Moçambique no cenário internacional e regional.

Portanto, durante o regimento do PEDTM-I, período de 2004 a 2013, o arquipélago de Bazaruto fez parte das áreas prioritárias do Tipo A, por ser um destino já posicionado e estabelecido em relação aos investimentos em turismo, e tem merecido um grande interesse por parte dos investidores e turistas, atraindo o mercado regional e internacional do turismo.

Além disso, o arquipélago de Bazaruto se integra em 2 rotas, a seguir:

- a) Rota da costa das lagoas: centra-se no ecoturismo da zona costeira, ou seja, vida marinha, ligando os vários lagos costeiros da zona sul. Busca captar fluxos para a Ponta de ouro, reserva dos elefantes, as praias de Xai-Xai, Inhambane e Vilanculos/arquipélago de Bazaruto.
- b) Circuito *bush-beach* do Grande Limpopo: procura capitalizar fluxos associados ao *KrugerPark*. Proporciona experiências memoráveis para muitos turistas internacionais, pois liga os parques, as praias e as ilhas tropicais de Moçambique. Trata-se do trajeto Joanesburgo – Nelspruit – *Kruger Park* (África do sul) – Parque Nacional de Limpopo – Parque Nacional de Gonarezhou (Zimbabué) – Parque Nacional de Banhine – Parque Nacional de Zinave – Vilanculos – Bazaruto – Inhambane – Xai-Xai – Bilene – Maputo.

Enquanto o PEDTM-I abrange todas as províncias do País, no PEDMT-II as escolhas se tornam mais seletivas mediante a exclusão de áreas que, por sua natureza, necessitam de investimentos de grande dimensão e possuem deficiência de infraestrutura, dificuldades de acesso

e de atração de fluxos turísticos. Ocorre uma segmentação dos polos turísticos e restringe-se num total de 8 polos de turismo sendo: seis áreas prioritárias, designadamente: (1) Pemba – Quirimbas; (2) Nacala – Ilha de Moçambique; (3) Vilanculos – Bazaruto; (4) Gorongosa – Chimanimani; (5) Cidade de Maputo e (6) Reserva Especial de Maputo – Ponta do Ouro. E duas áreas secundárias: (1) Inhambane – Tofo e (2) Parque Nacional de Limpopo.

O PEDTM-II, com horizonte de 10 anos – de 2015 a 2024, tem como objetivo, até o ano 2025, tornar-se um dos “destinos mais vibrante, dinâmico e exótico de África, famoso pelas suas notáveis praias e atrações costeiras; sensacionais produtos ecoturísticos e uma cultura impressionante com um setor turístico crescente e sustentável” (MOÇAMBIQUE, 2015, p.1).

Diante disso, prevê apostar num turismo de alto crescimento mediante dois fatores-chave, o posicionamento do turismo no mercado internacional e a crescente atração de volume de visitantes de alta renda.

Assim sendo, o PEDTM-II tenciona impulsionar o crescimento econômico arrecadando mais 2,8 bilhões de dólares de receitas do turismo externo e o equivalente a 4 bilhões de dólares de receitas do turismo doméstico; em relação às chegadas de turistas estrangeiros, objetiva alcançar 1,8 milhões de chegadas e no âmbito doméstico 5,6 milhões de viagens; Também na área de trabalho, procura abranger 83.000 de empregos diretos e 242.000 empregos totais no turismo.

Um dos vigores do PEDTM-II é promover firmemente Moçambique, vinculando a ideia da “Costa das Descobertas Exóticas de África” e materializa-la por meio da execução de 60% do orçamento para a promoção do turismo baseado em reuniões, incentivos, convenções e exposições para a captação do segmento de mercado (África do Sul, Portugal, Itália, Brasil, Estados Unidos da América e Reino Unido) direcionado para o mergulho e desportos aquáticos, lodges e safari, alojamentos de luxo e estadias de curta duração nas ilhas, ou seja, a pretensão é captar a renda alta. E assim não se determina de forma evidente a preocupação em redistribuir renda, garantir empoderamento das comunidades, aumento do nível educacional, melhoria da qualidade de vida e bem-estar coletivo.

O PEDTM-II continua a expor os problemas registados no plano estratégico anterior como a falta de mão de obra qualificada, a falta de infraestruturas, a dependência externa que causa altos níveis de importações, os preços elevados de bens e serviços, a fraca cooperação entre o setor público e privado. Desse modo, o PEDTM-II maximiza a geração de emprego e frisa o turismo como uma ferramenta para o desenvolvimento de recursos humanos e de redução da pobreza, o que transmite que dentro dos dilemas de uma década de execução do PEDTM-I as fraquezas prevalecem e a geração de emprego num mercado predador impossibilita a melhoria de vida das populações.

O PEDTM-II apresenta-se exclusivamente direcionado a uma elite e agrega o valor turístico às intervenções estratégicas favoráveis à competitividade do mercado, identificando quatro áreas de intervenções catalíticas do crescimento: (1) lançamento da iniciativa internacional de gestão de imagem e de crises, (2) introdução do programa de capacitação do sector público, (3) desenvolvimento de Maputo como um centro cultural e (4) lançamento de uma campanha de promoção do turismo doméstico (MOÇAMBIQUE, 2015).

Portanto, a necessidade de converter os ganhos do turismo para potenciar as questões económicas e sociais reduzindo a pobreza e as questões das desigualdades torna-se uma falácia, e reforçando essa ideia concordamos com Nóbrega (2007) para alertar sobre a ausência de interação entre os planeadores – os formuladores das políticas e as comunidades, e a falta de inserção das camadas menos favorecidas nesses planos.

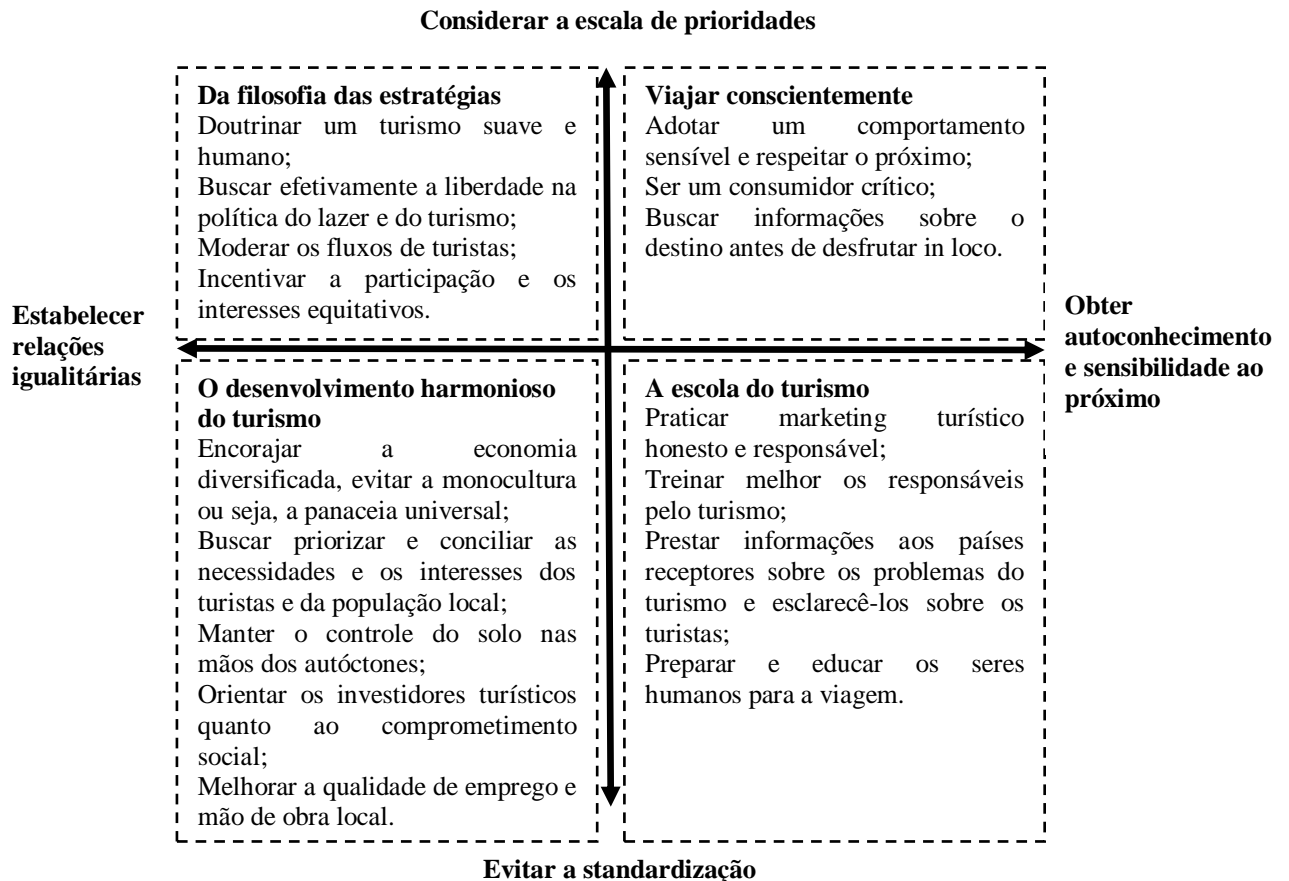
O arquipélago de Bazaruto se mantém como destino favorável que se projeta para a planificação da diversificação de acesso e a atração de lodges de luxo, dentro do conjunto de projetos que o PEDTM-II dispõe. Também, dentro da ótica nacional, são destacadas: a marginal de Vilanculos, a estância turística da praia do Wimbe, a campanha de gestão da marca Moçambique, a capacitação do setor público, a campanha do turismo doméstico, a agência do turismo e a Rambla de Maputo que tende a trazer um padrão importado.

Dado que até o momento o turismo é projetado pelos padrões, pelas preferências e necessidades do consumo determinados pelo mercado mundial, as tendências económicas e sociais no contexto nacional visam responder a essa demanda, fazendo com que os planos de desenvolvimento do turismo se restrinjam a uma estratégia de marketing.

Por conseguinte, reina o crescimento do turismo como uma atividade econômica que beneficia a classe dos empresários e turistas endinheirados, e são reduzidas as chances do turismo como um meio para o desenvolvimento das populações locais. Assim, concordando com Butler (2002), o turismo tende a se relacionar mais à atenção aos requisitos sociais de uma elite, do que à satisfação das necessidades das comunidades.

Em função disso, nos apoiamos em Krippendorf (2006) em relação à percepção do desenvolvimento harmonioso do turismo. Pois não se trata simplesmente do crescimento da atividade turística baseada nos desejos dos investidores, enquanto atividade econômica que objetiva a maximização de vendas ou mesmo das políticas que promovem a produção e o consumo para atingir as taxas de crescimento do produto interno bruto que na verdade são excludentes, mas sim, de uma relação de humanização e solidariedade entre turistas e residentes, buscando a mutualidade e minimizando a segregação entre os indivíduos.

Figura 16: Esquema sobre o turismo harmonioso



Fonte: adaptado de Krippendorf (2006)

Portanto, Krippendorf (2006) reconhece o turismo como uma atividade da sociedade industrial, critica o consumo e a afluência em massa nos destinos e expõe alternativas para um comportamento consciente e responsável, apresentando soluções substantivas que vão além das políticas e estratégias padronizadas. Esses padrões assentes no mercado turístico globalizado visam responder à demanda externa e à fuga de receitas, assim como tendem a obstaculizar os países subdesenvolvidos que veem o turismo como uma base de salvação mas pela absorção do sistema monopolista mundial que gera um desenvolvimento desigual, assistem às expropriações de capital, do trabalho e da natureza.

As políticas do turismo devem emergir das bases endógenas buscando a compreensão sobre a necessidade de articular e visualizar os impactos ambientais e sociais que podem ser produzidos pelo turismo. No âmbito governamental, as discussões sobre a inserção do turismo tem se voltado ao campo econômico, motivando os gestores à incorporação do setor no planejamento estratégico com fins de acúmulo financeiro entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (NÓBREGA, 2013). Por conseguinte, o turismo gera o crescimento econômico, mesmo nos países do mundo subdesenvolvido, atendendo ao modelo adotado.

Diante da vinculação da política pública do turismo a várias questões da sociedade, como a econômica, a social, a de segurança, a ambiental, a tecnológica, entre outras, é necessária a intervenção do Estado por meio de estratégias de planejamento para o bem estar da população (NÓBREGA, 2007). Certamente, é importante o desenvolvimento de estratégias e programas para a coordenação de recursos disponíveis por um período estabelecido, proporcionando a satisfação das necessidades básicas da população, ou seja, o bem-estar de uma coletividade.

4.2. Um contraste entre o negócio turístico e a exploração mineira submarina: vulnerabilidades ou desordens do exclusivismo?

O turismo possui inúmeras interfaces setoriais, porém, estabelece relações conflituosas principalmente com a indústria extrativa ou outros setores, geralmente quando há disputa por uma base de recursos compartilhados e divergentes (GOELDNER e RITCHIE, 2009).

Pontualmente em fase de pesquisas sobre a possibilidade de extração mineira pela SASOL⁵¹ – empresa multinacional de origem sul-africana –, mediante um dos dilemas vivenciados no arquipélago de Bazaruto que se reflete na indispensabilidade de conexões interinstitucionais e na definição de prioridades e estratégias de atuação coletiva, contrasta-se o destino turístico internacional baseado na natureza e conservação com um potencial destino minério de petróleo e gás natural. Sem dúvidas, é fundamental considerar as seguintes consequências:

As atividades de mineração no mar podem causar diversos tipos de impactos ambientais aos ecossistemas marinhos, principalmente devido à destruição de habitats, que é um dos principais fatores que causam o declínio do número de espécies em todo o globo. Além de interferir diretamente no fundo submarino, as atividades de mineração podem causar um aumento da turbidez da água, com consequências para a produtividade primária local. Podem, introduzir e promover a liberação de nutrientes, causando a eutrofização e também a introdução de substâncias tóxicas, que quando incorporadas à biota, alteram o crescimento, a taxa de reprodução e a sobrevivência das espécies (GOMES, PALMA e SILVA, 2000, p. 1).

A fase de estudos baseia-se em realizar a aplicação sísmica e perfuração no mar, a agregação de navios de pesquisa e de boias flutuantes de hidrofone. Por conseguinte, poderá provocar o derrame de combustíveis gerando resíduos, alterações da paisagem e a poluição das águas, passando de cristalinas para turvas o que periga as principais atividades socioeconômicas – a atividade turística e pesqueira.

Quando se trata de um destino suportado pela base de renda, embora precarizada, proveniente do turismo e de recursos pesqueiros, além de prejudicar a flora e fauna causando a morte, o desaparecimento e a dispersão das espécies marinhas ora protegidas por lei, causam a angústia e a ampliação da carência das populações locais que são extremamente dependentes.

A própria SASOL já vem a saber que este projeto irá danificar a nossa pérola do índico, a nossa mina de ouro o arquipélago de Bazaruto, fala-se do derrame de combustível, vibração, tudo isso afeta sem base de dúvida, o turismo. Então eu pergunto: se é o MITADER que protege as espécies marinhas de Bazaruto, então porque meter um projeto que vai danificar as mesmas espécies e vai subverter o turismo? Todos sabemos que o turismo é uma conquista, não basta que a gente tenha boas terras mas, se a gente não conquista o turista, ele vai para outros sítios. São muitos sítios para ele fazer o turismo sem vibrações, sem óleo e sem derrames de combustível. Então se nós estamos a fazer um trabalho para trazer o turista para esta nossa costa (para o arquipélago de Bazaruto e a costa de Vilanculos), porque

⁵¹Significa Suid Afrikaans e Steenkool en Olie.

que estamos a aceitar um projeto que vem fazer o contrário. O turismo é uma área que esta sempre em desenvolvimento e elevação, assim como as espécies marinhas, mas este projeto está a vir. Depois de vibrar, depois de mandar o turismo embora, depois de danificar tudo, tira o gás, tira o petróleo, e o petróleo não esgota? Esgota... e quando esgota? Com o que nós vamos ficar para poder cuidar dos nossos filhos? Este projeto no meu entender vai trazer a pobreza mais do que absoluta para as nossas populações (Tv Vilankulo, empreendedor turístico, 2019).

Mediante uma auscultação pública, representantes dos empreendimentos turísticos e dos pescadores refutaram as intenções da SASOL diante da consultoria da empresa Golder, entendendo que efeitos depredadores são previstos.

A atividade mineira em áreas de conservação gera controvérsia com a legislação moçambicana, uma vez que, pelo artigo 16 da Lei nº 5/2017, de 11 de maio, sobre a Proteção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica, dispõe a respeito da proibição da realização de pesquisas ou todos os trabalhos tendentes a modificar os aspectos do terreno ou as características da vegetação bem como provocar a poluição das águas, ou seja, atividades que causam perturbações à manutenção dos processos ecológicos. No entanto, se excetua as ações realizadas por razões científicas ou por necessidades de manejo.

Embora os reflexos danosos da mineração possam ser verificados de modo imediato ou a médio e longo prazo, dependendo da nocividade das substâncias libertadas durante a perfuração ou extração dos recursos e da suscetibilidade da biodiversidade, a ocorrência de encalhe de espécies, especialmente dos golfinhos no arquipélago de Bazaruto, provavelmente relaciona-se com a atividade sísmica de sondagem de petróleo e gás natural.

Figura 17: Morte de golfinhos no arquipélago de Bazaruto



Fonte: Naturais e amigos de Vilankulo (2006)⁵²

⁵²<https://www.facebook.com/groups/vilanculos/>

Contudo, existem fatores provenientes da ação humana e outros naturais decorrentes de alterações climáticas que provocam encalhe de animais aquáticos, assim como dos golfinhos que são de carácter gregário, ou seja, convivem e se deslocam em grupos, o que geralmente faz com que em caso de eventualidades morram em massa, conforme passamos a citar na sequência. Portanto, dentre as razões dessas mortes podem se identificar: o aquecimento climático e as mudanças na corrente oceânica que resulta em menor abundância ou mudança na distribuição das presas, fazendo com que maior número de animais se aproxime à costa aumentando a probabilidade de encalhe; condições oceanográficas complexas, como rápidas variações de marés associadas às regiões costeiras repleta de bancos de areia; doenças e parasitas; o encalhe em redes de pesca; a colisão com embarcação, provocando o derramamento de óleo, também provoca a degradação do habitat influenciando a abundância e diversidade de presas, aumenta o estresse e a suscetibilidade a infeções (GERACI e LOUNSBURY, 1993 *apud* MEDEIROS, 2006).

No entanto, a morte de golfinhos no arquipélago de Bazaruto se verificou em outubro de 2006⁵³ e em outubro de 2008. De fato, o plano de manejo do arquipélago de Bazaruto confirma a realização de um estudo de impacto ambiental pela SASOL, mediante a consultoria da empresa ERC& Consultec em 2006 e reforça uma ameaça aos seres humanos e ao ecossistema no geral.

No seio dos residentes, após a descoberta de uma boia aparentemente usada para sondagens sísmicas, surgem suspeitas de que as atividades já estariam sendo realizadas antes de uma consulta pública, pois o processo de auscultação teve início em julho de 2019⁵⁴, pelo que aflige os diversos atores sociais.

Em 2005-2006, a SASOL já fez algo e tendo a licença para tal. Muitos estamos a paparicar e nessa altura houve sei lá se arquitetada, uma consulta comunitária. E não é de hoje isso, apenas os miúdos não sabem ou se esqueceram (SP7 – nativo, 2019).

O meu comentário é em relação ao número total de golfinhos que morreram, foram encontrados pela primeira vista do meu pai... 47 golfinhos, isso querendo dizer que é mais do que está documentado (SP2 – funcionário nativo da administração do PNAB, 2019).

⁵³<https://allafrica.com/stories/200611020844.html>

⁵⁴<https://www.dw.com/pt-002/projetos-de-explora%C3%A7%C3%A3o-amea%C3%A7am-parque-de-bazaruto/a-49834340>

É normal que eles fujam da responsabilidade de reconhecer que foram eles que provocaram a morte daqueles golfinhos. Em todo o caso, se voltarem a fazer de novo será um massacre, acredito que não só golfinhos morreram mas, sim outras espécies. Deviam tomar consciência que não é viável aquele projeto para aquele lugar específico (SP8 – nativo, 2019).

A falta de perícia para casos de natureza de incidentes ambientais desse tipo, favorecem suposições e demarcam a vulnerabilidade da estrutura institucional em prestar respostas e esclarecimentos à população local incidindo na falta de confiança entre os indivíduos, que necessitam da garantia de transparência.

Enfim, a participação de diversos atores tem sido uma fraude para justificar posições autoritárias em nome de uma unanimidade popular (DIAS, 2008). O autor alerta sobre a justificativa do uso da participação para facilitar a implementação de certos modelos ou mesmo alegar a falta de qualidade na execução de certos projetos.

4.3. Uma privação de recursos e uma possibilidade face ao arquipélago de Bazaruto

O turismo surge como um fundamento que manifesta-se mediante um mecanismo político-estratégico para a fortificação das relações hegemônicas, onde o turismo se revela fundamental para o uso fidedigno dos recursos naturais. Assim, são propiciadas as desordem socioeconômicas, uma vez que os recursos que geralmente constituem a base de subsistência das comunidades locais são “privatizados” e disponibilizados para as novas formas de aproveitamento, sem que antes seja instruído ou consolidado o processo de integração das comunidades.

Portanto, as ações horizontais tornam-se limitadas pela influência externa que tende tomar decisões e definir as modalidades internas de ação, criando o papel de regulação do espaço a favor dos atores hegemônicos, deste modo, os sujeitos obedecem as ações realizadas pelos dominantes (SANTOS, 2008).

Assim se concretiza o projeto MOZBIO 1⁵⁵ que abrange o arquipélago de Bazaruto. Denotam-se ações que compreendem o período de 5 anos, tendo o início de atividades em maio de 2015, no qual compõe-se de 5 elementos prevaletentes, apontados no quadro seguinte:

Quadro 7: Componentes de ações da MOZBIO 1 no contexto do arquipélago de Bazaruto

Elementos do projeto MOZBIO 1	
1. O fortalecimento das instituições para a gestão das áreas de conservação.	Aperfeiçoamento de normas relacionadas com a conservação e gestão dos recursos naturais: as políticas, os regulamentos e as ferramentas de gestão, assim como plano de translocações, segurança e proteção da flora e fauna.
2. A promoção do turismo nas áreas de conservação.	Apoio ao fomento do desenvolvimento de turismo; melhoria de gestão da pesca recreativa; introdução da plataforma <i>Survey Solution</i> para a melhoria de levantamento de dados; controle e canalização de receitas; produção de informação e meios de divulgação do PNAB como um destino turístico.
3. A melhoria de gestão das áreas de conservação.	Disponibilização de fundos e assistência técnica para a formação, co-gestão, aquisição de equipamento, construção de infraestruturas de manejo e de gestão e monitoria de espécies.
4. A melhoria do apoio à subsistência das comunidades dentro e ao redor das áreas de conservação.	Aplicação das atividades-chave para o benefício das comunidades, mediante a implementação de projetos comunitários – água, pesca, agricultura e turismo.
5. A gestão de projetos, monitoria e avaliação.	Acompanhamento e avanços para os parâmetros subsequentes. Assegurar o planejamento, a implementação, a gestão financeira e a monitoria do projeto.

Fonte: Adaptado de Moçambique (2018, 2019)

Há indícios para o robustecimento das ações para as comunidades locais no arquipélago de Bazaruto que se efetivam pela implementação de projetos de provimento de água potável e agricultura, projeto comunitário de pesca, projeto de educação em algumas escolas e comunidades do arquipélago e a construção do lodge comunitário de Zenguelemo.

Todavia, o projeto MOZBIO 1, no âmbito do quadro de participação, reconhece a criação de restrições ao uso dos recursos por parte das comunidades residentes no PNAB, e assim direciona medidas de mitigação para a consciencialização das populações locais sobre os seus propósitos, no entanto uma sequência de impactos se omite a essas comunidades. Pois, poderá uma comunidade privada de vários aspetos, garantir a capacidade participativa?

⁵⁵ Financiado pelo GEF – *Global Environment facility* e pelo IDA – *International development Association* e disponibilizado pelo Banco Mundial.

Portanto, ainda se denotam limitações referentes aos problemas estruturais das comunidades como a alfabetização, a habitação, a saúde, a vulnerabilidade em relação à participação em processos decisórios, entre outros. São inúmeras carências no seio da população local, o que necessitaria de um programa totalmente inclusivo, pois potenciar um grupo em detrimento de outros não proporciona mudanças estruturais e não elimina a instrumentalização de grupos, apenas perpetua a dependência e enraíza as relações desiguais.

Embora o número de beneficiários do projeto exceda a densidade populacional do arquipélago de Bazaruto, nem todos os membros da comunidade irão se beneficiar diretamente dos mesmos, visto que esses projetos estão concentrados na ilha de Bazaruto. Também, de acordo com Moçambique (2019), poderão existir pessoas a se favorecerem de dois ou mais projetos. Em todo o caso, todos os projetos indicados na tabela seguinte promovem os incidentes globais para o fortalecimento da solidariedade organizacional.

Tabela 7 : Beneficiários dos projetos comunitários

Projetos	Financiamento (em Meticais)	Número de pessoas beneficiárias		
		Homens	Mulheres	Total
Água para o consumo humano e agricultura	13.882.319,00	570	638	1.208
Pesca	22.915.750,00	75	32	107
Educação	9.633.620,00	726	664	1.390
Lodge comunitário de Zenguelemo	80.600.000,00	1.627	1.761	3.388
Total	127.031.689,00	2.998	3.095	6.093

Fonte: Adaptado de Moçambique (2019) e dados da pesquisa (2019)

De acordo com a tabela acima, denota-se um empenho para a monitoria das atividades da população local, maximizando esforços para que as mesmas não extrapolem os limites relacionados à conservação dos recursos naturais. A provisão alimentar com o auxílio do acesso à água potável, à pesca, à agricultura e à diversificação da linha do turismo constitui fundamentos conservacionistas. A seguir, discorre-se sobre os projetos direcionados às comunidades.

a) O projeto de água para o consumo humano e agricultura

O projeto comunitário integrado de abastecimento de água e a agricultura baseia-se na abertura de furos de água para o consumo e para a produção de hortícolas para o melhoramento

da fonte de alimentação familiar. Esse projeto também pretende, de acordo com os limites, controlar e orientar a expansão de áreas agrícolas e assegurar o uso de métodos orgânicos.

Este projeto visa monitorar as práticas agrícolas locais, garantido a fertilidade do solo e protege-lo da erosão, contribuindo para a proteção da biodiversidade (SP6 – funcionário da administração do PNAB).

O impasse das áreas agrícolas e a invasão dos animais tem se tornado uma das preocupações das comunidades.

Já não temos o que comer, os macacos entraram nas nossas machambas⁵⁶. Vamos viver do quê? Nós só queremos uma resposta. Quem é mais importante? Será que são os macacos ou somos nós? E se são os macacos, então marquem encontro com eles (SP9 – autóctone, 2019).

A jiboia matou o meu cabrito. Mas se matarmos a jiboia, dizem que podemos ser presos (SP10 – autóctone, 2019).

No arquipélago de Bazaruto existem dois principais tipos de conflitos, homem e fauna, descritos por invasão às machambas por macacos e ataque aos animais domésticos por jiboias. No entanto, a aflição da população devido aos meios fracassados na produção de hortícolas constitui uma realidade, não obstante, são preocupações que envolvem igualmente as instituições estatais. Assim, uma solução colocada foi a vedação dos campos agrícolas.

Diante disso, pode-se refletir sobre a viabilidade das áreas disponibilizadas para o fomento da produção agrícola, atendendo a possibilidade do projeto ter sido implantado em área inadequada para os devidos fins, sendo o habitat dos macacos. Pois, embora “desordenada e fragilizada”, de algum modo as populações locais já realizavam a produção agrícola e, também, os empreendimentos turísticos que detém as suas próprias hortas não enfrentam as mesmas invasões.

b) O projeto de pesca de subsistência

O projeto comunitário de pesca, em coordenação com a Associação dos Pescadores de Bazaruto – APABA, consiste no fomento de práticas favoráveis de pesca, para evitar a exploração desordenada dos recursos marinhos e permitir que esses recursos garantam uma

⁵⁶Palavra moçambicana que designa uma horta ou área agrícola.

atividade econômica e a subsistência das comunidades. Esse projeto se materializa pela construção de um mercado e fornecimento de equipamentos de pesca para processamento, conservação e venda de pescado.

Auxiliada com a troca de experiências, a organização de grupos para a capacitação e a operacionalização da agremiação de pescador em diferentes seções se baseia na gestão, recepção de motores, manutenção de motores, manutenção de painéis solares, manutenção dos congeladores e fabrico e venda de gelo, e a comissão de compras (MOÇAMBIQUE, 2018a).

Trata-se da aquisição da competência operacional no seio das comunidades tradicionais para permitir adequar as dimensões de sobrevivência e das relações comerciais e produtivas nos novos contextos retratados pelo vínculo de turismo, trabalho e moradia. À vista disso, na realidade vivenciada o meio da comunidade local constitui um elemento de turbulências pela segregação entre turistas e autóctones que se efetiva pela exclusão social, o desfrute do tempo livre e uso recursos naturais com fins de lazer por um grupo privilegiado, a complexidade de acesso a terra pelos autóctones e a ampliação da pobreza.

c) O projeto comunitário de educação

O projeto comunitário de educação não trata essencialmente de um projeto direcionado a alfabetização que constitui uma das necessidades dos autóctones, em que o ser humano vai adquirindo uma expressão, vai se redescobrir, libertando-se e despertando a sua capacidade, ou seja, este projeto funda-se como uma atividade complementar mediante a realização de oficinas nas escolas, palestras nas comunidades e, conforme a Figura 18, são também efetuadas campanhas de limpeza no arquipélago de Bazaruto para a consciencialização sobre a conservação da natureza. E assim, a conjuntura da sociedade moderna face ao progressivo consumo e à procura por produtos industrializados requer a consciencialização sobre o destino apropriado dos resíduos.

Entretanto, a recolha de lixo corresponde a uma das ações da necessidade de mudança do comportamento, para assegurar que haja retorno dos serviços e benefícios provenientes da conservação do meio ambiente (MOÇAMBIQUE, 2018a).

Figura 18: Sensibilização de cuidados com o ambiente



Fonte: arquivo pessoal (2019)

A coleta do lixo se equilibra com as novas formas de produção e consumo assente na concepção da modernização que estava associada à ideia de desenvolvimento criticada na década de 1960 (GONÇALVES, 2012), e vem sendo aplicada como reflexo das novas influências no estilo de vida das populações locais. Realçando se tratar de “um projeto de globalização que vem sendo construído por cima, pelos de cima, para os de cima”(GONÇALVES, 2012, p.19), ou seja, são realizações exógenas, incorporadas pelos agentes hegemônicos para os autores externos ao lugar.

Também, associada às formas de consumo propagadas pela sociedade contemporânea, importa referir que, devido à necessidade de relaxamento, o ser humano foge da relação trabalho e moradia e procura um ambiente tranquilo mas dada a sua relação alienígena, traz consigo as suas formas de ação dominante, pelo que Krippendorf (2006) mostra que há necessidade de consciencialização dos turistas e visitantes, ou seja, de todos os indivíduos para a prática de um turismo humano e suave, o que se adequa ao contexto do arquipélago de Bazaruto.

d) O lodge comunitário de Zenguelemo

A aprovação do projeto para a construção de um lodge comunitário de Zenguelemo conteve a cedência de 6.1 hectares de terra e a efetivação de um contrato de concessão entre o MITADER e as comunidades locais da ilha do Bazaruto por intermédio da Associação comunitária Thomba Yedyo.

Dado que o arquipélago possui apenas empreendimentos de 4 e 5 estrelas e, geralmente, direciona-se ao turismo de classe alta e a dimensão internacional, a perspectiva do lodge comunitário visa possibilitar a abertura ao turismo doméstico, a abrangência de outras camadas da população de nível médio e baixo, para o desfrute de um turismo mais inclusivo. De acordo com Moçambique (2019), a proteção e conservação da biodiversidade é fundamental e a retribuição dos projetos comunitários depende da transferência tangível e transparente dos benefícios para as comunidades, para garantir meios alternativos de vida por meio do aumento de rendimento e emprego.

Embora esse lodge seja implantado dentro de uma concessão turística atribuída à comunidade, é discutível a ideia focal desse empreendimento quanto à questão do turismo “inclusivo” quando a fixação dos preços e das normas de funcionamento dependem da variação de mercado, e se a atuação das instituições competentes, bem como as comunidades fragilizarem a vigilância atendendo as diretrizes trabalhistas, a mão de obra local poderá ser subexplorada e também o monopólio de mercado prevalecerá, o que não viabilizará a diversificação, mas sim a “monocultura”. Ademais, segundo Moraes (2017), a divisão internacional do trabalho e a alocação de capital obedecem uma racionalidade em que os lugares mundializados e submetidos às estratégias dos monopólios se articulam numa lógica implacável de valorização fictícia.

Nessa ocasião, por intermédio do Banco Mundial, foi disponibilizado o valor de 68,600.000,00 Meticais para a construção do lodge comunitário de Zenguelemo, com capacidade para alojar um total de 56 hóspedes por dia, sendo 11 camas em forma de campismo para 22 pessoas e 17 camas para 34 pessoas em regime de *self catering*. A modalidade de *self catering* consiste em proporcionar alojamento sem refeições incluídas, todavia disponibiliza os serviços de limpeza e dispõe de cozinha para o uso dos hóspedes.

Devido à incapacidade de gestão local, foi divulgado um concurso público em novembro de 2016 que culminou com a seleção da empresa *Far and Wide Zimbabwe, Ltd*, por possuir a experiência comprovada de cerca de 27 anos na operação do ecoturismo e educação ambiental nas áreas de conservação de Zimbabwe, e pela sua capacidade operacional e de marketing (MOÇAMBIQUE, 2019). Assim, a empresa desembolsa o valor de 12.000.000,00 Meticais para o desenho do projeto executivo e o apetrechamento, ou seja, a aquisição de bens móveis.

Figura 19: Lodge comunitário de Zenguelemo em construção



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

O entendimento do lodge comunitário surge pelo fato da infraestrutura – o lodge – pertencer à comunidade local da ilha de Bazaruto, uma vez que a gestão do empreendimento estará sob compromisso da empresa locatária *Far and Wide Zimbabwe, Ltd*, em conformidade de um contrato de arrendamento cujo tempo de permissão de atividade seria de 25 anos.

Existem vários modelos de parceria público-privada no âmbito do turismo. No caso de arrendamento, requer a concessão de 5 a 25 anos. Visto que, de acordo com Moçambique (2018b, p. 9), “uma entidade privada arrenda uma instalação do parque e assume total responsabilidade pela sua operação. A autoridade de conservação mantém a responsabilidade pelas despesas de capital”, no entanto, o consenso é determinado entre as partes envolvidas.

Entretanto, ressalta-se que a existência de um imóvel da comunidade não expressa em si a prática de um turismo comunitário. Visto que, enquanto o processo emancipatório estiver fragilizado, os moldes de funcionamento do lodge “comunitário” não poderão escapar ou se dissociar do modelo padronizado e elitizado, e o controle do mesmo irá transcender do domínio da comunidade, como se observa atualmente nos restantes empreendimentos turísticos existentes no arquipélago de Bazaruto.

O turismo comunitário mobiliza a qualidade de vida das comunidades locais, por meio do exercício da liberdade individual e coletiva, o processo de mobilização social e o meio de construção da cidadania. A gestão participativa implica que os membros da comunidade passam a

ser ao mesmo tempo articuladores e construtores da cadeia produtiva, e assim revelarem-se capazes de cooperar e organizar as estratégias no âmbito do turismo (CARVALHO, 2007).

A inclusão de um processo mais participativo permite que a comunidade, ao invés de protestar planos já consumados, consiga integrar um plano organizado por meio do fortalecimento de alternativas (NÓBREGA, 2007). Pois, há uma possibilidade de inclusão das comunidades mediante um turismo alternativo, solidário, participativo e comunitário, atendendo às necessidades humanas mediante a associabilidade a um plano integrado de saúde, educação, habitação, emprego e renda.

Com efeito, as oportunidades reais envolvem mais do que recursos disponibilizados às pessoas, trata-se de funções cujos valores são definidos por uma série de fatores: recursos, talentos, condicionamentos, direitos, expectativas, poder de iniciativa, voz na comunidade e nos processos decisórios, entre outros (SEN, 2010). Portanto, refere-se às oportunidades para a efetivação de escolha do tipo de vida que as comunidades protagonizam.

Reforçando esse debate, é relevante buscar o desenvolvimento integrado, conciliando transparência, reciprocidade, cooperação, comprometimento, confiança entre os indivíduos, e as leis de mercado mais justas para com a maioria da população (AZEVEDO, 2008 *apud* NUNES, *et al*, 2014). Dessarte, a matriz do desenvolvimento está na expansão das capacidades dos indivíduos como forma da liberdade humana, pois todos os processos devem permitir a oportunidade de ações e decisões (SEN 2010), atendendo à posição de indivíduos ativos e participativos em todos os primas da vida social, econômica e política.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise em curso aborda uma dada realidade, dispondo de um propósito na construção de processos horizontais com vistas a dialogar sobre problemas sociais, como a desigualdade, pobreza e a segregação socioespacial.

A condição fundamental das políticas públicas com vistas ao desenvolvimento à escala humana propõe incidir na valorização de um sistema econômico no qual prevaleça a necessidade de potenciar o ser humano, reconhecendo as dificuldades de acordo com o contexto inserido, considerando que cada povo possui necessidades distintas, o que de modo particular nos interessa no território estudado, onde prevalecem os interesses exógenos, sobretudo do mercado de serviços e produtos ligados ao turismo internacional.

As grandes firmas multinacionais atuam como redes que se instalam e se propagam por variados polos, condizendo com a ótica do turismo como atividade internacional e (re) produtiva do sistema capitalista, criando uma gama de instalações que procuram beneficiá-los diretamente, contudo há uma possibilidade de organização da base econômica e social local atendendo ao fortalecimento horizontal, especialmente pela incipiente organização comunitária e pelos anseios e propósitos identificados.

Nesse sentido, as relações entre os agentes e os sujeitos devem fluir com base em propostas de desenvolvimento humanitárias em que os detentores do poder político e do planejamento possam se vincular pelo estabelecimento de um diálogo horizontal, fomentando o empoderamento das populações locais.

Nota-se um obstáculo na fragilidade do setor público na arrecadação de impostos, ações essas também marcadas pela capacidade de manipulação de informações e dados por parte dos empreendimentos, quando muitas vezes ocorrem distorções na produção e divulgação de informações.

Portanto, as implicações das políticas públicas derivam do transcurso da internacionalização do turismo face ao contexto territorial, visto que tem sofrido transformações profundas associadas às imposições da estrutura globalizada que, ora heterogênea, determina a hierarquização dos países (países periféricos – subdesenvolvidos e o centro imperial – países desenvolvidos) pelas ideologias dominantes assentes no sistema capitalista e suas relações com o complexo de orientações da vida social.

No interior do processo de desenvolvimento é imprescindível a abrangência em todo o processo de participação efetiva da população autóctone na tomada de decisão, seja no tocante ao turismo, seja referente a outro fenômeno socioeconômico. Embora se tenham envidado esforços para a incitação de investimentos em empreendimentos turísticos e incentivo à criação das associações locais, torna-se pertinente a promoção da expansão das liberdades individuais e grupais, orientada nas pessoas e no aumento das possibilidades de escolha dos indivíduos. Contudo, as realizações coletivas devem ser fundadas no acesso pleno à educação, participação ativa, saúde qualificada, saneamento básico, segurança, direitos civis e políticos que garantam o empoderamento da população.

Entretanto, a gestão dos fundos comunitários necessita do asseguramento da transparência, pelas associações locais, para que não se transmita a extrema sujeição da população e haja a garantia da autonomia da população visando o bem-estar coletivo.

Em relação à arrecadação de donativos por parte dos empreendimentos turísticos para o benefício das comunidades, necessita de um controle em relação ao fluxo desses apoios, bem como a organização de um fundo direcionado e a produção de relatórios para a prestação de contas. Torna-se necessário esclarecer sobre o compromisso que os empreendimentos têm para com as comunidades locais.

Pois, face aos planos estratégicos do turismo, denota-se uma preocupação com a criação de um ambiente conveniente para absorver investimentos, acreditando-se que o estímulo ao consumo de bens e serviços, numa perspectiva internacional associada à estratégia de aumento de receitas do turismo impactaria na melhoria de condições de vida com base na promoção de benefícios sociais e no emprego gerado. Todavia, a geração de emprego e renda em um mercado predador impossibilita a melhoria de vida das populações.

O turismo é projetado pelos padrões, pelas preferências e necessidades do consumo determinados pelo mercado mundial e pelo contexto do consumo despótico de sociedades abastadas, dos centros emissores de fluxos e de poder de consumo consolidado. Logo, as tendências econômicas e sociais no contexto nacional visam responder a essa demanda, fazendo com que os planos de desenvolvimento do turismo além de se mostrarem direcionados a uma elite, se restrinjam a uma estratégia de marketing.

Por isso, é possível denotar uma divergência nos planos de desenvolvimento do turismo, pois esses planos focam no mercado global e legitimam o setor privado como o motor principal para o rápido crescimento econômico, apoiando-se desse para o aumento de emprego e a visão utópica de alívio à pobreza. Ao mesmo tempo pretende-se garantir o envolvimento e participação das comunidades dentro das armadilhas que o mesmo mercado ordena para expropriar de todas as formas, maximizando a obtenção do lucro e a fuga de receitas.

Também, os planos tendem a apresentar-se exclusivamente direcionados a uma elite e agregar o valor turístico às intervenções estratégicas favoráveis à competitividade do mercado e intervenções catalíticas focadas no crescimento de uma economia fragilizada. Assim, há necessidade de fortalecer as conexões interinstitucionais para a definição de prioridades e estratégias de atuação coletiva.

Portanto, há uma possibilidade de inclusão das comunidades mediante um turismo alternativo, solidário, participativo e comunitário, atendendo às necessidades humanas mediante a associabilidade a um plano integrado de saúde, educação, habitação, emprego e renda para o fortalecimento de alternativas. Assim, mobilizando os membros da comunidade como protagonistas em uma gestão participativa, nos processos decisórios e emancipatórios.

REFERÊNCIAS

- ACERENZA, M.A. **Conceptualización, origen y evolución del turismo**. México: Trillas, 2006.
- ALTHUSSER, L. **Sobre o trabalho teórico**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1978.
- AZEVEDO, F; FIGUEIREDO, S; NÓBREGA, W; MARANHÃO C. **Turismo em Foco: globalização e políticas públicas**. In: AZEVEDO, F. F., *et al* (orgs). Turismo em foco. Belém: NAEA, 2013a.
- _____. LOCATEL, C; SILVA, R; GURGEL, E; **A internacionalização do turismo no mundo subdesenvolvido (Brasil e Moçambique): problematizando a sustentabilidade turística**. Peru: Observatório geográfico da América Latina, EGAL, 2013b.
- _____. **Desenvolvimento Regional e Potencial Turístico no Seridó Potiguar**. Natal: EDUFRRN, 2014.
- AZEVEDO, F; LIMA, F, A; SILVA, R. **Fome e a escassez no período técnico-científico-informacional**: revisitando o pensamento de Josué de castro em relação ao Brasil e ao Nordeste. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 13, n. 42 jun/2012 p. 157 168
- AZEVEDO, H. **A segurança em territórios turísticos**: o caso do município de Inhambane em Moçambique. Tese de doutorado em Geografia. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: Instituto de Estudos Socioambientais, 2014.
- AZEVEDO, H ; NHANTUMBO, S; BANZE, E. **Políticas públicas e o desenvolvimento do turismo em Moçambique: análise da implementação do plano estratégico do município de Inhambane (2009-2019)**. Geo UERJ - Rio de Janeiro, n. 30, p. 253-270, Maio de 2017.
- BAIA, H.M. A. **Conteúdos da urbanização em Moçambique**: Considerações a partir da expansão da cidade de Nampula. Tese de doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo – faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, 2009.
- BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. São Paulo: Papyrus editora, 1999.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do Turismo**. 7.ed. São Paulo: SENAC, 2002.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11 ed. Brasília: UnB, 1998.

BOISIER, S. **Desarrollo (Local): De qué estamos hablando?** Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local. Espanha: Editoria Homo Sapiens, 2001.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Instituições, bom estado, e reforma da gestão pública**. In: Ciro Biderman e Paulo Arvate (orgs.) *Economia do Setor Público no Brasil*. São Paulo: Campus Elsevier, 2004, 3-15.

_____. **As três interpretações da dependência**. *Perspectivas*: São Paulo, v. 38, p. 17-48, Jul./Dez. 2010

_____. **Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica**. Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2009.

BUTLER, R. **Problemas e temas da integração do desenvolvimento do turismo**. In: PEARCE, D. G.; BUTLER, R. *Desenvolvimento em turismo: Temas contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2002.

CARVALHO, V. **O turismo comunitário como instrumento de desenvolvimento sustentável**. *Ecotur*, 2007 disponível em

http://www.revistaecotur.com.br/pagina/MTc1OQ==/O_turismo_comunitario_como_instrumento_de_desenvolvimento_sustentavel

CERQUEIRA, J. B. A. **Uma visão do Neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas**. Feira de Santana: UEFS, *Sitientibus*, v.39, 169-189, jul/dez. 2008.

CHESNAIS, F. **A mundialização de capital**. São Paulo: Xama, 1996.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORRÊA, L. **Análise crítica de textos geográficos: breves notas**. *Geo UERJ – Revista do Departamento de Geografia, UERJ*, Rio de Janeiro, n.14, p.7-18, 2º semestre de 2003.

COSSA, S. **Marketing Estratégico no Combate à Sazonalidade. Caso de Estudo: Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto - Moçambique.** Dissertação de mestrado em Turismo. Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Estoril. Março, 2016.

CHAMBAL, H. **O papel do Estado Central na regulação do setor do turismo.** Inhambane: Arquivo da biblioteca da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, 2006.

CUNHA, L. **Introdução ao Turismo,** 1.ed. Lisboa: Verbo, 2003.

CRUZ, R. C. A. da. **Política de turismo e território.** São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço.** In: LEMOS, A; ARROYO, M; SILVEIRA, M. (Org.). América Latina: cidade, campo e turismo. São Paulo: CLACSO Consejo Latino-americano de Ciencias Sociales, 2006,v.1,p337-350

DENCKER, A. de F. M. **Pesquisa em Turismo: planejamento, métodos e técnicas.** 9ed. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, R. e AGUIAR, M. **Fundamentos do turismo: conceitos, normas e definições.** Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2002.

DIAS, R. e PIMENTA, M.. **Gestão de Hotelaria e Turismo.** 1.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hal, 2002.

DOMINGOS, C. **Políticas públicas de promoção turística e desenvolvimento local sustentável: um estudo de caso em Vilankulos/Moçambique.** Dissertação de Mestrado em Ciências. Ribeirão Preto: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, 2012.

ESCOBAR, A. **Encountering Development: the making and unmaking of the third world.** Princeton University Press, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

- _____ **Delineamento da Pesquisa. Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOELDNER, C. R; RITCHIE, J.R.B. **Tourism: principles, practices, philosophies.** Canadá: Eleventh, 2009.
- GOMES, A. S; PALMA, J. J. C. e SILVA, C. G. **Causas e consequências do impacto ambiental da exploração dos recursos minerais marinhos.** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geofísica, 2000.
- GONÇALVES, C. **O desafio ambiental.** Os porquês da desordem mundial, mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- HAESBAERT, R. **O mito da territorialização:** o fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HIGGINS-DESBIOLLES, F. **More Than an “Industry”:** the forgotten power of tourism as a social force. *Tourism Management* (Vol. 27 (1), 1192-1208). Oxford: Elsevier, 2006.
- HIRSCHMAN, A. **Estratégia do desenvolvimento econômico.**1961, Rio de Janeiro: fundo de cultura
- IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo.** 2.ed. São Paulo, Revista e Ampliada, 2003.
- MARCONI, M. de A. e LAKARTOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7.ed.São Paulo: Atlas, 2003.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2006.
- MAX-NEEF, M. **Desarrollo a Escala Humana:** Conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. 2.ed. Uruguai: Editorial Nordan-Comunidad e Incaria Editorial, S.A, 1998.
- MEKSENAS, P. **Pesquisa social e ação pedagógica.** São Paulo: Loyola, 2002.
- MEDEIROS, P. I. A. P. **Encalhes de cetáceos ocorridos no período de 1984 a 2005 no litoral do Rio Grande do Norte, Brasil.** Dissertação de mestrado em Bioecologia aquática, apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.
- MOÇAMBIQUE. Ministério de Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural. **Plano de Maneio do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto 2016-2025.** Maputo: MITADER, 2016.

_____. Ministério do Turismo. **O Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2004 a 2013**. Maputo: MITUR, 2004.

_____. Ministério do Turismo. **Estratégia de marketing turístico 2006 -2013**. Maputo: MITUR, 2006.

_____. Ministério da Cultura e Turismo. **O Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2015 a 2024**. Maputo: MICTUR, 2015.

_____. **Relatório de atividades 2017**: Projeto das áreas de conservação para a biodiversidade e desenvolvimento. Maputo: MOZBIO, 2018a.

_____. **Conferência internacional do turismo baseado na natureza**. Maputo: Governo de Moçambique, 2018b.

_____. **Relatório anual 2018**: Projeto das áreas de conservação para a biodiversidade e desenvolvimento. Maputo: MOZBIO, 2019.

MORAES, A. **Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço**. In: DANTAS, A; ARROYO, M.; CATAIA, M. *Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos*. Natal: Sebo vermelho, 2017.

MOSCA, J. **Evolução da agricultura moçambicana no período pós-independência**. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia. Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, Abril, 1996.

MULLOR, E E BLÁZQUEZ, C. **Turismo Placebo**: Nueva colonización turística: del Mediterráneo a Mesoamérica y El Caribe. *Lógicas espaciales del capital turístico*. Managua: Edisa, 2011.

NUNES, M. SANTOS, K. e AZEVEDO, F. **Turismo e capital social: uma aproximação teórica e conceitual**. *Pasos-Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, Espanha*,v.2, p.443-452, 2014.

NÓBREGA, W. **Turismo: planejamento e políticas públicas na Amazônia**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

_____. **Turismo, desenvolvimento e políticas públicas: limites e avanços no Estado do Pará.** In: AZEVEDO, F. F., *et al* (orgs). Turismo em foco. Belém: NAEA, 2013a.

QUIVY, R. e Campenhoudt L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** 5ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática. 1993.

RECH, E. P. **Desenvolvimento e território: uma análise da política pública do ministério do desenvolvimento agrário no território centro-sul do Paraná.** Dissertação de Mestrado em gestão do território. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Março de 2010.

RICHARDSON, R. **Pesquisa Social: Métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço, rumo a um conhecimento Transdisciplinar.** São Paulo: Itaotec, 1999.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal.** 11.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Metamorfose do espaço habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 2008 a.

_____. **Da totalidade ao lugar.** 1.ed. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 2012.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos,** 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 b.

_____. **Técnica, espaço e tempo.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. e SILVEIRA M. **O Brasil: o território e sociedade no século XXI.** São Paulo: Record. 2006.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** 1.ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2010.

SINGER, P. **Desenvolvimento e crise.** 2.ed. Rio de Janeiro: paz e terra, 1977.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHLUTER, R. **Metodologia de pesquisa em hotelaria e turismo.** São Paulo: Aleph, 2003

SHARPLEY, R. & TELFER, D. **Tourism and Development in the Developing World**. Oxon: Routledge. 2008.

TEDESCO, J. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. 1ed. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo – Ediupf, 1999.v.1. p.325

TEODORO BILA, A; CHAMBAL, H; e TAMELE, V. **Oportunidades e riscos, da liberalização do comércio e serviços em Moçambique**. Geneva: Programa de Comércio em Serviços e Desenvolvimento Sustentável, 2007.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2006.

PNUD. **Human development indices and indicators**. New York, 2018.

UNFPA. **Mundos distantes: saúde reprodutiva e direitos numa era de desigualdades**. Suplemento do Relatório sobre o Estado da População Mundial – UNFPA. Moçambique, 2017.

VEAL, A.K. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph. 2011.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Travel & tourism competitiveness report**. Geneva: WEF, 2017.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Tourism highlight**. Madrid: UNWTO, 2011a.

_____. **2010 Annual report**. Madrid: UNWTO, 2011b.

_____. **2011 Annual report**. Madrid: UNWTO, 2012.

_____. **2012 Annual report**. Madrid: UNWTO, 2013.

_____. **2013 Annual report**. Madrid: UNWTO, 2014.

_____. **2014 Annual report**. Madrid: UNWTO, 2015.

_____. **2015 Annual report**. Madrid: UNWTO, 2016.

_____. **2016 Annual report**. Madrid: UNWTO, 2017.

_____. **2017 Annual report**. Madrid: UNWTO, 2018.

_____. **2017 Tourism highlight**. Madrid: UNWTO, 2019.

ZACARIAS, D. **Políticas públicas de desenvolvimento do turismo em Moçambique: da panaceia à prática**. In: AZEVEDO, F. F., *et al* (orgs). Turismo em foco. Belém: NAEA, 2013a.

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE I – Roteiro de perguntas à Administração do Parque Nacional de Bazaruto

APÊNDICE II – Roteiro de perguntas aos representantes das associações locais do arquipélago de Bazaruto

APÊNDICE III – Roteiro aos trabalhadores dos empreendimentos turísticos

APÊNDICE IV – Roteiro aos gestores de empreendimentos turísticos

APÊNDICE V – Roteiro à comunidade local

APÊNDICE VI – A evolução do conceito de desenvolvimento

APÊNDICE VII – Anotações importantes sobre o turismo

APÊNDICE VIII – Aquisição de produtos e serviços maioritariamente importados pelos estabelecimentos hoteleiros

ANEXO I – Distribuição de chegadas internacionais pelo mundo em 2017

ANEXO II – Fatores que influenciaram para o crescimento do turismo

ANEXO III – Logotipos que atuam no Arquipélago de Bazaruto e do PNAB e Preços aplicados nos empreendimentos turísticos

ANEXO IV – Distribuição do Índice de Desenvolvimento Humano do ano 2017 pelo mundo

ANEXO V – Centro de saúde e salas de aulas

ANEXO VI - Preços (em Meticais) a cobrar nas áreas de conservação com turismo significativo-regulados pelo Decreto nº 84/2017 de 29 de Dezembro

ANEXO VII - Áreas prioritárias de desenvolvimento do turismo do PEDTMI

APÊNDICE I

Roteiro de perguntas à Administração do Parque Nacional de Bazaruto

1. Quantos empreendimentos turísticos existem no arquipélago de Bazaruto? Quantos se encontram encerrados e quantos em funcionamento? Porque se encontram encerrados?
2. Qual é a capacidade do estabelecimento, em relação ao número de quartos e camas?
3. Quantos trabalhadores (homens e mulheres) têm o Parque Nacional do Bazaruto e quantos são locais?
4. O arquipélago possui rede de corrente elétrica e fonte de abastecimento de água canalizada?
5. O arquipélago possui escolas (grau de ensino) e unidades sanitárias?
6. Quais são os parceiros do Parque Nacional de Bazaruto? E que funções desempenham?
7. Após a implantação de investimentos turísticos, a qualidade de vida da comunidade local melhorou? Quais são as mudanças que ocorreram no arquipélago de Bazaruto, devido a prática da atividade turística?
8. Quais são as estratégias usadas pelo Parque Nacional de Bazaruto que realçam os contributos económicos e sociais do turismo para a comunidade local?
9. Quais são as condições para quem deseja investir no âmbito turístico no Arquipélago de Bazaruto? Especificamente na atribuição de terra, valor de investimento e no tipo de infraestruturas e pessoal.
10. Os empreendimentos turísticos adquirem os produtos/serviços locais?
11. Os empreendimentos turísticos acolhem mão-de-obra local?
12. Existe um plano de capacitação/formação dos trabalhadores e/ou da comunidade?
13. Qual é o registo de entrada de turistas dos anos 2008 a 2018?
14. Quantas associações locais existem em torno do Arquipélago de Bazaruto?
15. Como tem sido a articulação entre a comunidade local (sociedade civil), as empresas turísticas (setor privado) e o Estado (Parque nacional do Arquipélago de Bazaruto).
16. Como caracteriza o turismo no Arquipélago de Bazaruto?

17. Como se tem enfrentado os desafios do controle de taxas/receitas provenientes dos empreendimentos turísticos? Existe um regulamento (local/nacional) específico que determina o valor das taxas a serem disponibilizadas com vista a beneficiar as associações locais? Qual é a periodicidade do desembolso?

APÊNDICE II

Roteiro de perguntas aos representantes das associações locais do arquipélago de Bazaruto

1. Nome da associação:
2. Localização:
3. Quando foi criada a associação?
4. Quantos membros fazem parte da associação e quantos são nativos?
5. Quais são os objetivos da associação?
6. Que ações/atividades a associação desempenha em prol do bem-estar da comunidade local?
7. A associação tem recebido o valor arrecadado das receitas do turismo? Se sim, qual é a periodicidade de receção? Se não, explique porquê?
8. Para que fins tem sido aplicado o valor arrecadado?
9. Como é feita a decisão para a aplicação do valor? É feita de forma participativa ou não?
10. São realizadas eleições dentro da associação? Se sim, qual é a periodicidade?

APÊNDICE III

Roteiro aos trabalhadores dos empreendimentos turísticos

1. Idade

De 18 a 25 anos () 26 a 35 anos () 36 a 50 anos () 51 a 60anos ()

Mais de 60 anos ()

2. Género

Feminino ()

Masculino ()

3. Estado civil

Casado (a)/ em Unia de facto ()

Solteiro ()

Separado (a)/Divorciado (a) ()

Viúvo ()

4. Agregado familiar: _____

5. Nível de escolaridade:

Elementar ()

Básico ()

Médio ()

Superior ()

Outro ()

6. Local de Residência: _____

7. Naturalidade: _____

8. A quanto tempo reside no Arquipélago de Bazaruto? _____

9. Profissão/ocupação: _____

10. Salário mensal (em Meticais)

Menos de 5.878,00 ()

5.878,00 ()

De 5.879,00 a 8000,00 ()

De 8.001,00 a 10.000,00 ()

De 10.001,00 a 12.000,00 ()

De 12.001,00 a 14.000,00 ()

De 14.001,00 a 16.000,00 ()

De 16.001 a 18.000,00 ()

De 18.001,00 a 20.000,00 ()

Acima de 20.000,00 ()

1. Qual é o meio usado para chegar ao Trabalho?

Motorizada () Bicicleta () A pé () Outro: _____

2. Possui contrato de trabalho? Sim () Não ()

3. Há quanto tempo trabalha no empreendimento que se encontra efetivo? _____

4. Está satisfeito com o trabalho que desempenha? Sim () Não ()

Motivação: Desejo de trabalhar na área do Turismo () Aumento de renda ()

Falta de opção para encontrar o emprego que deseja () Outra: _____

5. Possuía um trabalho anterior a este? Sim () Não ()

Se sim, qual e porque deixou? _____

6. Faz parte de alguma associação local? Sim () Não ()

Se sim, qual? _____

7. Quantas horas por dia você trabalha? _____

8. Quando excede tempo de trabalho, recebe algum incentivo ou remuneração por horas extras de trabalho? Sim () Não () As vezes ()

9. Quais os benefícios que o seu trabalho proporciona à trabalhadores?

Seguro de saúde () Custeio de alimentação () Custeio de transporte ()

Nenhum () Outro: _____

10. Qual é a periodicidade das folgas?

1 folga por semana () 2 folgas por semana () Outra: _____

11. Existe um plano de férias para o pessoal? Sim () não ()

Se não, como tem sido a atribuição do período de férias? _____

12. Tem gozado férias anuais? Sim () Não ()

13. Já se beneficiou de alguma formação promovida pela empresa na qual você trabalha? Se sim, qual? _____

14. Já se beneficiou de alguma promoção ou progressão na carreira? Sim () Não ()

Qual? _____

APÊNDICE IV

Roteiro aos gestores de empreendimentos turísticos

Nome do empreendimento: _____

Localização: _____

Mês e ano de abertura: _____ Contacto: _____

Email: _____

Número de quartos: _____ Número de camas: _____

Número de mesas: _____ Número de cadeiras: _____

Número de trabalhadores: Homens _____ Mulheres: _____

Nacionais: _____ Estrangeiros: _____ Locais: _____

1. Tipologia do empreendimento: Lodge () Resort ()

2. Quais são as atividades recreativas prestadas pelo empreendimento?

Musica local ao vivo () Dança tradicional local () Visitas com guias locais ()

Pesca desportiva () Mergulho () Caminhadas pela ilha () Hipismo ()

Passeios de barco () Exposição de artesanato ()

Outras: _____

3. Qual é a origem do capital (financeiro) investido?

Local: _____ Nacional: _____ Estrangeiro: _____ Multinacional _____

4. O vosso empreendimento possui pista de aterragem? Sim () Não ()

5. O seu empreendimento atua em cadeias hoteleiras? Qual? _____

6. Onde se localiza o centro de reservas do seu empreendimento? _____

7. Quais são as ações de benefício social realizadas pelo empreendimento à comunidade local?

Canalização de água potável () Construção de escolas ()

Construção de hospitais () Abastecimento de fonte de energia ()

Outros: _____

8. Existem dificuldades enfrentadas pela empresa, relacionadas com a comunidade local?
Quais? _____
9. Existe um plano de capacitação/formação dos trabalhadores? Sim () Não ()
10. Quantos trabalhadores já se beneficiaram do plano de formação? _____
11. Qual é o nível de formação dos trabalhadores locais?
Elementar _____ Básico _____ Médio _____ Superior _____
12. Quais os benefícios proporcionados aos trabalhadores?
Seguro de saúde () Custeio de alimentação () custeio de transporte ()
Nenhum () Outro: _____
13. Existem trabalhadores locais que atingiram a reforma? Sim () Não ()
Se sim, quantos? Homens: _____ Mulheres: _____
14. Tem enfrentado dificuldades com os trabalhadores locais? Sim () Não ()
Se sim, quais? _____
15. O vosso empreendimento possui algum campo agrícola para o cultivo de verduras e
vegetais e/ou frutas? Sim () Não ()
Se sim, onde se localiza? Na mesma ilha onde se situa o empreendimento ()
Vilanculos () Inhassoro () Outra: _____
16. Onde são realizadas as compras dos seguintes produtos e serviços do vosso
empreendimento?

Produtos/Serviços	Local de aquisição
Produtos alimentares perecíveis: Frutas Verduras Vegetais Pescados Carnes	
Produtos alimentares processados	
Produtos de higiene e limpeza	
Equipamentos de limpeza	
Material informático	
Roupas de cama	

Toalhas de banho	
Panos de mesa e guardanapos	
Cortinados	
Eletrodomésticos	
Mobiliário	
Louças e utensílios de cozinha	
Material de escritório	
Material de construção	
Material decorativo	
Serviços de marketing	
Serviços de reservas	
Serviços de manutenção: Pedreiros Carpinteiros Canalizadores Eletricistas Pintores	

17. A empresa possui uma equipe para a manutenção (pedreiros, carpinteiros, canalizadores, eletricitas, pintores, etc.) que faz parte do quadro de pessoal do vosso empreendimento?

Sim () Não ()

18. Em caso de não aderir aos produtos/empresas locais, explique o motivo.

Falta de padrão de qualidade a nível local () Preços elevados ()

Falta de empresas () Outro motivo: _____

De 18.001,00 a 20.000,00 ()

Acima de 20.000,00 ()

9. Algum familiar trabalha na área do turismo?

Sim ()

Não ()

10. Possui pequeno negócio derivado do salário obtido pelo trabalho na área do turismo

Não ()

Sim () Indique qual: _____

11. Os empreendimentos turísticos adquirem os produtos locais?

Não ()

Sim () Indique qual: _____

12. Os Turistas compram os produtos locais?

Sim ()

Não () Especifique: _____

13. Qual é a atitude do turista perante o contacto com comunidade local?

Simpáticos ()

Antipáticos () Outra: _____

14. Quais são os benefícios que você adquiriu através do turismo?

15. Quais são as infraestruturas que melhoraram devido a influência do turismo?

Habitação ()

Transporte ()

Hospitais ()

Escolas ()

Outras: _____

APÊNDICE VI

A evolução do conceito de desenvolvimento

Período	Paradigma de desenvolvimento	Perspectivas teóricas e conceitos
1950 - 1960	Modernização	Difusão do crescimento baseado em modelos ocidentais, essencialmente fomentado pelo crescimento industrial.
1950 -1960	Dependência	Neocolonialismo: subdesenvolvimento relacionado a exploração por países desenvolvidos. Dualismo: entre pobreza funcional e o crescimento econômico global. Estruturalismo: mercados domésticos e envolvimento estatal.
Meados de 1970 a 1980	Neoliberalismo	Ajustes estruturais: empréstimos internacionais administrados pelo Banco Mundial e pelo FMI para promover o desenvolvimento foram condicionados a ajustes estruturais e políticos nos países beneficiários. Forças de mercado: privatização das empresas estatais e a redução global da intervenção do Estado (interferência mínima do estado). Mundialização dos sistemas financeiros.
Década de 1970 e início de 1980	Desenvolvimento alternativo	Orientação para as necessidades básicas: alimentação, habitação, educação e saúde. Desenvolvimento centrado nas preocupações humanas, no direito das pessoas e na liberdade de escolha, e também na questão de empoderamento dos indivíduos. Assuntos ambientais inseridos no desenvolvimento.
Anos 1990, 2000 e a posteriormente	Além do impasse: a busca de um novo paradigma.	Pós-desenvolvimento: rejeição do conceito de "desenvolvimento" excludente. O desenvolvimento liderado pelo Estado: um papel mais ativo para o Estado. A articulação comunitária e a atuação da sociedade civil no trabalho de organizações voluntárias incluindo ONGs. Estudos culturais relatando diferentes visões de mundo. Desenvolvimento e segurança: conflito e caos com desintegração do Estado.

Fonte: adaptado de Sharpley e Telfer (2008)

APÊNDICE VII

Anotações importantes sobre o turismo vinculado ao ocidente

Gregos	Peregrinações e jogos olímpicos.
Romanos	Criação de uma estrutura de atendimento ao visitante: Visita as termas, praias e monumentos históricos.
Grand Tour	Viagens estudantis e culturais .
Thomas Cook	Desenvolvimento de viagens organizadas e de pacotes turísticos através do impulso da invenção do trem e do navio. Com o advento da revolução industrial após a luta pelos direitos trabalhistas, foi estatuído o período de férias remuneradas para trabalhadores que impulsionou as viagens organizadas para férias.
Era dos aviões	Intensificação do fluxo turístico.
Avanços das tecnologias de comunicação e informação	Estabelecimento em redes das empresas multinacionais do turismo.

Fonte: adaptado de Barreto (1999), Dias e Aguiar (2002) e Acerenza (2006).

APÊNDICE VIII

Aquisição de produtos e serviços maioritariamente importados pelos estabelecimentos hoteleiros.

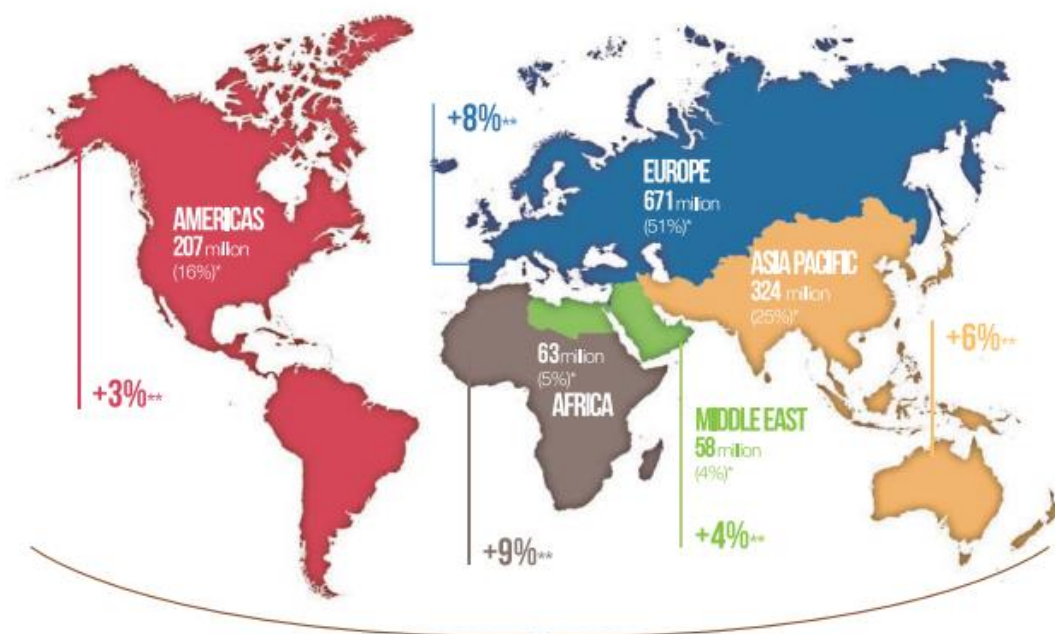
Produtos/Serviços	Local de aquisição dos Estabelecimentos hoteleiros			
	Pestana Bazaruto Lodge	Anantara Bazaruto Island & Spa	Azura/Gabriel Eco Island	And Beyond Benguerra Island
Frutas	Bazaruto e Vilanculos	Vilanculos e África do sul	Vilanculos	Benguerra, Vilanculos e Africa do sul
Pescados	Bazaruto e Vilanculos	Bazaruto	Benguerra	Benguerra e Vilanculos
Carnes	Africa do Sul	Vilanculos e África do sul	Vilanculos	Vilanculos e Africa do sul
Produtos alimentares processados	Vilanculos, Africa do sul	África do sul	Vilanculos	Vilanculos
Produtos de higiene e limpeza	Vilanculos, Africa do sul	Vilanculos e Maputo	Vilanculos	Vilanculos
Equipamentos de limpeza	Vilanculos, Africa do sul	África do sul e Maputo	Vilanculos	Vilanculos
Material informático	Vilanculos, África do sul	Maputo	África do sul	Africa do sul e Vilanculos
Roupas de cama	Vilanculos, África do sul	África do sul	África do sul	Africa do sul
Toalhas de banho	Vilanculos Africa do sul	África do sul	África do sul	Africa do sul
Panos de mesa e guardanapos	Vilanculos Africa do sul	Maputo	África do sul	Africa do sul
Cortinados	Vilanculos e Africa do sul	África do sul	Vilanculos	Africa do sul
Eletrrodomésticos	Maputo e Africa do sul	África do sul	Vilanculos	Africa do sul
Mobiliário	Maputo e Africa do sul	Africa do sul	Vilanculos/Africa do sul	Africa do sul, Índia e Moçambique
Louças e utensílios de cozinha	Maputo e Africa do sul	Africa do sul	Vilanculos/Africa do sul	Africa do sul e Maputo
Material de escritório	Maputo e Vilanculos	Vilanculos e Maputo	Vilanculos/Africa do sul	Vilanculos
Material decorativo	Bazaruto e Africa do sul	Africa do sul	Vilanculos/Africa do sul	Africa do sul, Índia e Moçambique
Serviços de marketing	Maputo e Portugal	Africa do sul	Africa do sul	Africa do sul
Serviços de reservas	Maputo e Portugal	Africa do sul	Africa do sul	Diversos países

Fonte: Dados de pesquisa (2019)

ANEXO I

Distribuição de chegadas internacionais pelo mundo em 2017

INTERNATIONAL TOURIST ARRIVALS 2017

*Share (%)
**Increase (%)

WORLD: 1,323 MILLION

Fonte: Relatório anual da OMT (2017)

ANEXO II

Fatores que influenciaram para o crescimento do turismo

Fatores econômicos	<p>Estratégias de integração horizontais e verticais nas empresas turísticas;</p> <p>Investimentos diretos estrangeiros das empresas turísticas transnacionais;</p> <p>Alianças estratégicas e atuação global das empresas;</p> <p>Gerência turística global das empresas.</p>
Fatores tecnológicos	<p>Desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação.</p> <p>Melhoria da promoção turística, graças aos meios massivos eletrônicos; a televisão melhorou a publicidade dos destinos turísticos.</p> <p>Aumento da especialização das operadoras turísticas, que realizam a coordenação e organização e a organização das viagens em pacotes.</p> <p>Sistemas de transportes com tecnologias padronizadas nos aeroportos e outros lugares</p>
Fatores culturais	<p>O mundo se tornou menor devido aos efeitos da globalização e os avanços tecnológicos e na maioria das sociedades industrializadas, as viagens internacionais tornaram-se acessíveis para a classe média.</p> <p>Aumento da segmentação do mercado de turismo atendendo a diversos interesses. Entre estes a ampliação do leque de ofertas de turismo voltada para a natureza e o ecoturismo.</p>
Fatores políticos	<p>Crescente importância das organizações turísticas internacionais.</p> <p>Necessidade de coordenação e regulamentação do turismo em nível mundial.</p> <p>A incorporação de novos espaços para o turismo com a maior abertura de países politicamente mais fechados.</p>

Fonte: Dias e Aguiar (2002, p. 43)

ANEXO III

Logotipos que atuam no Arquipélago de Bazaruto



Fonte: Páginas oficiais das respetivas organizações.

Preços aplicados nos empreendimentos turísticos

ANDBEYOND BENGUERRA ISLAND: 265 fotos ... - TripAdvisor

<https://www.tripadvisor.com.br> > ... > **Benguerra Island** ▼

★★★★★ Classificação: 4,5 - 207 comentários - Intervalo de preços: R\$ 2.277 - R\$ 4.902 (Com base nas tarifas médias de quartos standard)

andBeyond **Benguerra Island**, **Benguerra Island**: Veja 207 avaliações, 265 fotos e ótimas promoções para andBeyond **Benguerra Island**, classificado como nº 2 ...

ANANTARA BAZARUTO ISLAND RESORT: 764 fotos ...

<https://www.tripadvisor.com.br> > ... > **Hotéis: Bazaruto Island** ▼

★★★★★ Classificação: 4,5 - 589 comentários - Intervalo de preços: R\$ 4.285 - R\$ 5.821 (Com base nas tarifas médias de quartos standard)

Anantara **Bazaruto Island Resort**, **Bazaruto Island**: Veja 589 avaliações, 764 fotos e ótimas promoções para Anantara **Bazaruto Island Resort**, classificado como ...

AZURA BENGUERRA ISLAND: 629 fotos, comparação de ...

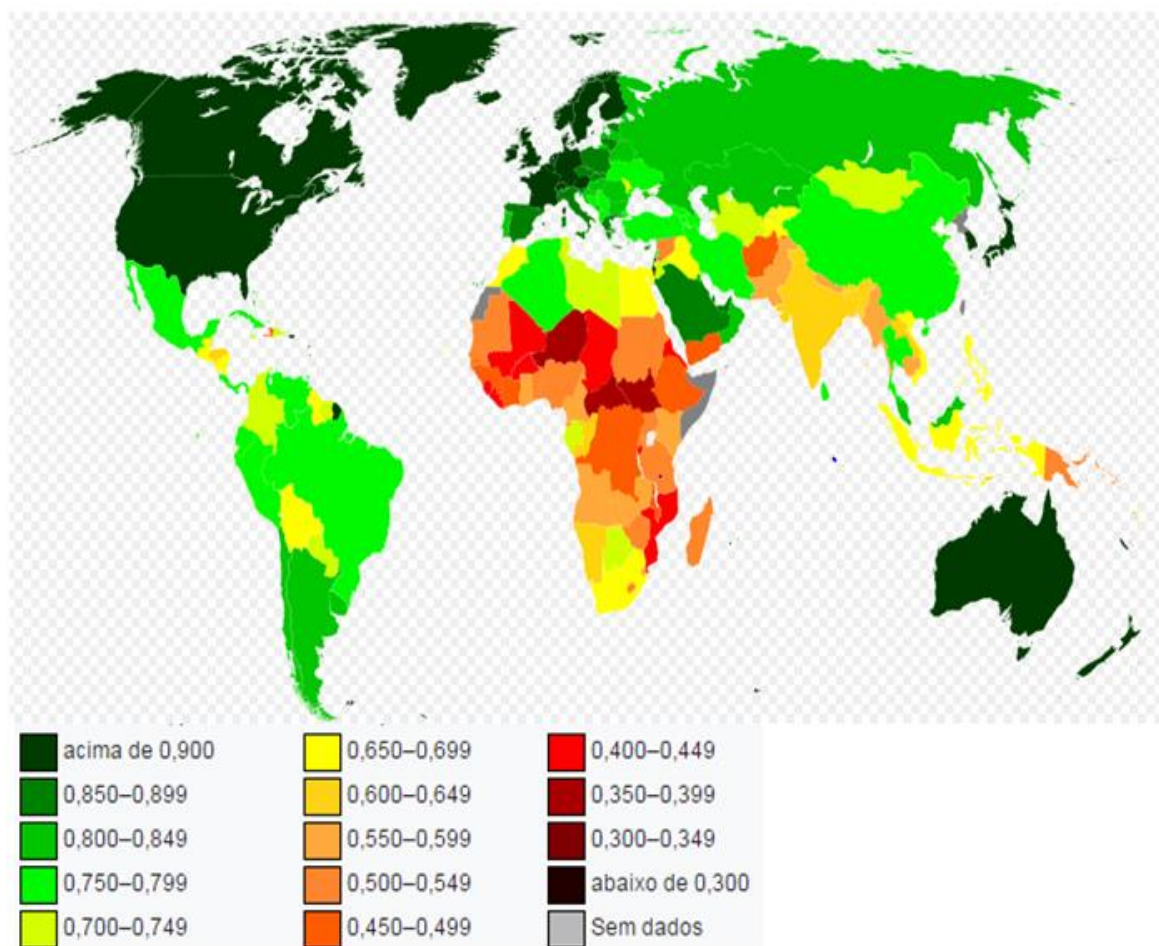
<https://www.tripadvisor.com.br> > ... > **Villas: Benguerra Island** ▼

★★★★★ Classificação: 4,5 - 565 comentários - Intervalo de preços: R\$ 4.876 - R\$ 17.827 (Com base nas tarifas médias de quartos standard)

Azura **Benguerra Island**, **Benguerra Island**: Veja 565 avaliações, 629 fotos e ótimas promoções para Azura **Benguerra Island**, classificado como nº 1 de 2 hotéis ...

ANEXO IV

Distribuição do Índice de Desenvolvimento Humano do ano 2017 pelo mundo



Fonte: PNUD (2018)

ANEXO V

Figura: Centro de saúde



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Salas de aulas



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

ANEXO VI

Tabela: Preços (em Meticais) a cobrar nas áreas de conservação com turismo significativo
- regulados pelo Decreto nº 84/2017 de 29 de Dezembro

Taxa de Entrada por pessoa	Nacional	Nacionais da SADC	Outras nacionalidade
Diária	400,00	600,00	900,00
Semanal	1.600,00	2.400,00	3.600,00
Anual	9.600,00	14.400,00	21.600,00
TAXA DE ENTRADA DE MEIOS CIRCULANTES			
Motociclos de todo o tipo	400,00	700,00	700,00
Veículo com 1 a 6 lugares	600,00	900,00	900,00
Veículo com 7 a 18 lugares	1.000,00	1.500,00	1.500,00
Veículo com 19 a 25 lugares	1.800,00	2.700,00	2.700,00
Veículo com mais de 25 lugares	2.400,00	3.600,00	3.600,00
Camiões	3.600,00	5.400,00	5.400,00
Atrelado ou caravana	600,00	900,00	900,00
Barco com 1 a 9 lugares	400,00	600,00	600,00
Barco com 10 a 18 lugares	600,00	900,00	900,00
Barco com mais de 18 lugares	1.000,00	1.500,00	1.500,00
Jet-ski max 2 lugares	200,00	300,00	300,00
Aeronave com 1 a 5 lugares	1.500,00	2.250,00	2.250,00
Aeronave com 6 a 10 lugares	3.000,00	4.500,00	4.500,00
Aeronave com mais de 10 lugares	4.500,00	6.750,00	6.750,00
TAXA DE ATIVIDADE			
Campismo por local/noite			
Sem facilidades (1 a 6 pessoas por local)	400,00	400,00	400,00
Com facilidades básicas (1 a 6 pessoas por local)	600,00	600,00	600,00
Mergulho com Garrafa			
Diária	200,00	300,00	300,00
Semanal	400,00	500,00	500,00
Pesca recreativa e desportiva por mês/por pessoa			
Mar	400,00	800,00	800,00
Águas interiores	200,00	300,00	300,00
Troféu de pesca (por troféu)	400,00	400,00	400,00
EVENTOS ESPECIAIS			
Eventos especiais (evento por pessoa)	100,00	200,00	200,00
TAXA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
Serviço do guia por dia	3.000,00	3.000,00	3.000,00
Reboque de viaturas	2.500,00	2.500,00	2.500,00
Busca de turistas perdidos	2.500,00	2.500,00	2.500,00
Pesquisa científica	Não aplicável	20.000,00	25.000,00
TAXA DE FILMAGEM E FOTOGRAFIA			
Filmagem diária	15.000,00		
Fotografia profissional	7.500,00		
TAXA ANUAL DE CONCESSÃO DE ATIVIDADES COMERCIAIS			
Barco com 1 a 9 lugares	15.000,00		
Barco com 10 a 19 lugares	27.000,00		

Barco com mais de 19 lugares	50.000,00
Veículo com 1 a 12 lugares	15.000,00
Veículo com 13 a 24 lugares	27.000,00
Veículo com mais de lugares	50.000,00
Motociclo de todo tipo	10.000,00
Ate 15 bicicletas	50.000,00
Ate 12 pessoas	22.500,00
TAXA ANUAL DE OCUPAÇÃO DE ÁREA POR HECTARE (LICENÇA ESPECIAL)	
Ilhas	3.000,00
Zona costeira	1.200,00
Interior	500,00

Fonte: Moçambique, 2017

ANEXO VII

Quadro: Áreas prioritárias de desenvolvimento do turismo do PEDTMI

Essência	Designação
<p>Destinos do Tipo A</p> <p>A Destinos já estabelecidos em relação a atração de investimentos em turismo, ou têm merecido um grande interesse por parte dos investidores.</p>	<p>1. Zona de Grande Maputo: inclui Maputo Cidade, Marracuene e Inhaca.</p> <p>2. Zona Costeira de Inhambane: de Inharrime até Massinga, na Província de Inhambane.</p> <p>3. Zona de Vilanculos/Bazaruto: inclui o Arquipélago do Bazaruto e a costa de Vilanculos até Inhassoro, na Província de Inhambane.</p>
<p>Destinos do tipo A/B</p> <p>Destinos com um limitado nível de desenvolvimento de turismo</p>	<p>4. Zona de Costa de Elefantes: a zona costeira entre Catembe e Ponta do Ouro na Província de Maputo.</p> <p>5. Zona Costeira de Xai-Xai: a zona costeira de Bilene até ao Lago Chidenguele, na Província de Gaza.</p> <p>6. Zona de Turismo de Sofala: inclui Beira, Sofala e a zona costeira de Savane em Província de Sofala.</p> <p>7. Zona de Ilha de Moçambique/Nacala: de baía de Macambo no sul até à Baía de Memba, no norte da Província de Nampula.</p> <p>8. Zona de Pemba/Quirimbas: de baía de Pemba, até à Ilha de Matemo e os parques marinho e terrestre do Parque Nacional das Quirimbas, na Província de Cabo Delgado.</p>
<p>Destinos do tipo B</p> <p>Destinos emergentes e possuem elevado potencial de turismo ou da sua localização estratégica. São áreas são de acesso difícil, com baixos níveis de provisão de infraestruturas e serviços.</p>	<p>9. Zona de Limpopo – Massingir: inclui a vila de Massingir, a albufeira de Massingir e o parte sul do Parque Nacional do Limpopo, na Província de Gaza.</p> <p>10. Zona de Limpopo – Mapai: na Província de Gaza, na zona norte do Parque Nacional do Limpopo.</p> <p>11. Zona de Turismo de Gorongosa: inclui o Parque Nacional e a Montanha de Gorongosa.</p> <p>12. Zona de Turismo de Manica: inclui Manica, Chicamba e o parte norte de reserva de Chimanimani, na Província de Manica.</p> <p>13. Zona de Turismo de Cahora Bassa: inclui Songo, partes da albufeira Cahora Bassa e a área comunitária de turismo de Tchuma Tchato, na Província de Tete.</p> <p>14. Zona de Gilé/Pebane: inclui a reserva de Gilé e a zona costeira de Pebane, na Província da Zambézia.</p> <p>15. Zona de Turismo de Gurué: zona de Gurué na Província da Zambézia.</p> <p>16. Zona de Norte de Cabo Delgado: inclui Palma e Mocímboa da Praia até a fronteira com Tanzânia no norte da Província de Cabo Delgado.</p> <p>17. Zona de Lago de Niassa: inclui as margens do lago de Metangula até Cóbue e a zona leste de Manda Wilderness, na província de Niassa.</p> <p>18. Zona de Reserva de Niassa: a reserva e blocos de caça de Reserva de Niassa na Província do Niassa.</p>

Fonte: adaptado de Moçambique (2004)